



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ERISVALDO DE OLIVEIRA ALVES

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUDESTE DO PARÁ: UMA FRONTEIRA
DE EXPANSÃO NO CENTRO NORTE DO BRASIL**

PALMAS - TO

2019

ERISVALDO DE OLIVEIRA ALVES

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUDESTE DO PARÁ: UMA FRONTEIRA DE
EXPANSÃO NO CENTRO NORTE DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PGDR, da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira

PALMAS - TO

2019

ERISVALDO DE OLIVEIRA ALVES

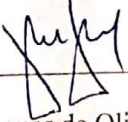
**“DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDESTE DO PARÁ: Fronteira de
Expansão do Centro Norte do Brasil”**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional da Universidade Federal do
Tocantins para obtenção do título de
mestre.

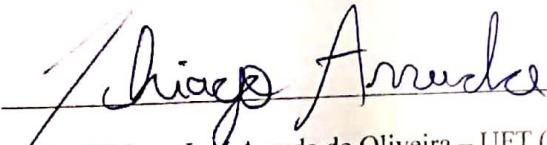
Orientador: Prof. Dr. Nilton Marques de
Oliveira

Aprovada em 15/02/2019.

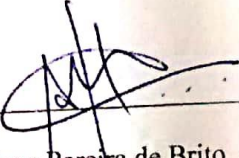
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira – UFT (Orientador)



Prof. Dr. Thiago José Arruda de Oliveira – UFT (membro interno)



Prof. Dr. Eliseu Pereira de Brito – UFT (membro externo)

A Deus.

A minha esposa Lucilene.

Aos meus filhos Luiz e Anna Laura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, que me permitiu chegar a esse momento, e agradecimento especial ao Professor Dr. Nilton Marques de Oliveira pela orientação, e incentivo para que esta pesquisa pudesse se concretizar.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PGDR, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, em nome do coordenador, Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva, pelos ensinamentos que levarei para a vida toda.

Agradeço também, ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins – CBMTO, pela liberação para que pudesse cursar o mestrado. E, a minha família, minha esposa Lucilene e aos meus filhos Luiz Eduardo e Anna Laura, pela compreensão e apoio no transcorrer dessa pesquisa.

“Para nós os grandes homens não são aqueles que resolveram os problemas, mas aqueles que os descobriram” (Albert Schweitzer)

RESUMO

A pesquisa examinou o processo de desenvolvimento regional do sudeste do Pará que compreende a Região Intermediária de Marabá e Região Intermediária de Redenção, identificadas como a parte do Estado do Pará que pertence à região de referência denominada Centro Norte do Brasil. A metodologia utilizada foi a elaboração do Índice de Desenvolvimento Regional, que buscou captar aspectos das dimensões social, institucional e econômica, através dos indicadores parciais. Com isso, busca-se avaliar como ocorreu e em que estágio encontra-se o desenvolvimento, utilizando-se como recorte temporal os anos de 2000 a 2010. O estudo é uma análise quantitativa e qualitativa, e a interpretação dos dados utilizou como referência a Teoria dos Lugares Centrais, Teoria dos Polos de Crescimento e Teoria da Base de Exportação. Os principais resultados apontam para uma região de desenvolvimento direcionado por interesses das grandes multinacionais, que teve nas suas vantagens locais, existência de rede dendrítica formada pelos grandes rios da região, o surgimento de lugares centrais, e que a partir dos governos militares, teve no modelo de Polos de Crescimento a sustentação da sua economia regional. Demonstrou-se que o município de Marabá se destaca como lugar central e como polo na região, mas Parauapebas, Tucuruí e Redenção também possuem poder de polarização, de formas e intensidades diferentes. De modo geral, todos os municípios avançaram no conjunto dos indicadores, no período analisado, em 2010 não constava nenhum município classificado como retardatário. A região possui aptidão para crescimento sustentado em uma economia de base exportadora, necessitando investir em agregação de valor ao produto regional, fixar os ganhos e internalizar seus benefícios. Do ponto de vista do capital social, ocorreram melhoras no período analisado, porém, questões como diminuição do comparecimento eleitoral nas eleições e estagnação no número de representantes (deputados estaduais e/ou federais), demonstram que há espaço para o fortalecimento do empoderamento da sociedade organizada do sudeste do Pará.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Centro Norte. Sudeste do Pará. Índice de Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This research has analyzed the regional development process of the Southeast of Pará State, comprising the Intermediate Regions of Marabá and the Redenção Counties, identified as the part of the Pará State belonging to the reference region named North Central Brazil. The methodology used was the Regional Development Index, which sought to understand the aspects of the social, institutional, and economic dimensions, by the partial indicators, aiming to evaluate how they happened and at what stage the development is, using as a temporal cut the years from 2000 to 2010. This study is a quantitative and qualitative analysis, and the data interpretation used the Central Place Theory, Growth Pole Theory, and Export Basis Theory. The main results point to a region of development led by large multinationals interests, which had in its local advantages the existence of dendritic network formed by the great regional rivers, the emergence of central places, and that, since military governments, had the sustainability of its regional economy based on the model of Growth Centers. It was demonstrated that the municipality of Marabá stands out as central place and as polo in the region, and Parauapebas, Tucuruí, and Redenção municipalities also have polarization power but in different ways and intensities. In general, all municipalities moved forward in relation to the indicators during the analyzed period, and, in 2010, there were no municipalities classified as late. The region has the capacity for sustained growth in an export-based economy, needing to invest in aggregating value to the regional product, setting the gains, and internalizing its benefits. Considering the social capital, there were improvement in the period analyzed; however, issues such as decrease in the electoral attendance and stagnation in the number of representatives (state and/or federal deputies) show that there is room for strengthening the empowerment of the organized society from the Southeast of Pará State.

Keywords: Regional Development. North Central. Southeast of Pará State. Regional Development Index.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01 – QUADRO SISTEMÁTICO DA REGIÃO DE ESTUDO.....	20
MAPA 01 – MUNICÍPIOS DO PARÁ PERTENCENTES A REGIÃO CENTRO NORTE DO BRASIL.....	21
QUADRO 02 – VARIÁVEIS E PESOS UTILIZADOS PARA ESTIMAR O (IDR).....	23
QUADRO 03 – ÍNDICES E VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O (IDR).....	24
QUADRO 04 – CLASSIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IDR)	26
QUADRO 05 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS, FONTES DE DADOS E PONDERAÇÃO	26
QUADRO 06 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS, FONTES E PONDERAÇÃO	27
QUADRO 07 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS, FONTES E PONDERAÇÃO	28
FIGURA 01 – ESQUEMA DA HIERARQUIA DOS LUGARES CENTRAIS	34
QUADRO 08 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O INDICADOR SOCIAL – 2000 E 2010.....	74
FIGURA 02 – INDICADOR PARCIAL SOCIAL 2000	76
FIGURA 03 – INDICADOR PARCIAL SOCIAL 2010	77
GRÁFICO 01 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INDICADOR SOCIAL – 2010	79
QUADRO 09 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS INDICADOR ECONÔMICO – 2000 E 2010.....	80
FIGURA 04 – INDICADOR PARCIAL ECONÔMICO 2000	81
FIGURA 05 – INDICADOR PARCIAL ECONÔMICO 2010	83
GRÁFICO 02 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INDICADOR ECONÔMICO – 2010.....	84
QUADRO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS INDICADOR INSTITUCIONAL – 2000 E 2010	86
FIGURA 06 – INDICADOR PARCIAL INSTITUCIONAL 2000.....	88
FIGURA 07 – INDICADOR PARCIAL INSTITUCIONAL 2010.....	90
GRÁFICO 03 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INDICADOR INSTITUCIONAL – 2010.....	91
QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O IDR – 2000 E 2010.....	92
FIGURA 08 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2000	95
FIGURA 09 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2010	97
GRÁFICO 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO IDR – 2010	98
FIGURA 10 – CORREDOR ARCO NORTE DE EXPORTAÇÃO	100
GRÁFICO 05 – REBANHO BOVINO DA REGIÃO ENTRE 2000 E 2010.....	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – CRESCIMENTO POPULACIONAL DA REGIÃO NORTE.....	62
TABELA 02 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO VARIÁVEIS SOCIAIS DA REGIÃO ..	65
TABELA 03 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO VARIÁVEIS ECONÔMICAS	68
TABELA 04 - EMPREGO FORMAL POR SETORES DE ATIVIDADES DA REGIÃO 2000 E 2010	70
TABELA 05 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS	72
TABELA 05 – MUNICÍPIOS DA REGIÃO COM MAIORES VOLUMES DE CRÉDITO RURAL 2016	103
TABELA 06 – VALORES DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA REGIÃO EM 2000 E 2010	107

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
IDR	Indicador de Desenvolvimento Regional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
FPM	Fundo de Participação Municipal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
II	Indicador Institucional
IE	Indicador Econômico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IS	Indicador Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MEI	Microempreendedor Individual
MWH	Megawatt-Hora
PIB	Produto Interno Bruto
MS	Ministério da Saúde
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ITR	Imposto Território Rural
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema	15
2 OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo Geral	17
2.2 Objetivos Específicos	17
2.3 Justificativa	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1 A Região Pesquisada	19
3.2 O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)	22
3.3 Fontes de Dados e Ponderações	26
4 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30
4.1 Teorias de Localização e Aglomeração	31
4.1.1 A Teoria dos Lugares Centrais	32
4.1.2 Os Polos de Crescimento	34
4.2 Teoria da Base Econômica (Exportação)	38
5 A OCUPAÇÃO DO SUDESTE DO PARÁ	44
5.1 As Frentes de Expansão na Região Sudeste do Pará	44
5.2 A Modernização das Bases Econômicas na Região Sudeste do Pará	52
5.3 Os Projetos Desenvolvimentistas e as Novas Bases Econômicas	58
6 ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDESTE DO PARÁ	64
6.1 Descrição dos Indicadores	64
6.2 O Índice de Desenvolvimento Regional do Sudeste do Pará	73
6.2.1 O Indicador Social	73
6.2.2 O Indicador Econômico	79
6.2.3 O Indicador Institucional	85
6.2.4 Classificação dos Municípios da Região Segundo o IDR	91
6.2.5 Fatores de Influência no Desenvolvimento da Região	99
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APENDICES	126

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional relaciona-se à capacidade da região de produzir e comercializar bens e serviços de forma a manter a geração de renda na região e internalizar seus excedentes (FURTADO, 2005). O estudo tem como objeto a análise do desenvolvimento regional dos municípios do Pará que compõem o “Centro Norte do Brasil” que é uma região de referência instituída por Brasil (2008), e serve como plataforma para políticas territoriais. O estudo analisará a parte paraense pertencente a essa regionalização.

O termo desenvolvimento não apresenta consenso teórico na sua definição, Casarotto Filho, Minuzzi e Santos (2016) destacaram que, este era analisado apenas na sua composição econômica, não considerando as dimensões sociais, geoambientais, político-institucionais e científico-tecnológicas. Sendo assim, e buscando uma avaliação abrangente do cenário, o IDR construído para a região sudeste do Pará tem índices econômicos, sociais e institucionais. O trabalho guiar-se-á na ótica do desenvolvimento de Furtado (2005), onde o termo significa um estado dito ideal, da sociedade capitalista, alcançado mediante à incorporação do progresso técnico com um dinamismo endógeno. No qual, é necessário que tenha-se mecanismos de socialização do excedente de forma a impulsionar a dialética “inovação *versus* difusão” do progresso técnico, em uma combinação de aumento da riqueza da nação ou região e crescente elevação do bem-estar do conjunto da população.

No seu trabalho sobre fragmentação de espaços e formação de regiões na Amazônia, Becker (1990) explica que região e regionalização significam produto e condição, materializados e diferenciados, do trabalho social global. A autora ensina que os dois termos resultam de uma relação entre processo coletivo e decisões tecnocráticas, ou seja, prática social e prática dos detentores do poder, e alerta para o fato da construção teórica sobre a produção do espaço social ser uma teoria da regionalização e da região.

Ao incluir o sudeste do Pará, que é uma área de floresta amazônica, na mesma região dos cerrados orientais, Brasil (2008) possibilita a implementação de políticas públicas de expansão de atividades do agronegócio, ainda que historicamente esse processo já ocorresse, essa regionalização é benéfica para o discurso das grandes multinacionais que avançam na região.

O crescimento do espaço social, sua organização e articulações dificultam definições regionais rígidas, sendo necessário a combinação de critérios variados que dialoguem com as múltiplas espacialidades existentes nas políticas setoriais e nos recortes temáticos. O correto entendimento desse processo multifacetado, colabora para a organização de um planejamento

regional (BRASIL, 2008). Lopes (1984) em seu trabalho sobre o desenvolvimento regional em Portugal, ensina que os benefícios do desenvolvimento socioeconômico devem ser para todos os indivíduos, por isso, deve ser considerada sua localização, assim como, a localização dos recursos (naturais ou humanos), para a implementação das políticas, de forma que, são as localizações no espaço que condicionam o desenvolvimento e este é condicionador das características espaciais.

Antes das políticas regionais, havia na Amazônia Legal atividades como a extração de látex e extração da castanha do Pará (OLIVEIRA; PIFFER, 2017). A economia da borracha na Amazônia embora seja propagada como um período áureo, não enriqueceu a região, pois o excedente do valor produzido localizava-se, inicialmente em Belém e, por fim, nas sedes das grandes firmas internacionais (TAVARES, 2010). A extração da borracha produziu na região a chamada Economia de Aviamento, que Rodrigues, Trindade e Bitencourt (2016), em seu trabalho sobre a produção da essência de pau-rosa na Amazônia, ao referir-se à origem do termo, afirmam ser Santos (1980), o primeiro autor a sintetizar a dinâmica interna desse sistema.

Na economia da borracha, o aviamento era a forma de fornecer mercadorias a crédito, na qual o aviador era o seringalista (proprietário) e o aviado o seringueiro. O aviamento implicava no endividamento cíclico, como não havia dinheiro incluso nessa transação, o aviador fornecia ao extrator do látex certa quantidade de bens de consumo e, como pagamento, recebia a sua produção extrativa. Outro ponto é que o preço das mercadorias era fixado pelo aviador, acrescido de juros que chegavam a mais de cem por cento, os quais o aviado não conseguia pagar. Como resultado o endividado era impedido de sair do seringal e tornava-se cativo do aviador, que dispunha de um serviço de guardas armados para impedir as fugas (RODRIGUES; TRINDADE; BITENCOURT, 2016).

Para Sposito, Elias e Soares (2016), o período entre final dos anos 1980 e meados dos anos 1990, representou um tempo de mudanças estruturais político-administrativas no sudeste do Pará, e que os atores locais, passaram a reivindicar a criação de novos municípios, o que resultou na fragmentação do território. Kohlhepp (2002) e Brito (2009) destacam que nessa época foi implantado na região grandes projetos de caráter desenvolvimentistas, dos quais destacam-se o Poloamazônia de 1974 e o Projeto Grande Carajás (PGC) de 1980. Dentre os municípios dessa região, alguns se destacaram como é o caso de Marabá, um dos maiores e mais populoso, o que representou vantagem sobre os demais (LEMOS et al, 2003).

Segundo Silva, Diniz e Ferreira (2013) no sudeste do Pará a economia formal de alguns municípios tem crescido a taxas equivalentes a da China, e ao mesmo tempo, constata-se a prevalência de formas de inserção econômica informais, particularmente para a população de

baixa renda. Sobre o minério de ferro da região, em seu trabalho Pais, Gomes e Coronel (2011) identificaram que poucas indústrias destacam-se na produção, e que uma pequena parte dessa produção é destinada ao mercado interno, enquanto a grande maioria é exportada.

Em seu trabalho Tojal e Ricci (2009) relataram que os municípios sobrevivem da agropecuária como fonte de subsistência, agregando valores de natureza cultural, econômica e política, tornando essa atividade importante para o desenvolvimento da região. Já Gonçalves e Teixeira Neto (2002) citaram pontos críticos na cadeia leiteira do sudeste do Pará como: pouca mão de obra qualificada, fraca organização dos produtores e falta de adoção de práticas de melhoria da produtividade, dentre outros. Borges (2014) destacou que a produção na região é influenciada pela reserva de terra, ou seja, direcionada principalmente ao grande proprietário, com baixa capacidade de internalização local dos efeitos, apresentando uma dinâmica espacial de caráter extensivo.

No Brasil, as condições urbano-industriais estenderam-se ao espaço regional como um todo a partir dos anos 1960. O expansionismo econômico combinado com as preocupações geopolíticas dos militares, provocou a explosão das condições de produção das periferias metropolitanas às fronteiras agrícola e mineral da Amazônia e do Centro Oeste (BRASIL, 2008). A fronteira, segundo a teoria do desenvolvimento regional, seria um dos componentes do sistema espacial em formação, com grandes potencialidades de recursos naturais, atraindo investimentos localizados na produção mineral e frentes agropecuárias (BECKER, 2009).

É no sentido de Becker (2009) que o sudeste do Pará pode ser entendido como fronteira de expansão, já que o próprio Centro Norte é uma fronteira de expansão do agronegócio, seja na cultura da soja ou na pecuária em áreas propícias do cerrado, processo que ganha força ao se incluir uma região de bioma amazônico como o sudeste do Pará na região Centro Norte.

Nessa introdução, buscou-se apresentar elementos da região que a habilitam como interessante área de pesquisa sobre desenvolvimento regional. Pois, considerando-se que essa região, na visão de Trindade Júnior (2013), pertence a um arco de povoamento consolidado com forte comando da urbanização, e que representa o cerne da economia regional, integrado ao tecido produtivo nacional onde a produção predomina sobre a conservação. Tem-se um fértil terreno para verificações de teorias e padrões de desenvolvimento.

1.1 Problema

O desenvolvimento regional depende de características intrínsecas à região, partindo do pressuposto que as políticas públicas, tendem a modificar o cenário local e, sendo o diagnóstico

do processo necessário para o alinhamento dos interesses econômicos com os sociais e institucionais, o estudo buscará responder a seguinte questão: Os municípios do Pará, pertencentes à região Centro Norte do Brasil, promoveram e/ou promovem alterações em suas bases econômicas capazes de proporcionar desenvolvimento regional?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de desenvolvimento regional dos municípios do Pará, pertencentes à Região de Referência Centro Norte do Brasil, para os anos de 2000 a 2010.

2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar as principais características das bases econômicas no sudeste do Pará;
2. Discutir as frentes de expansão e o papel dos eixos fluviais e rodoviários nos municípios paraenses que integram a região de referência Centro Norte do Brasil;
3. Elaborar e analisar o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), para os municípios do sudeste do Pará.

2.3 Justificativa

Os apontamentos introdutórios revelam o caráter ambíguo e variado das forças que atuaram e que atuam na região sudeste do Pará, fato que credencia a região como fonte de relações peculiares que devem ser investigadas pela academia. Brito (2009), em seu trabalho sobre o Sudeste da Amazônia Oriental, que foi definido na sua pesquisa como constituído pelas sub-regiões do corredor Araguaia-Tocantins e pelos Núcleos de Modernização do leste e sudeste do Pará, que inclui a região desse trabalho; afirma que no Século XX ocorreu um rearranjo de forças na organização territorial, o que provocou crises em algumas áreas, e que fatores como a extração do látex e da castanha, assim como a exploração de ouro, cristal e diamante, juntamente com a agropecuária e a rodovia Belém-Brasília, interferiram na formação da rede de localidades centrais e de cidades dessa região.

A análise das relações entre os municípios, que compõem a região, pode explicar ou justificar a posição dos mesmos no conjunto regional, ou seja, os fluxos que se estabelecem, as ligações setoriais, os agregados espaciais, ajudam a entender o crescimento econômico e o desenvolvimento da região “importa a caracterização do todo (o País) sem descuidar as características das partes (as regiões); importa conhecer as relações dentro de cada uma das partes; importa conhecer as relações entre as partes” (LOPES, 1984, p. 5).

A inclusão do sudeste do Pará na regionalização Centro Norte do Brasil, significa que alterações consideráveis e mudanças permanentes ocorrem na região, esse aspecto, por si só, autoriza uma investigação, em termos do desenvolvimento regional da região, ainda mais considerando que, conforme Becker (2005) existem três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: Um é a Antártida, espaço dividido entre as grandes potências; o outro seria os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais; e o terceiro seria a Amazônia, maior floresta tropical e maior reservatório de água doce do mundo.

Isto posto, este estudo está estruturado da seguinte forma, além da introdução, que contém o tema e o problema, assim como os objetivos e a justificativa, tem-se no terceiro capítulo os procedimentos metodológicos, destacando como foi organizado a montagem do índice com seus indicadores e as fontes utilizadas. Na quarta e quinta parte foi feita uma revisão teórica, discutindo aspectos da região, as frentes de expansão a qual foi e é exposta e, teorias em desenvolvimento regional utilizadas para realizar a leitura do processo. Já no sexto capítulo, tem-se os principais resultados alcançados e, por fim, as considerações finais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho é caracterizado como uma pesquisa descritiva, exploratória e aplicada, utilizando procedimentos quantitativos e uma revisão de literatura. Essa pesquisa utilizou informações de bancos de dados secundários e o método do Índice de Desenvolvimento Regional – IDR.

Cavalcante (2011) afirma que vários autores corroboram com afirmações sobre a impossibilidade de administrar, sem a análise e avaliação de processos apoiados em índices ou indicadores, os quais, funcionam como importante recurso de apoio ao processo decisório. Sobre a distinção entre os termos índice e indicador, existe certa confusão sobre o significado dos dois termos, onde muitas vezes são erroneamente utilizados como sinônimos, mas a “diferença está em que um índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem” (SICHE et. al., 2007, p. 139). Furtado (2009) também vê um emaranhado de posições conceituais que ora convergem e ora divergem, no entanto, também apresenta sua posição sobre o tema.

Indicador, no contexto das atividades humanas, constitui elemento informativo – via de regra numérico – que expressa o resultado do desempenho em relação a determinadas questões, situações, condições ou práticas.

Índice corresponde a medida resultante da combinação de diferentes indicadores ou valores, geralmente apurado após operações matemáticas (FURTADO, 2009, p. 121).

Essa pesquisa utilizará o entendimento desses autores na metodologia da construção do Índice de Desenvolvimento Regional, o qual é formado pelos Indicadores Econômicos, Sociais e Institucionais, também chamados de indicadores parciais, que por sua vez, são constituídos por uma variedade de indicadores, esse procedimento é necessário para captar as dimensões que influenciam o processo de desenvolvimento regional.

3.1 A Região Pesquisada

A região é formada pelos municípios do Pará que integram a divisão regional denominada Centro Norte do Brasil. O objeto de estudo são os municípios que compõem essa região, que aproxima-se a região chamada de “Mesorregião do Sudeste Paraense”. Com base em Brasil (2008), tem-se o trabalho de Oliveira (2017a), o qual analisou a Região Centro Norte do Brasil e, considerou a Mesorregião do Sudeste Paraense como sendo a parte do Pará pertencente ao Centro Norte. Considerando que IBGE (2017) realizou uma revisão da divisão

regional do Brasil, com o intuito de atualizar o quadro regional do país, tem-se uma alteração na denominação da Mesorregião do Sudeste Paraense, que passou a chamar-se Região Geográfica Intermediária de Marabá e Região Geográfica Intermediária de Redenção, essas novas regiões de referência foram subdivididas em Regiões Geográficas Imediatas, que, na prática, tendem a substituir as antigas áreas denominadas microrregiões. O quadro 01 apresenta a região do estudo com sua antiga e a nova nomenclatura.

Quadro 01 – Quadro Sistemático da Região de Estudo

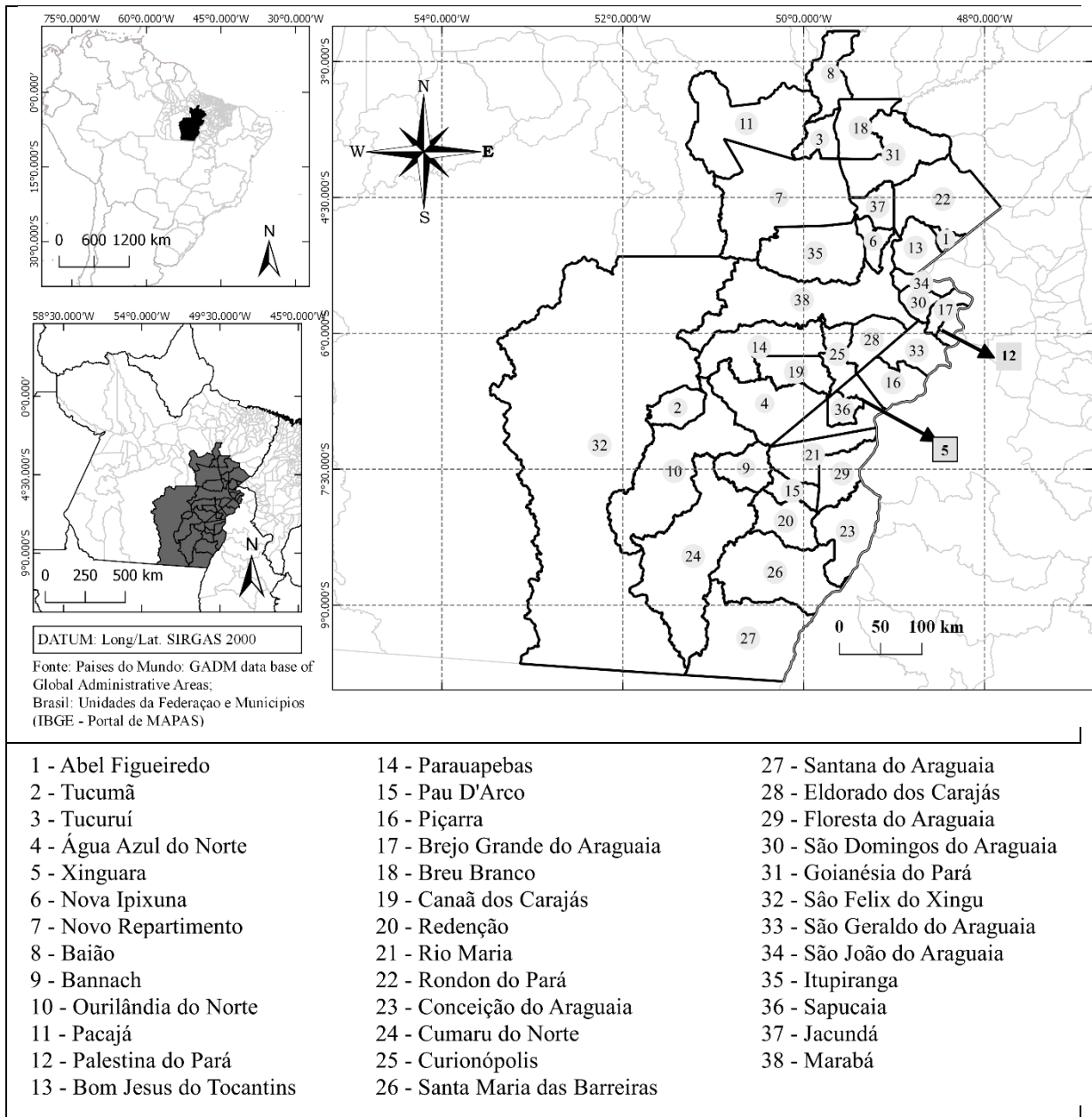
Estado	Divisão Regional Antiga			Divisão Regional Atual		
	Mesorregião	Microrregiões	Nº de municípios*	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Nº de municípios
Pará	Sudeste Paraense	Conceição do Araguaia	4	Marabá	Marabá	13
		Marabá	5		Parauapebas	4
		Paragominas	7		Tucuruí	6
		Parauapebas	5		Redenção	Redenção
		Redenção	7	Tucumã – São Felix do Xingu		3
		São Felix do Xingu	5	Xinguara		4
				Tucuruí	6	
Total			39			38

Fonte: Autor com base em IBGE (1990) e IBGE (2017)

* A quantidade é maior que IBGE (1990), dado o posterior desmembramento e criação de novos municípios.

Com essa atualização dos recortes regionais, os municípios de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis deixaram de pertencer às escalas dos demais municípios da região, por outro lado, os municípios de Baião e Pacajá passaram a integrar esse grupo. Os municípios que compõem a área são os seguintes: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Baião, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Pacajá, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Tucumã, Tucuruí e Xinguara. Estes trinta e oito municípios compõem a região de estudo desse trabalho. O mapa 01 apresenta a localização dos municípios dentro do Estado do Pará.

Mapa 01 – Municípios do Pará pertencentes a Região Centro Norte do Brasil



Fonte: Autor com base em Portal de Mapas (IBGE) e Brasil (2008)

Considerando os objetivos da pesquisa, buscar-se-á analisar o sudeste do Pará pelo Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR), pois este permite a análise de regiões diferentes das pré-estabelecidas pelos órgãos governamentais. No caso, específico, nenhuma divisão regional feita pelo IBGE ou pelo Estado do Pará, contem esses 38 municípios no mesmo recorte.

3.2 O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

A proposta de elaborar o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) tem como objetivo identificar e classificar os municípios que compõem a região de estudo (EBERHARDT; LIMA, 2012; OLIVEIRA; PIFFER, 2016). Na mesma linha, Del Bianco, Lima e Morejon (2016) construíram o Indicador de Desenvolvimento Regional Sustentável (IDRS), possuindo variáveis sobre questões ambientais como índices de florestas, matas e poluição hídrica. Para Ferrera de Lima et al (2011), o propósito do (IDR) é mostrar o grau de dinamismo de cada município em relação ao desempenho médio da região, no processo de desenvolvimento.

De forma geral, os trabalhos que utilizam esse tipo de metodologia localizam-se no sul do Brasil, no entanto, com a finalidade de elaborar um índice mais específico para a Região Amazônica, foi criado pela Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA), vinculada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O Índice de Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia (ISMA)¹.

Corroborando com a ideia de que a diversificação dos indicadores é importante para a captação das várias dimensões que envolvem o desenvolvimento regional, tem-se as afirmações de Lopes (1984) sobre a concepção do planejamento, item indispensável no campo do desenvolvimento, para o autor existem fatores que atuam na escala regional que caso sejam menosprezados tendem a dificultar o processo de desenvolvimento, ao contrário, caso sejam corretamente considerados tendem a facilitar o processo, em uma tentativa de sistematização o autor cita como fatores: Os naturais, relativos aos recursos naturais e sua disponibilidade; Os humanos, abrangendo a sua disponibilidade qualitativa e quantitativa, assim como, sua localização espacial; Os econômicos, entendidos como as atividades econômicas e suas características de organização, mobilidade, interdependência e diversificação e; por fim, os fatores institucionais e políticos, associados à estruturas mentais e culturais da população, a organização administrativa e institucional e ao grau de autonomia do poder de decisão local.

Nesse sentido, o trabalho utilizou-se dos estudos regionais, compostos pelo Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) nas pesquisas de Ferrera de Lima et al. (2011), Rodrigues e Lima (2013), Oliveira (2015), Oliveira e Piffer (2016) e Del Bianco, Lima e Morejon (2016), os quais foram adaptados para elaborar o IDR da região objeto dessa pesquisa, além disso, para a escolha dos indicadores da dimensão institucional, foi utilizado como referência o trabalho de

¹ O índice é composto por quatro dimensões: Político-Institucional, Econômica, Ambiental e Sociocultural. As dimensões são fracionadas em subdimensões, indicadores e 44 variáveis, para mais detalhes ver (IPPA, 2013).

Cavalcante (2011), já que, mesmo utilizando outra metodologia, os indicadores eleitos para representar o tema capacidade institucional foram adaptados para essa pesquisa.

Foi estimado o IDR a partir dos indicadores parciais: econômico, social e institucional, definidos para o estudo. As equações que compõem os indicadores foram extraídas, adaptadas e ampliadas de Oliveira (2015), Oliveira e Piffer (2016) e Del Bianco, Lima e Morejon (2016). Para a construção do Índice de Desenvolvimento Regional foi necessário a ordenação dos dados e informações referentes aos 38 (trinta e oito) municípios paraenses que compõem o Centro Norte do Brasil. Como objetiva-se medir a evolução e a dinâmica do processo de desenvolvimento regional dos municípios, os dados foram coletados em dois recortes temporais, para permitir uma análise de sua evolução. O IDR para a região em estudo, considerou os anos de 2000 e 2010, as variáveis e os respectivos pesos estão no quadro 02.

Quadro 02 – Variáveis e pesos utilizados para estimar o (IDR)

Indicador Econômico (IE)	Indicador Social (IS)	Indicador Institucional (II)
PIB Municipal (mil reais) / (0,25)	População urbana/ (0,05)	Conselhos Municipais/ (0,30)
Arrecadação de ICMS/ (0,10)	População rural/ (0,05)	Percentual de Comparecimento Eleitoral/ (0,15)
Fundo de participação municipal (FPM)/ (0,10)	Consumo de energia elétrica residencial (Mwh)/ (0,10)	Eleitores/ (0,10)
Arrecadação de IPVA (0,05)	Leito hospitalar por mil hab./ (0,05)	Percentual de domicílio com televisão/ (0,10)
Consumo de energia setorial (Mwh)/ (0,05)	Médicos por mil hab./ (0,10)	% de domicílio com telefone fixo/ (0,10)
Emprego Formal/ (0,20)	% de domicílios com água encanada/ (0,05)	Pequenas e microempresas/ (0,15)
Arrecadação IPI/ (0,05)	% de domicílios com coleta de lixo/ (0,05)	Representação Parlamentar/ (0,10)
Arrecadação IPTU/ (0,05)	% domicílios com rede de esgoto / (0,05)	-
Arrecadação Contribuição de melhoria/ (0,05)	Expectativa de anos de estudos/ (0,10)	-
Arrecadação ISSQN/ (0,05)	Despesas com assistência social e previdência/ (0,10)	-
Arrecadação ITR/ (0,05)	Despesas com saneamento e saúde/ (0,10)	-
-	Despesas com educação e cultura/ (0,10)	-
-	% de pessoas pobres/ (-0,10)	-

Fonte: “Adaptado de” Cavalcante (2011); Oliveira e Piffer (2016)

Para a estimação do (IDR), tem-se que:

- 1) Definir a participação relativa de cada município em relação à região de referência;
- 2) Construir os indicadores parciais de cada variável;

- 3) Construir os indicadores parciais: Social, Econômico e Institucional;
- 4) Elaborar o Índice de Desenvolvimento Regional.

O primeiro passo foi definir a participação relativa do município em relação à região de referência. A participação da variável “P” e o índice ($IPWi$) foram estimados conforme as equações apresentadas no quadro 03. O próximo passo foi estimar os indicadores parciais: social, econômico e institucional. Cada um dos indicadores parciais pretende expor uma dimensão do desenvolvimento local, sendo que o econômico (IEi), comporta variáveis que descrevem a situação econômica do sudeste do Pará, ou seja, sua capacidade intrínseca de gerar investimentos em: infraestrutura, saúde, educação, P&D, geração de emprego formal, dentre outros. Já o indicador parcial social (ISi) presta-se a demonstrar a dimensão social da área, qualidade do serviço público, investimentos na área, etc. E por fim, o indicador parcial institucional (IIi) presta-se a descrever os aspectos institucionais, participação da população nas decisões, acesso a informação, empreendedorismo, etc. Como última etapa, após as estimativas, o IDR foi obtido como resultado da soma dos resultados dos indicadores parciais, optou-se pelo peso maior para o indicador econômico, na mesma linha que Oliveira (2015), por entender que é através de uma dinâmica econômica que as outras dimensões sustentam suas modificações. Ver Quadro 03.

Quadro 03 – Índices e variáveis que compõem o (IDR)

Índices:	Variáveis:
$Part. = \frac{W_i}{\sum W_i}$	W_i é o valor do município para a variável $\sum W_i$ corresponde ao valor total da região de referência
$IPWi = \frac{W_i - W_{\min}}{W_{\max} - W_{\min}}$	$IPWi$: índice parcial da variável W do município i; W_i é a participação da variável W do município i; W_{\min} corresponde à participação do município com o menor valor; W_{\max} corresponde à participação do município com o maior valor;
$IEi = (IPIB \times 0,25 + ICMS \times 0,10 + IFPM \times 0,10 + IPVA \times 0,05 + ICES \times 0,05 + IEA \times 0,20 + IPI \times 0,05 + IPTU \times 0,05 + ICM \times 0,05 + IISSQN \times 0,05 + ITR \times 0,05)$	IEi = Indicador Econômico Parcial; $IPIB$ = índice da participação do PIB do município i; $ICMS$ = índice de ICMS do município i; $IFPM$ = índice do FPM do municípios i; $IPVA$ = índice da participação do IPVA do município i; $ICES$ = índice de consumo de energia elétrica setorial, IEF = índice de emprego formal do município i; IPI = índice da participação do IPI do município i; $IPTU$ = índice da participação do IPTU do município i; ICM = índice de contribuição de melhoria do município i; $IISSQN$ = índice do ISSQN do município i; ITR = índice de participação do ITR no município i;

$IS_i = (IPU \times 0,05 + IPR \times 0,05 + ICE \times 0,10 + ILH \times 0,05 + IMH \times 0,10 + IAE \times 0,05 + ICL \times 0,05 + IAE \times 0,05 + IAME \times 0,10 + IASP \times 0,10 + ISS \times 0,10 + IDEC \times 0,10 + IPP \times (-0,10))$	<p>IS_i= Indicador Social Parcial i; IPU=índice da população urbana do município i; IPR= índice da população rural do município i; ICE= índice de consumo de energia elétrica residencial; ILH= índice de leitos hospitalares; IMH= índice de médicos por mil hab. do município i; IAE= índice de domicílios com água encanada; ICL= índice de domicílios com coleta de lixo, município i, IAE= índice de domicílios com rede de esgoto; IMAE= índice de expectativa de anos de estudos; IASP= índice das despesas com assistência social e previdência no município i; ISS= índice de despesas com saneamento e saúde; IDEC= índice de despesas com educação e cultura IPP = índice de pessoas pobres no município i;</p>
$II_i = (ICM \times 0,30 + CE \times 0,15 + IRE \times 0,10 + IERT \times 0,10 + ILTI \times 0,10 + IPME \times 0,15 + IRP \times 0,10)$	<p>II_i = Indicador Institucional parcial; ICM= índice de conselhos municipais do município i; ICE= índice de comparecimento eleitoral; IRE= índice de representação de eleitores no município i; IERT= índice de domicílios com televisão no município i; ILTI= índice de linhas telefônicas fixas; IPME= índice de pequenas e microempresas; IRP índice de representação parlamentar do município i;</p>
$IDR_i = (IE_i \times 0,4) + (IS_i \times 0,3) + (II_i \times 0,3)$	

Fonte: “Adaptado” de Oliveira (2015), Del Bianco, Lima e Morejon (2016) e Oliveira e Piffer (2016)

Uma vez determinado o IDR, para cada município, foi feita a classificação, a qual representa, dentro dos critérios aqui estabelecidos, o estágio de desenvolvimento dos municípios. Esse trabalho utilizou a nomenclatura com a qual Oliveira e Piffer (2016) classificou os municípios do Tocantins, segundo o grau de dinamicidade, de forma que os municípios que apresentaram $(IDR) \geq 0,1$ foram classificados como municípios Polos de Base Econômica. Esses municípios apresentam uma dinâmica com potencial de crescimento e desenvolvimento. Os municípios cujo IDR situou-se no intervalo compreendido entre 0,099 a 0,050 foram considerados como intermediários, ou seja, apresentam uma estrutura econômica, social e institucional em crescimento, porém dinamicamente inferior à dos municípios polos, esse grupo consegue atrair recursos e renda dos municípios retardatários. Já os municípios com $IDR \leq 0,050$ foram os retardatários, por encontrarem dificuldades em atrair e reter recursos para implementar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico social e institucional.

A classificação final é sempre um processo relativo, haja vista, que abrange apenas o grupo selecionado para análise, ou seja, caso o grupo selecionado fosse os municípios do Estado do Pará, a classificação seria diferente, já que outros municípios possuem forças de polarização e centralidade, o mesmo raciocínio serve para um estudo que abrangesse todos os municípios do país. Por tanto, é importante o entendimento do relativismo dos resultados, já que o objetivo principal é verificar a região delimitada. O quadro 04 resume a classificação definida.

Quadro 04 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

IDR \geq a 0,1	Polos
$0,050 \leq$ IDR \leq 0,099	Intermediários
IDR \leq 0,049	Retardatários

Fonte: “Adaptado de” Oliveira e Piffer (2016, p. 42)

Apresentada a metodologia do Índice de Desenvolvimento Regional, que serviu para a análise da região, passa-se a apresentar as fontes secundárias de onde foram retirados os indicadores.

3.3 Fontes de Dados e Ponderações

O trabalho utilizou indicadores sociais, econômicos e institucionais, de fontes secundárias, para a montagem do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), os elementos construtivos, advém de instituições que possuem credibilidade com relação às informações fornecidas e confiabilidade da metodologia adotada. Dentre as fontes de dados tem-se: Ministério da Fazenda (Tesouro Nacional); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; IPEADATA; Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados utilizados são para os anos de 2000 e 2010, as variáveis sociais estão conforme o quadro 05.

Quadro 05 - Descrição das variáveis sociais, fontes de dados e ponderação

Variáveis	Fonte/Período	Descrição
População Urbana	FAPESPA/ 2000 e 2010	População residente na área urbana. Em número de habitantes.
População Rural	FAPESPA/ 2000 e 2010	População residente na área rural. Em número de habitantes.
Consumo de energia elétrica residencial	FAPESPA/ 2000 e 2010	Total consumido em MW/h por consumidores que utilizam a energia elétrica para fins residenciais. Índice foi ponderado pelo número de domicílios do município.
Expectativa de anos de estudos	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/ 2000 e 2010	Número de anos de estudo, que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência, deverá completar ao atingir a idade de 18 anos.
Número de médicos por mil habitantes	IPEADATA/ 2000 e FAPESPA/ 2010	Número de médicos no município, ponderado pela população.

Domicílios com Água encanada	FAPESPA/ 2000 e 2010	Número de domicílios atendidos pela rede geral de distribuição de água no município.
Domicílios com coleta de Lixo	FAPESPA/ 2000 e 2010	Número de domicílios atendidos por Serviço de limpeza/Çaçamba no município.
Leitos Hospitalares por mil habitantes	IBGE/ 2005 * e FAPESPA/ 2010	Número de leitos para internação em estabelecimentos de saúde para cada município, ponderado pela população do município. Os dados foram coletados junto ao IBGE Cidades para o ano de 2005
Despesas com Saneamento e Saúde	Tesouro Nacional/ 2000 e 2010	Despesas municipais com saúde e saneamento, para cada município em mil reais.
Pessoas pobres	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/ 2000 e 2010	Proporção dos indivíduos, em caráter habitacional, precariedade de empregos e níveis mínimos de condição de sobrevivência. Foram consideradas pessoas pobres com renda per capita de até R\$ 140,00 mensais. Em reais de agosto de 2010 (O universo é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes)
Despesas com Educação e Cultura	Tesouro Nacional/ 2000 e 2010	Despesas com ações voltadas para a área de Educação e Cultura. Os valores estão em mil reais.
Despesas com Assistência e Previdência	Secretaria do Tesouro Nacional/ 2000 e 2010	Despesas municipais com assistência social e previdência de cada município. Em mil reais.
Domicílios com rede de esgoto	FAPESPA/ 2000 e 2010	Número de domicílios atendidos por rede geral de esgoto ou pluvial. Índice foi ponderado pelo número total de domicílios do município.

Fonte: IBGE (2018), AtlasBrasil (2018), IPEADATA (2018), Tesouro Nacional (2018), FAPESPA (2016).

* Foi utilizado por falta de acesso a dados do ano 2000

A escolha dos anos de 2000 e 2010 ocorreu devido à disponibilidade de informações sobre as variáveis necessárias para a construção do índice, algumas dessas variáveis possuem atualizações mais recentes, porém, não o conjunto de todas. O quadro 06 apresenta as variáveis econômicas utilizadas.

Quadro 06 - Descrição das variáveis econômicas, fontes e ponderação

Variáveis	Fonte/Período	Ponderação
PIB Municipal a preços correntes	Tesouro Nacional/ FAPESPA 2000 e 2010	Tudo que é produzido (bens e serviços finais) no município. Os valores estão em mil reais.
ICMS	Tesouro Nacional/FAPESPA 2000 e 2010	Total de impostos arrecadados sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços no município. Os valores estão em mil reais.
FPM	FAPESPA 2000 e 2010	Verba repassada pelo governo estadual aos municípios. A quantia é determinada pelo número de habitantes do município. Os valores estão em mil reais.
IPVA	Tesouro Nacional/ 2000 e 2010	Destina-se ao registro do valor da parcela que compete ao município, referente ao produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, incidente sobre a frota automotiva licenciada no município. Os valores estão em mil reais.
Consumo de Energia Setorial	FAPESPA/ 2000 e 2010	Total consumido em MW/h pelos setores industrial, comercial e outros (exceto residencial). O índice foi ponderado pelo número total de estabelecimentos de cada município.

Emprego Formal	Ministério do Trabalho-RAIS/ 2000 e 2010	Total de indivíduos empregados com carteira assinada de cada município. Os dados foram coletados a partir da relação de vínculos ativos até 31/12 de cada ano analisado.
IPI	Tesouro Nacional/FAPESPA/ 2000 e 2010	Imposto sobre produtos industrializados no município. Os valores estão em mil reais.
IPTU	Tesouro Nacional/FAPESPA/ 2000 e 2010	Valor do Imposto Predial e territorial urbano, gerado pela propriedade, domínio útil ou posse de imóvel na zona urbana do município. Valores em mil reais.
Contribuições de Melhorias	Tesouro Nacional/ 2000 e 2010	Pagamento ao município por custos de obras públicas onde ocorra valorização dos imóveis. Os valores estão em mil reais.
ISSQN	Tesouro Nacional/ 2000 e 2010	Imposto pago por empresas e profissionais liberais que possuem base no município, em função dos valores recebidos por serviços prestados. Os valores estão em mil reais.
ITR	Tesouro Nacional/ 2000 e 2010	Imposto relativo aos imóveis situados no município que estejam na zona rural. Valores em mil reais.

Fontes: Tesouro Nacional (2018), FAPESPA (2016), MTE (2018)

As variáveis que compõem o Indicador Institucional foram adaptadas da pesquisa de Cavalcante (2011), na qual analisou-se as desigualdades regionais no Estado de Rondônia, as variáveis indicam aspectos da dimensão institucional. O quadro 07 apresenta as variáveis institucionais utilizadas.

Quadro 07 - Descrição das variáveis institucionais, fontes e ponderação

Variáveis	Fonte/Período	Descrição
Conselhos municipais	IBGE/ 2001* e 2009*	Número de Conselhos municipais dentre os quais (Direito das Crianças e Adolescentes, Tutelar, Portadores de Deficiência, Segurança Alimentar, Saúde, Educação, Direito da Mulher, Direito dos Idosos e Assistência Social, dentre outros), para cada município de acordo com o “IBGE Cidades”.
Percentual de Comparecimento Eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral/ 2000 e 2010	Percentual dos eleitores que compareceram para votar no primeiro turno da eleição em cada município.
Eleitores	Tribunal Superior Eleitoral/ 2000 e 2010	Número de eleitores por município.
Percentual de Domicílios com TV	FAPESPA/ 2000 e 2010	Percentual de domicílios particulares possuidores do bem durável televisão.
Percentual de Domicílios com Linha Telefônica	FAPESPA/ 2000 e 2010	Percentagens de domicílios particulares com linha telefônica.
Pequenas e Microempresas	MTE – RAIS/ 2000 e 2010	Número de estabelecimentos optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte)
Representação Parlamentar	TSE/ 1998** e 2010	Relação de deputados federais e estaduais que possuem suas bases eleitorais nos municípios.

Fontes: TSE (2018), FAPESPA (2016), MTE (2018), IBGE Cidades (2018)

* Foi utilizado por falta de acesso a dados do ano 2000

** Foi utilizado porque nas eleições de 2000 não houve concorrência para deputados.

O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), constituído a partir dessas variáveis, pretende demonstrar a dinâmica do município, em relação à região. O agregado da região, permite comparar os municípios entre - si. Para a elaboração dos mapas coropléticos, utilizados para georeferenciar e facilitar a visualização das informações, utilizou-se o Software QGIS, além disso, foi utilizada a planilha eletrônica Excel, para tabulação dos indicadores parciais e para o IDR.

4 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Precedendo a apresentação das teorias abordadas, que subsidiarão a leitura dos resultados, é necessário algumas considerações sobre o conceito de desenvolvimento. Para Dallabrida (2017), o termo desenvolvimento começa a ter destaque a partir da metade do século XX, até então o principal enfoque era o crescimento econômico. O autor situa o início dessa preocupação ao momento histórico da corrente teórica da Economia chamada de Fisiocracia, reconhecidos como representantes de uma reação ao pensamento mercantilista. Para essa corrente, a agricultura era a base econômica, em oposição ao comércio exterior e a indústria, bases do mercantilismo. Como principal contribuição dessa escola tem-se a noção de fluxo de riqueza, em oposição à noção de estoque de riqueza do Estado, apesar de advogarem em prol dos seus interesses feudais, essa corrente desperta para a percepção de riqueza da sociedade ao invés de um Estado rico e poderoso.

Posteriormente, tem-se a economia clássica que, preocupava-se com a qualidade de vida da população e como melhorar as condições das pessoas através do aumento de acúmulo de riquezas, traduzindo para os termos atuais, aproxima-se do que se entende por desenvolvimento. Desenvolve-se a corrente chamada de teorias espaciais ou da localização, que teria como propósito construir modelos explicativos, ressaltando as razões das disparidades territoriais ou da concentração das atividades produtivas. Ou seja, buscar interpretar as decisões dos empresários, em um ambiente de economia de mercado, na busca da melhor localização e consequente minimização dos custos operacionais, notadamente o de transporte (DALABRIDA, 2017). Benko (1999) afirma que mesmo os homens vivendo no espaço, essa evidência foi ignorada pelos economistas por anos, negligência que parece proposital, pois a inserção do espaço na análise econômica não permite simples generalizações, aumentando as variáveis a serem analisadas e tornando os modelos mais complexos.

Filho (2006) falando sobre a Teoria da Localização, afirma que foi Walter Isard quem sintetizou a teoria, tornando-a geral. É daí que nasce a *Regional Science*, fundada e difundida nos EUA nos anos de 1950 e 1960, passando a analisar a questão regional sob o foco econômico, sociológico e geográfico utilizando elementos quantitativos.

Já Fochezatto e Valentini (2010) ensinam que as teorias de crescimento regional podem ser divididas em três grupos de modelos. O primeiro seria o grupo caracterizado como de localização industrial, destacando-se autores como Von Thunen, Weber, Christaller, Losch e Isard, seus trabalhos centraram as atenções nos aspectos espaço e distância. O segundo grupo é caracterizado por modelos que privilegiam os processos de concentração e aglomeração

industrial, destacando-se os trabalhos de François Perroux, Gunnar Myrdal e Albert Hirschman, são modelos que enfatizam a interdependência setorial, incorporando mecanismos dinâmicos de auto-reforço endógeno, além de considerar o conjunto da região com sua estrutura produtiva e suas interligações comerciais e tecnológicas. Por fim, tem-se um terceiro grupo, que começou a ganhar força a partir da década de 1980, dividido em cinco abordagens principais: A Nova Geografia Econômica, a Escola da Especialização Flexível, os Sistemas de Inovação Regional, a Teoria da Competitividade de Porter e as Teorias de Crescimento Endógeno.

Segundo Brasil (2008) a leitura do território parte de dois critérios, o primeiro é a homogeneidade, que fundamentada em Perroux e Boudeville, caracteriza as diferenças de paisagens e biomas, além dos níveis de desenvolvimento econômico e social. O segundo critério, consagrado nos trabalhos de Christaller, Losch, Jacobs e Perroux, é a polarização que as cidades, seus equipamentos e redes de infraestrutura articulam. Por fim, é do contraste entre os dois critérios que devem derivar os fundamentos de intervenção no território, já que os mecanismos de polarização, notadamente a rede urbana e a infraestrutura, são os instrumentos de intervenção para a redução das desigualdades identificadas pelos critérios de homogeneidade.

De acordo com Furtado (1974) o desenvolvimento econômico não pode ser simplesmente copiado, vários governantes tentaram, copiar fórmulas prontas, baseadas nas experiências de países desenvolvidos, que ao serem aplicadas em países em desenvolvimento tiveram pouco êxito, salvo algumas exceções.

Ao considerar as características do sudeste do Pará, optou-se por utilizar elementos das teorias de aglomeração, focando na Teoria dos Polos de Crescimento e; das teorias de localização, com foco na Teoria dos Lugares Centrais. Complementando a análise, tem-se a Teoria da Base de Exportações, que foi construída sobre o direcionamento dos ensinamentos da corrente locacional. As próximas seções apresentam de forma mais direta essas abordagens, sem pretensões de esgotar o tema.

4.1 Teorias de Localização e Aglomeração

Segundo Amaral Filho (1996), tem ocorrido declínio de regiões industriais tradicionais e o surgimento de novos paradigmas do desenvolvimento regional. As causas dessas mudanças estão associadas à globalização das economias, ao papel do Estado e a relação das instituições nesse contexto, não existindo um modelo único ou uma teoria que consiga explicar como alcançar o desenvolvimento regional, de forma universal.

4.1.1 A Teoria dos Lugares Centrais

O geógrafo Walter Christaller (1966) elaborou a Teoria dos Lugares Centrais, uma teoria geométrica do espaço onde são representados os polígonos espaciais, estabelecendo hierarquia entre as cidades. A teoria propõe a centralidade como um princípio de ordem espacial, o autor baseou-se em estudos sobre a Alemanha Meridional, utilizando um índice calculado sobre a utilização do telefone, procurando estabelecer a área de influência das cidades de acordo com o seu porte e o nível de demanda por produtos, essa teoria provocou, nas décadas de 1960 e 1970, o florescimento da chamada geografia quantitativa e a utilização dos métodos matemático-estatísticos (VASCONCELOS, 2009).

Já Lopes (1984) explica que o modelo de Christaller utiliza certos pressupostos e hipóteses quais sejam: O primeiro seria que a população distribui-se de forma homogênea no espaço, em um padrão triangular com distancias iguais entre os compradores mais próximos; O segundo pressuposto é que a oferta localiza-se em pontos, os chamados lugares centrais; Em terceiro tem-se que a procura pelos bens e serviços nos lugares centrais é assegurada pela população ali residente e pelos residentes da chamada área complementar; A quarta hipótese da teoria é que existe variação na ordem de importância dos bens e serviços de acordo com a sua frequência de necessidade, sendo os de ordem mais elevada os que raramente são procurados e; Em quinto tem-se que a ordem de importância dos bens e serviços oferecidos em um determinado centro está relacionada à ordem de importância do próprio centro e; por último, considera que o centro que desempenhe função de ordem superior, certamente desempenha as funções de ordem inferior.

A teoria define que o ritmo de crescimento de um núcleo urbano depende do nível de demanda por serviços urbanos especializados sobre a área atendida pelos lugares centrais. Dois são os conceitos-chave para o entendimento da teoria: O primeiro é o chamado limite crítico, nível mínimo de demanda necessário para estimular a oferta do bem ou serviço, refletindo em economias de escala na prestação do serviço; o segundo é o alcance, distância máxima que se está disposto a percorrer para o usufruto do bem ou serviço, variando de acordo com sua complexidade (BRASIL, 2008).

Da junção dos dois conceitos anteriores tem-se que o limite crítico pode ser representado como o menor círculo concêntrico que justifique a oferta do bem ou serviço, enquanto o alcance representa o maior círculo concêntrico que forma a região complementar do lugar central,

limitada pela existência de outra área de influência de um centro de igual ou superior hierarquia (LOPES, 1984; BRASIL, 2008).

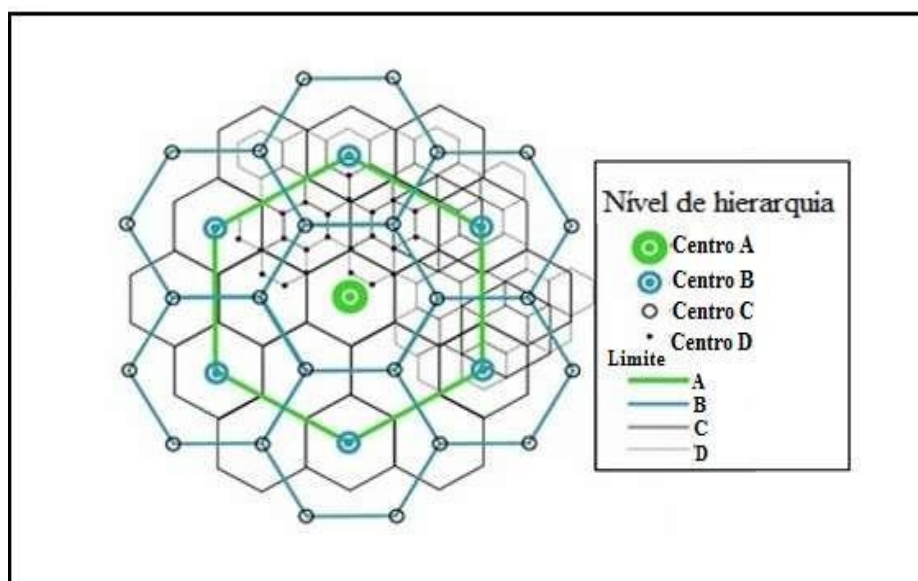
Christaller, e alternativamente o modelo de redes urbanas apresentado por Losch, baseia-se no princípio da centralidade, sendo o espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal, denominado lugar central. A região complementar, ou entorno, desenvolve relação de co-dependência com o núcleo principal por ser o lócus ofertante de bens e serviços por natureza urbanos (BRASIL, 2008, p. 29).

Para Christaller (1966) a conexão entre os lugares centrais e a região complementar depende de algumas características dessas regiões, como: tamanho da área, a paisagem e meios de transporte, além das suas características naturais - a fertilidade do solo e a presença de minerais e, se toda a região ou apenas uma parte dela pertence ao lugar central. Argumenta que há um raio no qual se estende o mercado, definido pelo alcance do bem ou serviço, variando a distância com o custo, preferências, qualidade, etc. A centralidade da área seria definida pela importância do bem ofertado, sendo assim, Christaller define o (*maximum range*) alcance máximo, que é a área de abrangência em que a localidade exerce seu poder de atração sobre os consumidores e o (*maximum range threshold*) alcance mínimo, que é a área no entorno do lugar central onde há pessoas com renda para consumir. E existiriam diversos tipos de centros, aqueles que abastecem áreas reduzidas com bens e serviços limitados, até os centros de ordem maior que podem chegar a suprir, de bens e serviços, toda sua área de abrangência, seriam os centros de ordem máxima (BRITO, 2009).

A Teoria dos Lugares Centrais definiu uma organização populacional voltada para a importância e o dinamismo das atividades econômicas, notadamente comércio e indústria. A proximidade dos centros possuidores de indústrias e comércio fortes, torna esses lugares polos aglutinadores e polarizadores. A questão do espaço urbano é bem definida e hierarquicamente dividido em (vila, centro e cidade). Já as áreas rurais são definidas como lugares pouco habitados e com atividades pouco dinâmicas, incapazes de conduzir a uma polarização (LOPES, 1984; ALVES, 2011).

Para Brito (2009) um fator que influencia na hierarquia dos espaços urbanos é a questão da homogeneidade da região, caso a região tenha um caráter heterogêneo dificulta a uniformidade dos centros, gerando espaços urbanos de diferentes tamanhos, podendo ser pequenos centros (*hamlets*), as vilas ou povoados (*villages*), pequenas cidades (*towns*) ou as chamadas cidades com serviços especializados (*cities*). Um esquema de hierarquização urbano-regional é apresentado na figura 01.

Figura 01 – Esquema da Hierarquia dos Lugares Centrais



Fonte: Oliveira (2017b)

A disponibilidade de comércio e serviços determina se um núcleo urbano é um lugar central, os possuidores de especializações, como assistência médica e universidades, adquirem a capacidade de dominar as demais localidades. O Centro A é o lugar central por concentrar atividades especializadas, já a população do Centro D, depende dos outros. Sendo assim, fatores como a densidade demográfica, a infraestrutura dos transportes, eventos culturais e o nível e distribuição de renda, determinam a relação hierárquica na região (OLIVEIRA, 2017b).

4.1.2 Os Polos de Crescimento

Segundo Lima e Simões (2010), Perroux descarta o conceito de espaço euclidiano e utiliza o conceito de espaço abstrato, entendido como mais adequado para analisar a economia. Coexistindo tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos econômicos estudados. Assim, a teoria dos polos de crescimento apresenta seus pressupostos: o espaço definido como conteúdo de um conjunto das relações entre a empresa, fornecedores e compradores; o espaço definido como campo de forças e o espaço definido como conjunto homogêneo.

Ferreira (1991) comenta que, ao alertar para o que Perroux chamou de “fetichismo do espaço”, que é encarar as regiões como sinônimos de classes econômicas ou grupos sociais, propõe, como mensagem principal do seu conceito de espaço econômico abstrato, que as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais constituem um conjunto

interdependente. Sendo assim, as atividades exercidas em qualquer unidade político-administrativa, dependem e interagem fortemente com as atividades na esfera nacional e internacional.

A análise do espaço econômico abstrato define que decisões do governo federal afetam de formas e intensidades diferentes os subespaços (estados, regiões, municípios) dada sua heterogeneidade. Esses subsistemas são hierarquizados em função da dependência das decisões do governo central, das multinacionais e dos efeitos advindos dessas decisões do poder central, caso esses elos estejam frouxamente relacionados, tem-se a constituição de subsistemas relativamente isolados. Por isso, Perroux preocupa-se com a medição da intensidade dos elos dessa cadeia, onde uma medida importante é a proximidade ou distância entre essas subáreas, já que quanto mais próximos dois pontos estiverem, maior será seu relacionamento, de forma geral, um subespaço dominante exerce maior influência nos subespaços mais próximos (FERREIRA, 1991).

A teoria dos polos parte do princípio que os efeitos de dispersão que irradiam de pontos espacialmente localizados (empresa ou grupo de empresas, aglomerações populacionais, etc.) transmitem impulsos de crescimento a outros pontos – efeitos de dispersão – que podem ultrapassar os efeitos de polarização, isto é, a reabsorção dos efeitos de dispersão pelo próprio ponto (LOPES, 1984, p. 295).

O ponto de sustentação da teoria está na definição de polo de desenvolvimento como locais capazes de aumentar o produto, modificar as estruturas, gerar inovações tecnológicas e provocar ou favorecer o progresso econômico da região, ou conforme Lopes (1984, p.37) “A região polarizada pode ser definida como uma área na qual as relações econômicas internas são mais intensas do que as estabelecidas entre regiões exteriores a ela”. O conceito de indústria motriz, definida como a que mais cedo do que as outras se desenvolve de forma moderna, e cujas taxas de crescimento são mais elevadas do que a taxa média de crescimento do conjunto da economia, durante determinado período, está intimamente ligado ao desenvolvimento da região. Da mesma forma, o polo de desenvolvimento seria uma unidade econômica motriz ou conjunto de várias unidades que exercem efeitos de expansão sobre outras com as quais se relaciona (OLIVEIRA; LIMA, 2003; CAVALCANTE, 2008; LIMA; SIMÕES, 2010).

Segundo Madureira (2015), Alves de Jesus e Spindola (2015), Perroux aborda três elementos de análise sobre os Polos de Crescimento, o primeiro elemento analisado é; a indústria-chave, entendida como a indústria que ao aumentar sua produção, eleva a produção da indústria e/ou indústrias vizinhas, essa indústria é chamada de motriz e as demais de indústrias movidas. Como principal estratégia a indústria motriz procura diminuir seu preço via

ganhos de escala, e com isso aumenta gradativamente a produção, exceção apenas no caso de ser uma indústria monopolista. Nesse processo o aumento da produção da motriz deve propagar-se ao grupo das indústrias movidas. Por isso, denomina-se como indústria-chave, aquela do qual o aumento de produção gera, no conjunto, um aumento muito maior do que o da sua própria produção. Um aumento de produção numa indústria-chave leva a um crescimento maior no sistema produtivo.

O segundo elemento discutido por Madureira (2015) é; o regime não concorrencial do complexo, que torna o sistema instável, pois tende a gerar uma combinação de forças oligopolistas. O autor afirma que nessa estrutura a empresa dominante aumenta sua capacidade produtiva e realiza um aumento de capital maior do que realizaria num ambiente competitivo. Dessa forma, todas as indústrias incluídas num sistema não competitivo de agrupamento transformam-se em oligopólios e desfrutam dos benefícios do sistema, outro ponto levantado é que os conflitos que ocorrem entre as grandes unidades e seus grupos (pequenas unidades), tendem a influenciar os preços, a produção e refletir diretamente nos custos.

O terceiro elemento abordado em Perroux é; o efeito da aglomeração territorial, esse elemento funde os dois elementos discutidos anteriormente. “Num polo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devidos à proximidade e aos contatos humanos” (PERROUX, 1967 p. 174). A aglomeração industrial urbana proporciona um efeito de consumo de efeito progressivo nos habitantes da área, bem como gera um aumento das necessidades coletivas como habitação, transportes, serviços públicos, dentre outros (MADUREIRA, 2015).

Perroux (1967) alerta que o desenvolvimento não surge simplesmente pela introdução de polos, já que, em diversas ocasiões, o polo de desenvolvimento provoca desequilíbrios econômicos e sociais, uma vez que transfere salários e rendimentos adicionais, sem necessariamente aumentar a produção de bens de consumo locais. Outra possibilidade de desequilíbrio é a transferência de mão de obra sem gerar um novo enquadramento social, há o risco de concentra-se investimentos e inovações sem necessariamente aumentar a vantagem de outras áreas onde o desenvolvimento pode estar retardado. Assim, é necessário proceder transformações de ordem mental e social nos habitantes da região, para que o acúmulo do produto real ocorra em longo prazo, com ações que estimulem o trabalho, a poupança e a inovação, o desenvolvimento pode ser conseguido (MADUREIRA, 2015).

Há também destaque da importância dos instrumentos de política regional como meio de direcionamento dos polos de desenvolvimento urbano e a participação do Estado, indispensável para que haja desenvolvimento regional, ainda que Perroux não discuta essa

questão claramente, outros autores complementam esse entendimento “Boudeville refere-se à necessidade de políticas econômicas para harmonizar o crescimento, enquanto Perroux considerava o plano de ação como sendo de unidades produtoras, apenas referindo-se à possibilidade dessa unidade ser estatal” (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 8).

Para Ferreira (1991) ao diferenciar espaços geográficos e econômicos, é recomendável cautela, já que é indispensável considerar a característica geográfica, ou seja, a localização da região dentro dos limites político-administrativos do país. O espaço econômico é o resultado da transformação de um espaço econômico abstrato em um espaço geográfico concreto. Corroborando o entendimento de que a região não pode ser analisada isoladamente, Becker (1990) coloca que as regiões não são entidades autônomas, configurando-se a partir das diferenças entre esta e as regiões que estão próximas, na produção do espaço existem por exemplo, disputa política, conflitos entre o público e privado e disputa entre valor de troca e de uso.

De acordo com a Teoria dos Polos de Crescimento, o desenvolvimento econômico regional se faz por meio de polos que são focos de desenvolvimento inter-relacionados e localizados em alguns centros privilegiados. Esses focos mantêm fortes ligações com suas áreas de influência. Os efeitos exercidos distinguem-se pela capacidade de induzirem transformações na sua área de influência são os "efeitos de arrasto" (FERREIRA, 1991).

No conceito inicial de Perroux, a indústria motriz é o polo de desenvolvimento, posteriormente os polos passam a ser sinônimo de aglomeração urbana. Indústria motriz é uma indústria dinâmica e localizada em uma cidade, que cria transformações profundas na sua área de influência. Autores que sucederam Perroux, como Jacques Boudeville, Jean Paelinck e Jonh Friedman, gradativamente, alteram esse conceito para uma aglomeração urbano-industrial dinâmica, onde as atividades do setor terciário tornam-se proporcionalmente mais importantes, no qual, em última instância o polo de desenvolvimento torna-se um Lugar Central: sede de governo, centro de decisões empresariais e de prestação de serviços sofisticados de educação, saúde, comunicações, dentre outros (FERREIRA, 1991).

As cidades se organizam em redes - as maiores exercem funções econômicas, sociais, políticas, administrativas e institucionais mais complexas e sofisticadas e as menores, funções cada vez mais simples, sendo as menores apenas entrepostos comerciais - mas, as relações entre elas diferem das relações técnicas entre as indústrias, e mesmo entre as atividades agropecuárias. Por isso, é quase sempre frustrante o resultado das políticas de promoção industrial, a nível regional, que se apoiam simplesmente em reforçar os centros urbanos, esperando, assim, promover um desenvolvimento industrial dinâmico e integrado (FERREIRA, 1991, p. 10).

Sendo assim, entende-se que na região de estudo, ocorre dinâmicas que podem ser explicadas tanto pela interpretação da localização, como pela interpretação das aglomerações, e além disso, dado o fato de que há na região uma forte dinâmica gerada pela exportação de matérias primas, considera-se que há elementos que podem ser interpretados pela Teoria da Base de Exportação, que será apresentada a seguir.

4.2 Teoria da Base Econômica (Exportação)

Dallabrida (2017) aponta que até a década de 1950 explicações sobre desenvolvimento regional confundiam-se com as explicações sobre desenvolvimento das nações e, que a teoria da base de exportações é elaborada nesse período, constatando-se que muitas regiões tinham se desenvolvido sem seguir a receita das fases ou etapismo², algumas regiões canadenses e americanas tiveram seus impulsos para o crescimento através das exportações lucrativas de recursos naturais. Nesse sentido, a teoria passou a ser considerada para explicar quais regiões estariam mais propícias ao crescimento através de exportações e quais fatores determinam o ritmo desse crescimento. Para Piffer (2009); Madureira (2015) e Oliveira (2015), o pioneirismo sobre a teoria da Base Econômica deve-se a trabalhos como North (1977a e 1977b), onde ele explica como ocorre o processo de desenvolvimento econômico via atividades produtivas.

Base de exportação, designa coletivamente os produtos exportáveis de uma região. O desenvolvimento desses produtos de exportação representam uma vantagem comparativa nos custos de produção, à medida que as regiões crescem em torno desta base são geradas economias externas, que estimulam a competitividade dos produtos exportáveis, aumentando a renda da área e definindo a dinâmica das atividades locais (OLIVEIRA; LIMA, 2003, LIMA; SIMÕES, 2010). Essa teoria pode ser dividida em duas partes; a primeira é a verificação de quais fatores levam uma região a exportar, nesse caso, destaca-se o papel dos princípios da teoria da localização, ou seja, a capacidade de integração ao mercado externo da região dependeria da sua localização e da existência do recurso natural em qualidade e quantidade procurada; a segunda é a análise de quais regiões, após integrarem-se ao mercado externo, são capazes de desenvolver um processo de crescimento duradouro e autossustentado, nesse caso,

² Refere-se a ideia de classificar os sistemas econômicos históricos, onde as fases evolutivas seriam reflexo da complexidade alcançada pela divisão do trabalho, no qual relaciona-se o investimento e o consumo dos setores primários para o terciário, passando pela fase industrial. Autores como Rostow (1974) identificaram as condições que desencadeariam a transição das regiões para as fases mais avançadas.

a análise recai sobre a capacidade de difusão dos efeitos do aumento da renda obtido pela exportação dos produtos base, para outros setores da economia (SCHWARTZMAN, 1977).

Assim, como o sucesso da base de exportação determina a taxa de crescimento das regiões, é preciso analisar os fatores que afetam esse processo, quais sejam: alterações na demanda externa, custos dos fatores de produção, disponibilidade de insumos e matérias primas, transporte, inovação tecnológica e política governamental. Dada a irregularidade destes fatores, o crescimento de uma região tende a ser desigual. No entanto, no longo prazo, espera-se que suas diferenças sejam menores (NORTH, 1977b).

Na leitura de Piffer (2009) e Lins, Lima e Gatto (2012), tem-se que existe um foco nas chamadas “regiões novas”, ou seja, áreas cujo objetivo básico era explorar a terra e seus recursos com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados externamente à região, e que se transformariam em renda monetária, baseada em poucos produtos de exportação. Nesses casos, todo o restante do setor secundário e terciário é passivo, já que destina-se apenas a atender às necessidades do consumo local. Nessa ótica, os produtos da base desempenham papel crucial no desenvolvimento da região.

Falando dos estágios do desenvolvimento de uma região, North (1955) chega a esquematizar essa evolução da seguinte forma: O primeiro estágio é uma fase de economia de subsistência, autossuficiente, na qual existe pouco investimento ou comércio. A camada principal da população, a agrícola, localiza-se conforme a distribuição dos recursos naturais; em um segundo momento ocorre uma melhora dos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local, com isso, surge uma segunda camada da população que começa a gerir modestas indústrias locais para os agricultores; o terceiro estágio é marcado pelo aumento do comércio inter-regional, a área tende a se deslocar através de uma sucessão de culturas agrícolas, entre pecuária extensiva e produção de cereais, passando pela fruticultura, chegando à produção de laticínios e à horticultura.

Seguindo o raciocínio, tem-se o quarto estágio, onde por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar, os primeiros estágios de industrialização baseiam-se, em produtos agrícolas e florestais e incluem atividades como processamento de alimentos, artefatos de madeira e preparação de fibras têxteis, caso a industrialização prossiga, os recursos minerais e energéticos assumem importância decisiva. E na última fase, atinge-se o estágio final do desenvolvimento regional, quando a região se especializa em atividades terciárias, produzindo para exportação (NORTH, 1955).

No entanto, de acordo com Madureira (2015), North cita as etapas do desenvolvimento regional para criticar as teorias dos estágios, que teve Rostow (1974) como um dos maiores expoentes. Para North os estágios apresentam poucas semelhanças com o desenvolvimento real das regiões. Sobre essa falta de correspondência entre a teoria dos estágios e a história econômica da região e, utilizando a colonização de áreas dos Estados Unidos para suas proposições, o autor enfatiza que os Estados Unidos caracterizam-se por ser um empreendimento de colonização capitalista, ocasionando uma distribuição populacional nas regiões novas de acordo com interesses do mercado mundial.

Falando do crescimento da economia canadense, North (1955) afirma que aquela foi alicerçada nos produtos primários exportáveis, o autor explica que o termo produto primário, refere-se ao principal artigo produzido por uma região e que tem sido utilizado para designar produtos da indústria extrativa. Mas nos termos de North, que utiliza a expressão produto de exportação, tem-se incluído, além dos produtos primários, produtos do setor secundário e terciário. No caso de referir-se a um conjunto de produtos exportáveis, tem-se o termo base de exportação. Outro ponto é que em termos regionais, a demanda pelo produto ou serviço de exportação é exógena, mas o processo de produção e transferência com seus custos são endógenos, a redução desses custos seria o grande objetivo das regiões novas, e o que acarretaria o seu bem-estar econômico, para isso, tem-se um esforço incessante na busca de melhoramentos internos subsidiados pelos governos federais e estaduais, melhorando a competitividade de seus produtos.

Para o caso específico do Centro Norte do Brasil, tem-se que partes dos Biomas Cerrado e da Amazônia, encontram-se em transformação acelerada. Com isso é necessário avaliar as transformações ocorridas no espaço natural e suas implicações para a dinâmica econômica regional no tocante a utilização dos recursos naturais, sua formação social e o desenvolvimento da base econômica (BRASIL, 2008).

A medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhorava a posição de custo competitivo dos seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares, foram orientados para a base de exportação.

O esforço conjunto para melhorar a tecnologia da produção foi igualmente importante. As fazendas-modelo, as universidades estaduais e outros grupos locais de pesquisa se tornaram serviços auxiliares para as indústrias de exportação, e empreenderam pesquisas em melhoramentos tecnológicos para a agricultura, mineração e qualquer manufatura que abrange a base exportadora da região. (NORTH, 1977b, p. 300).

Segundo North (1955) a relação entre a base de exportação e a economia da região implica na determinação do nível de renda absoluta e per capita, o emprego da indústria local mantém relação direta com o emprego nas indústrias de exportação. As elasticidades-renda³ dos produtos primários de exportação definem a sensibilidade da região às flutuações, como consequência, tem-se que regiões especializadas em poucos produtos com alta elasticidade-renda sentirão flutuações na renda maiores que regiões com maior diversificação. Em concordância com as teorias da localização, o autor afirma que o surgimento e crescimento de centros depende das vantagens locacionais, as quais diminuem os custos de processamento e transporte dos artigos de exportação. Com isso, tornam-se centros comerciais de onde saem as exportações e chegam as importações para distribuição à toda região “os bancos especializados, os serviços de corretagem, os atacadistas, e outros negócios, se concentram nesses centros e atuam para melhorar a posição de custo do artigo de exportação” (NORTH, 1977b, p. 304).

Nas palavras de Piffer (2009) a teoria da base de exportação possui como pressuposto o fato de que as atividades básicas são os elementos-chave do crescimento das atividades urbanas, notadamente às ligadas ao setor secundário e terciário, sendo assim, a expansão dos setores básicos conduzem ao crescimento das atividades de serviços. Como resultado desse processo, ocorre o crescimento do conjunto da economia e a ampliação das indústrias locais, tanto voltadas à exportação como para atender à demanda interna da região.

O aumento do investimento, em capital, na base de exportação, destina-se à aumentar a mecanização dos processos produtivos e ao desenvolvimento de serviços especializados exportáveis. Geralmente, tratando-se de regiões novas, o capital investido é externo e a tendência é que os lucros e parte da renda saiam da região e a outra parte da renda seja reinvestida na expansão da base. O incremento populacional e de renda conduz a um aumento das poupanças locais e como consequência tem-se um fluxo do capital acumulado em direção a outras atividades, podendo gerar outras indústrias de exportação, isso porque, pressões políticas oriundas do processo de urbanização, desenvolvem na área uma força de trabalho especializada e viabilizam benefícios sociais básicos, com isso, o capital local tende a reforçar o desenvolvimento de novas exportações, conforme a região amadurece, torna-se menos distinguível a sua base primária, pois ter-se-á uma produção muito variada (NORTH, 1955), “podemos esperar que as diferenças entre as regiões sejam menos marcantes, que a indústria secundária se torne mais igualizada e, certamente, em termos econômicos, que o regionalismo tenda a desaparecer” (NORTH, 1977b, p. 310).

³ A Elasticidade-Renda mede a variação percentual na quantidade de um produto, dada uma variação percentual na renda (VASCONCELLOS, 2006).

Piffer (2009), explica que é perigoso manter a estrutura produtiva alicerçada apenas em base primário-exportadora, sendo necessário estabelecer uma base mais ampla de exportação. Pois, as regiões que se especializarem em poucos produtos, como base de exportação, ficarão mais suscetíveis a flutuações econômicas do que as regiões de base mais diversificada. Outro ponto levantado por Oliveira (2017a), é que para desencadear a difusão espacial da base é necessário haver capacidade de consumo dos residentes. Ainda que uma pequena parcela da população com alto poder aquisitivo sustente a economia residencial, estas consomem bens importados em maiores quantidades do que os produzidos localmente, o que dificulta a internalização dos benefícios da base.

Douglass North com seu trabalho intitulado *Agriculture in regional economic growth*, alerta para a necessidade de complemento dos argumentos sobre o surgimento do desenvolvimento, ainda que exista uma base de exportação, ou seja, a expansão de um setor base de exportação é condição necessária para o crescimento regional, mas, não é uma condição suficiente. A dotação inicial da região determina seus bens exportáveis, tendo como exemplo um produto da lavoura e, caso a vantagem comparativa desse bem seja muito superior a qualquer outro bem, ter-se-á uma concentração de recursos na produção desse produto, porém, decorre da natureza tecnológica da função de produção que, se o produto de exportação for do tipo extensivo, o qual o autor define como relativamente intensivo em trabalho e com significativos rendimentos decrescentes de escala⁴, haverá uma tendência ao surgimento de uma distribuição de renda desigual. Nesse caso, ter-se-ia a maioria da população dedicando suas rendas para necessidades simples como alimentação, no outro extremo, tem-se os proprietários das lavouras consumindo a maior parte de sua renda com bens de consumo de luxo, importados, o que definiria uma situação na qual existiria pouco encorajamento de atividades econômicas domésticas (NORTH, 1977a).

Conforme North (1977a) uma desconcentração da distribuição de renda, aumenta a variedade de bens e serviços demandados, acarretando em uma produção de parte desses bens dentro da própria área e induzindo uma diversificação dos investimentos, gerando centros comerciais bem localizados, para o fornecimento dos bens e serviços demandados. Já as economias do tipo “extensivo” tendem a desenvolver poucas áreas urbanas dedicadas à exportação e a importação. O autor afirma que em regiões de distribuição de renda mais equitativa há uma consciência dos benefícios de investir em educação, tendo como resultado

⁴ “Ocorre quando todos os fatores de produção crescem numa mesma proporção, e a produção cresce numa proporção menor” (VASCONCELLOS, 2006, p. 119).

uma melhora em sua posição comparativa em vários tipos de atividades econômicas e ampliação da base econômica resultante.

North (1977a) conclui explicando que o problema do desenvolvimento econômico regional não está na questão agricultura *versus* indústria, a questão está centrada na capacidade da região em se integrar ao mercado mundial por meio das exportações. É o resultante da sua estrutura econômica regional que sustentará um crescimento com padrão diversificado de atividade econômica.

As regiões que permanecem vinculadas a um único produto de exportação, normalmente não conseguem um crescimento sustentável e ainda, não apresentam uma especialização ou diferenciação do trabalho, pois figura-se presa a uma única indústria e, exclui boa parte da população do mercado de trabalho (MADUREIRA, 2015, p. 18)

Apresentado o arcabouço teórico e as literaturas do tema, entende-se ser possível sustentar os problemas e os propósitos deste trabalho. É nessa perspectiva que a base econômica, a estrutura social e a governança, associada à questão institucional, interagem para a argumentação dos resultados desta pesquisa. A seguir é discutido como ocorreu a ocupação da região e quais frentes de expansão atuaram para a formação regional.

5 A OCUPAÇÃO DO SUDESTE DO PARÁ

A Mesorregião Sudeste Paraense, que foi substituída pelas Regiões Geográficas Intermediárias de Marabá e Redenção, sendo aproximadamente equivalentes, passou por vários processos de dinâmica econômica durante sua história. Santos (1980); Velho (2009) e Tojal; Ricci (2009), apontam que a região esteve sujeita a influência de frentes de expansão diversas. Por ser a região de transição entre a Amazônia e Nordeste, tornou-se área de migrantes oriundos do Pará, de Goiás e do Maranhão. Esta seção pretende esboçar, as principais frentes de expansão da região e os resultados delas advindo.

5.1 As Frentes de Expansão na Região Sudeste do Pará

Segundo Velho (2009) os limites geográficos do país, devem-se aos movimentos de expansão, que a partir do século XVI seguiram em direção ao continente sul-americano. O autor define frentes de expansão como “segmentos extremos das cidades brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (VELHO, 2009, p. 08). Nesse grupo de áreas não exploradas inclui-se a região do Itacaiúnas. Dois fenômenos tendem a ocorrer nessas áreas, o incremento na densidade demográfica e um incremento no índice de urbanização, fenômenos que ocorrem de forma isolada ou conjuntamente e estão intimamente relacionados ao processo das frentes de expansão.

São os franceses, ingleses e holandeses que primeiro realizam incursões em direção a Amazônia, sendo que a partir de 1594 inicia-se uma fixação na região com a fundação de uma colônia no Maranhão. Partindo desse ponto, várias expedições francesas são enviadas ao Pará, Charles Des Vaux estabelece uma feitoria na foz do Tocantins; em 1610, La Blanjartier penetra no Tocantins explorando até a cachoeira de Itaboca; Daniel de La Touche penetra no Tocantins alcançando a confluência com o Araguaia em 1613. Por outro lado, os ingleses seguiram pela foz do Amazonas, enquanto os holandeses avançaram até o Xingu. O avanço dos portugueses, na busca da expulsão dos concorrentes, se restringirá à região em torno do delta do Amazonas, onde se pratica alguma agricultura, esse processo se efetua combinando povoamento efetivo no delta e incursões periódicas ao longo dos rios. Muitas das expedições tiveram a atuação de padres, desencadeando o que seria a origem das cidades mais antigas do Pará, como resultado da ação de ordens religiosas nas aldeias (VELHO, 2009).

Para Costa (1992) os portugueses iniciaram o processo de consolidação da conquista do vale do Amazonas, ensejaram instituir uma extensão da economia colonial com produção

agrícola fundada na mão de obra escrava africana, no entanto, logo verificou-se a baixa produtividade do solo e baixa rentabilidade mercantil dos produtos ali produzidos. A partir da segunda metade do século XVII confirma-se a aptidão e o caráter extrativista da região, verdadeira base econômica do empreendimento colonial na Amazônia. A condição imposta por essa economia extrativista excluía a possibilidade de utilização de força de trabalho alheia a área, fato que ia de encontro com o *modus operandi* da colonização, por isso, existia uma franca reprovação da atividade extrativista pela ideologia dominante.

O desejo de que a predominância extrativista desse lugar a uma economia agrícola permanente, adquiriu a condição de política pública, pelo Governador Geral do Grão-Pará, através de um conjunto de medidas implementadas até 1755, que buscavam implementar a agricultura através da importação de “equipamentos”, principalmente escravos. Importaram-se durante os vinte anos em que existiu a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, 14.749 negros, no entanto, os resultados não ocorreram, ao termino das atividades da Companhia, o extrativismo respondia por 84% das exportações da região, 2% a mais que antes do início das políticas (SANTOS, 1980; COSTA, 1992).

As incursões iniciais, podem ser entendidas como intermitentes e de poucas consequências reais para a região. Em 1721, tem-se a primeira grande exploração no Itacaiúnas. No entanto, a navegação no rio foi prejudicada pelo receio da Coroa de que se tornasse uma rota de desvio dos metais preciosos, principalmente após a fundação dos estabelecimentos de São Felix e Natividade, no antigo Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins. Em 1737 a navegação do Tocantins foi proibida por uma Provisão do Conselho Ultramarino, situação que perdurou até final do século XVIII. Nesse período, buscou-se uma ligação entre Goiás e Pará, na expectativa do surgimento de um novo estímulo econômico, após a decadência da exploração das minas. Nesse contexto, tem-se que iniciando o século XIX, a frente de expansão representada pela mineração goiana apresenta-se em franca decadência (PARENTE, 2003).

No entanto, houve efeitos indiretos sobre a nossa área de estudo durante esse período, no caso da agricultura, representada pela frente agrícola maranhense, chegou a avançar na foz do rio Itacaiúnas, mas restringiu-se a esta, enquanto a mineração representou algumas sortidas em direção ao Sul, o que foi prejudicado pelo receio do desvio de metais preciosos por contrabandistas (VELHO, 2009). Os principais efeitos sobre o sudeste do Pará, foram negativos, já que a proibição da navegação pelo rio Tocantins, manteve o isolamento da região, pois eram os rios os principais eixos de transporte da rede dendrítica do sudeste do Pará, o isolamento também contribuía para a manutenção dos conflitos com os povos indígenas no antigo Norte de Goiás.

Além das decisões administrativas na tentativa de isolar o Norte de Goiás, como a proibição da navegação fluvial pelo Tocantins, que afastava a região das outras capitanias – Grão-Pará e Maranhão -, e a interdição do acesso pelas picadas vindas do Nordeste – Bahia, Piauí -, o norte goiano sofreu ainda os ataques da população autóctone durante todo o período colonial (PARENTE, 2003, p. 49)

Uma outra frente de expansão que teve efeitos indiretos no sudeste do Pará foi a frente pecuarista⁵, a corrente de origem baiana cruza o norte goiano até chegar ao que Velho (2009, p. 25) chama de “últimos campos naturais” os campos da Barreira, na bacia do Najá, do Arraias e do Pau d’Arco, no território paraense, o que originou o município de Conceição do Araguaia. A frente pecuarista caracterizava-se por ser inseparável dos campos naturais, fatores como isolamento e baixa produtividade implicavam em baixos investimentos, o que, por sua vez, perpetuavam suas características, numa espécie de círculo vicioso. Uma outra frente desceu até o Itacaiúnas, seguindo na direção norte. Esses movimentos são vistos pelo Pará como oportunidade de definições sobre os limites geográficos litigiosos entre os estados do Pará, Goiás e Maranhão (SANTOS, 1980).

Como ponto inicial da colonização, donde partiriam em busca dos campos, fundam, então, após uma experiência, inicial frustrada junto à foz do Itacaiúnas, o Burgo Agrícola do Itacaiúnas, na praia dos Quindangues, à margem esquerda do Tocantins, 8 km a jusante da foz do Itacaiúnas, em sítio alto e livre de enchentes. Tratava-se de trecho do Tocantins ainda praticamente desabitado, a não ser, cerca de 25 quilômetros abaixo, na Praia da Rainha e no Lago Vermelho, por alguns maranhenses e goianos recém estabelecidos, realizando um pequeno comércio de caça, peixe salgado e produtos de roça, que daria origem a Itupiranga. (VELHO, 2009, p. 26)

Em 1809 um alvará do Príncipe Regente criou a comarca do Norte, inicialmente, tentou-se, a instalação, próximo ao atual, município de Marabá, porém, devido ao seu isolamento, transferiu-se a sede da comarca para a vila de Palma, mais para o sul em Goiás. No Itacaiúnas, mantém-se um destacamento de tropas que se transfere posteriormente para a confluência do Araguaia com o Tocantins, onde hoje se encontra São João do Araguaia (VELHO, 2009).

Segundo Velho (2009); Tojal e Ricci (2009), Marabá irá surgir como iniciativa de comerciantes, em 1898 inaugurou-se um barracão de comércio neste local. O nome de Marabá, que acabou se referindo ao conjunto de barracões, teria vindo do nome de antigo estabelecimento comercial de um dos pioneiros. Seu aspecto urbano de pobreza contrastava

⁵ A frente maranhense ocupou o Sertão dos Pastos Bons, de onde se espalhou fazendas de gado por toda a região. Devido a abundância de terras, baixa produtividade e pequena mão de obra, essa frente fecha-se em si mesma, como atividade de subsistência e marginalizada, porém detentora de maior autonomia em relação à *plantation* (VELHO, 2009).

com a riqueza do esplendor da borracha. No entanto, sua importância crescente fez com que posteriormente, mais afastadas da beira do rio, tivesse início o processo de urbanização da cidade.

Sobre o ciclo da borracha, Velho (2009) argumenta que faz parte de um grupo de drogas do sertão⁶, e que o seu ciclo ocorreu em um contexto em que a Amazônia se encontrava a margem do Brasil, sendo que permaneceu nessa situação por séculos. O autor ensina que a borracha faz parte de uma frente de expansão que ele denominou de extração livre, e que desde a década de 20 do século XIX registrava-se exportações de borracha, intensificando-se na segunda metade daquele século. Esse aumento de demanda é explicado, nas palavras de Furtado (2005) pela expansão, no início do século XX, da procura de borracha como matéria prima para as economias industrializadas, sendo empregada na indústria de veículos terrestres e de motores a combustão interna, e o autor complementa afirmando que por ser a borracha um produto extrativo, onde o estoque de árvores concentrava-se na bacia amazônica, o aumento de produtividade para atender a demanda crescente era extremamente difícil.

Corroborando com esse entendimento Costa (1992) cita o que ele chamou de última e mais drástica investidura no sentido de homogeneização civilizatória, o fato é o episódio no qual a multinacional Ford Motor Co., tendo como objetivo principal inserir o desenvolvimento agropecuário de forma a privilegiar o grande capital através de grandes empresas. Realizou a plantação de seringais na região do Tapajós, em 1945, não obtendo sucesso, ao término tem-se a produção da borracha na Amazônia mantendo-se como praticamente 100% extrativista. Com os governos militares instaurados em 1964, todo um aparato institucional será montado para a condução de novas estratégias de desenvolvimento industrial, agrário e minero-metalúrgico.

A implantação da fronteira amazônica ocorre sobretudo, com o estabelecimento das políticas do regime militar que passaram a vigorar a partir do golpe que ocorre em 1964. Quando o regime militar se estabelece, as condições para a incorporação das terras amazônicas já haviam sido implantadas, permitindo assim, a aplicação efetiva das ações (NASCIMENTO; BASTOS, 2016).

Foi a partir do século XIX, que o padrão de ordenamento territorial de caráter dendrítico⁷, passou a se alterar. Os rios, ainda que permanecessem como principais vias de

⁶ Denominação dada a um grupo de produtos obtidos por atividade extrativista da floresta amazônica entre estas drogas estavam (urucum, guaraná, castanha-do-pará, algodão, fumo, açúcar, mandioca, dentre outros).

⁷ Sobre esse ordenamento territorial, é fácil associá-lo ao formato de uma árvore, cujo tronco é o rio principal, e os galhos e ramos, os diversos afluentes e subafluentes. Com as seguintes características: Existência de uma cidade que se destaca pela sua importância, localização e grandeza; Grande número de cidades pequenas com funções parecidas e situadas próximas aos locais de produção ou em espaços estratégicos para a distribuição das

circulação, começaram a dividir espaço com as poucas ferrovias. A alteração desse padrão começou a ocorrer a partir do período de produção da borracha na Amazônia. As ferrovias, como a Belém-Bragança, a Madeira Mamoré e a Estrada de Ferro do Tocantins, representavam, ainda que timidamente, uma nova ordem espacial de caráter mais reticular, com a ocupação da terra firme e a presença de colônias agrícolas (TRINDADE JÚNIOR, 2015).

Foi no período da borracha que produziu-se na região amazônica a economia de aviamento, assim esquematizada por Santos (1980). No aviamento, “A” chama-se aviador e “B” chama-se aviado, A fornece a B uma quantidade de mercadoria (bens de consumo e instrumentos de trabalho), ficando B obrigado a resgatar a dívida com produtos agrícolas ou extrativos da própria safra. Havendo saldo credor, B recebe em dinheiro. Se o saldo for devedor, B fica em débito até a safra subsequente. Tem-se dessa maneira um esquema geral do aviamento. No entanto, sua constituição, é mais complexa. Assim, o aviado B pode perfeitamente tornar-se aviador de C e C, que é aviado, pode refinanciar a D, tornando-se aviador e assim, sucessivamente.

Na Amazônia, a indústria extrativista esteve conjuminada ao capital estrangeiro. Os seringalistas da borracha estavam vinculados às casas aviadoras, e dependiam delas para o financiamento. As casas aviadoras, por sua vez, funcionavam em razão da produção de borracha para a comercialização no exterior, de onde provinham os recursos. Apesar da dependência desse mercado, os patrões exerciam o seu poder nos seringais e interferiam no modo de produção, utilizando métodos exploratórios para subjugar os trabalhadores (RODRIGUES; TRINDADE; BITENCOURT, 2016).

A existência da economia de aviamento explica porque uma região que estabeleceu contato com o sistema capitalista não se monetizou e não se integrou por completo ao mercado. Primeiramente, pela existência de lideranças mercantis que pretendiam manter sua posição privilegiada em relação ao sistema de trocas; O segundo ponto é a existência de tradições de escambo e a falta de diversificação de produtos, o que dificulta trocas indiretas e; Em terceiro, por fatores culturais relacionados à ética do sistema de aviamento, baixo nível intelectual e rudimentares técnicas de produção (SANTOS, 1980). Apesar da rede iniciar com os bancos, não ocorria uma monetização das relações, por que conforme explica Loureiro (1992), o sistema funcionava com trocas aviadas a crédito, iniciava-se com os bancos fornecendo crédito para as casas aviadoras que, por sua vez, financiavam o barracão com facões, armas, remédios, munições e alimentos, por outro lado, tornava-se o comprador exclusivo do barracão. Essa

mercadorias; Poucos núcleos de povoamento de porte intermediário e; Concentração das riquezas na cidade principal e em espaços externos à região (CORRÊA, 1987).

estrutura que se formou no período do ciclo da borracha, organização dendrítica, tinha como base a centralidade de Belém, intermediada por Marabá.

Marabá prosperou e transformou-se em centro de polarização para uma vasta zona, tanto em termos de atração de contingentes populacionais, quanto em face das exigências de abastecimento. Em Marabá, todas as energias concentravam-se na extração da borracha, atividade que consumia toda a força de trabalho da região. Os comerciantes de Marabá ganharam importância, em 1913 ocorre sua autonomia municipal, com território desmembrado de São João do Araguaia, o qual já tinha sido desmembrado do município de Baião (VELHO, 2009; SPOSITO; ELIAS; SOARES, 2016).

Tavares (2010); Sposito, Elias e Soares (2016) ensinam que Marabá já era, no início do século XX, centro regional mais importante do que Conceição, essa região assim como toda a Amazônia passaria por um processo regressivo, devido a decadência da borracha como produto nacional. Posteriormente, a região teve sua infraestrutura voltada para a castanha, sendo que por se tratar de atividades de natureza extrativista, esse processo se deu sem grandes transformações e não representou uma mudança substancial “Na região de Marabá, os esforços se concentraram na castanha, e a zona do Itacaiúnas tornou-se a maior produtora; responsável, até hoje, por bem mais da metade da produção geral do Estado” (VELHO, 2009, p. 46).

Segundo Moura, Peleja e Faria (2011), é possível entender a questão regional no sudeste do Pará em momentos distintos, o primeiro deles seria anterior a 1960, onde predominava a terra pública, havia apenas 2% de terras tituladas como privadas na região amazônica, não se discutia a questão ambiental e não havia um mercado de terras estruturado, já que a região era isolada do resto do país. Um marco importante foi a abertura da Belém-Brasília em 1961. A economia tinha como fundamento o extrativismo animal, vegetal e mineral.

Sobre a frente extrativista da castanha, não trata-se de um novo período, já que em relação a borracha tem-se atividades econômicas do mesmo tipo, o que ocorre é um ajuste pós momento de crise, no qual foram mantidas as mesmas relações de trabalho (BRITO, 2009). A extração da castanha sempre esteve presente no território amazônico. A queda dos preços da borracha, e a conseqüente decadência dessa droga do sertão, levou ao ressurgimento da extração da castanha, especialmente na região do médio Tocantins. A extração da borracha preparou o caminho para a extração da castanha e, Marabá destaca-se como centro dessa produção, em detrimento, particularmente, do baixo Tocantins⁸ (SANTOS, 1980). “O transporte da castanha

⁸ O Baixo Tocantins, é formado pelos rios Moju, Pará e Tocantins. Os municípios de: Abaetetuba, Igarapé Mirim, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e Oeiras do Pará; compõem a região, que sofre os impactos da

pelo Tocantins, tal como anteriormente o da borracha, realizava-se em geral por conta dos comerciantes de Marabá, pelo menos até Alcobça (a qual, após 1943, ao ser desmembrada de Baião, passará a denominar-se Tucuruí)” (VELHO, 2009, p. 49).

Nesse período, segundo Velho (2009), Tucuruí destacava-se como ponto de baldeação, entendido como ato de passar a mercadoria de uma embarcação para a outra, por possuir armazéns e servir como entreposto para abastecer de mercadorias ampla área do médio Tocantins, chegando a atingir Porto Real, atual, Porto Nacional – TO. Ainda segundo o autor, houve também a retomada da construção da Estrada de Ferro Tocantins, sendo que os trabalhos se iniciam de fato em 1905. Posteriormente, em 1908 foram inaugurados os 43 quilômetros iniciais. Após interrupção em consequência da decadência da borracha, tem sua retomada em 1927, só no período entre 1944-46 chega-se a Jatobal, que fica a 117 quilômetros de Tucuruí.

De início a região de Marabá utilizou o sistema de castanhais livres, em conformidade com o sistema anterior de exploração da borracha na região, base necessária para o crescimento da prospera atividade castanheira. A exploração se dava em castanhais próximos da área de concentração populacional, porém, essa atividade foi avançando em direção ao interior e intensificou-se a importância dos barracões, que eram um tipo de armazém dentro da mata, constituindo-se um típico monopólio local. Ao nível político, também constata-se transformações, fundamentais para a manutenção do sistema político dominante, haja vista que tratava-se de área nova de relativo crescimento e destaque, não sendo permitido que se criasse um subsistema independente e marginal. A solução foi a implantação do sistema de arrendamento de castanhais, por parte do Governo estadual, combinando interesses da oligarquia local e o sistema político dominante, esse sistema acabou por se aperfeiçoar com o passar do tempo (VELHO, 2009).

Com o Estado Novo, a legislação é consolidada, através do Decreto-Lei nº 1, de 3.143, de 1º de novembro de 1938, que “Regulamenta o Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Nativos”, aplicável também à extração de outros produtos em todo o Estado. Nesse decreto nota-se, ao lado da intenção estritamente política, a preocupação com certa racionalização da produção, que era de interesse do Governo, agora mais independente em face do poder privado, embora sem romper em geral os laços de lealdade política (VELHO, 2009, p. 54)

Ainda Segundo Velho (2009), tem-se um retrato da violência nas relações de trabalho da região sudeste do Pará, relacionadas a estas primeiras frentes de expansão, com relatos de expropriação dos produtores diretos e a formação de uma classe média por parte dos

barragem de Tucuruí. Desse conjunto, só Oeiras do Pará não é banhado pelo Tocantins, e sim pelo Rio Pará (ALMEIDA, 2010).

arrendatários, no entanto, eram os comerciantes e fornecedores que detinham o poder na região. Por mais que os castanheiros buscassem ser autossuficientes durante os longos períodos em que se internavam na mata, durante a safra, alimentando-se de caça, da castanha e seu leite, do açaí e do cupuaçu, entre outros; inevitavelmente dependiam do barracão para a aquisição de munições, querosene, sal, açúcar, café, dentre outros produtos. Além da exposição a chuvas, doenças, animais e indígenas, o produto da coleta era fraudado, utilizando-se recipientes com acréscimos que podiam levar a perdas de até 40% em desfavor do castanheiro, por todos esses fatores, havia situações em que nada sobrava ou mesmo ficasse devendo ao patrão.

Após a redemocratização em 1945, ocorreu na região importante alteração legislativa que influenciou diretamente na questão do investimento, fato que na ciência econômica é sempre posto como importante para a segurança jurídica, que seria o direito de posse. Velho (2009) ensina que no final do mandato do General Assunção, no ano de 1954, introduziu-se importantes modificações no arrendamento de terra, pela lei nº 913, de 4 de Dezembro de 1954. Apesar de texto parecido com a lei em vigor anteriormente, essa nova normativa, sutilmente trouxe que o direito de renovação do arrendamento, pode ser entendido, como um aforamento perpétuo. Com isso, tem-se duas observações, a primeira é que o jogo político não deixou de acontecer, já que na escolha inicial a flexibilidade estritamente política estava presente, por tanto a curto prazo, representava uma manobra política fixando como arrendatários boa parte do agrupamento ligado ao Governo da situação.

A segunda observação é que na ótica a longo prazo e, do ponto de vista regional, a lei permitiu investimentos nessa área, região sudeste do Pará, pois as provisões das leis anteriores não se efetivavam. Quando a posse passou a ser praticamente incontestada, devido a segurança da posse, é que começa a realizar-se investimentos com afinco. Antes, a posse não dependia absolutamente da realização ou não do investimento, inibindo tal ação já que outro poderia se apropriar do investimento anterior, nesse cenário, alimentava-se o processo predatório e de exploração da mão de obra, com isso, tem-se um aumento da relação entre capital constante e capital variável, já que passou-se a utilizar a capacidade ociosa na entressafra (VELHO, 2009).

Sobre a questão ambiental, Moura, Peleja e Faria (2011) postularam que mesmo com um considerável incremento populacional, segundo os documentos e revisões históricas, tem-se que os ciclos da borracha produziram impactos sociais mais significativos do que impactos ambientais. Isso porque a exploração na região não era suficiente para alterar a floresta como um todo, já que a concentração populacional restringia-se às margens dos grandes rios.

5.2 A Modernização das Bases Econômicas na Região Sudeste do Pará

Velho (2009) afirma que associar o crescimento econômico da região à construção da Belém-Brasília, incentivos fiscais e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é um equívoco, esses fatores foram importantes, mas não teria surtido efeito se não fossem as condições que já desenvolviam-se na região, assim como em toda a Amazônia. Sobre essa questão, é passivo na literatura um entendimento contrário, no qual os grandes eixos de integração vieram e desenvolveram-se com a construção de rodovias como a Belém-Brasília e a Transamazônica (BECKER, 1990; LOUREIRO; PINTO, 2005; BRITO, 2009; OLIVEIRA, 2015; TRINDADE JÚNIOR, 2015; OLIVEIRA, 2017a).

Exemplificando essa linha de raciocínio, Loureiro e Pinto (2005) defendem que a proposta baseava-se em oferecer vantagens fiscais a empresários e grupos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos empreendimentos que viessem a se instalar na região. Como principal instrumento tinha-se os incentivos fiscais, principalmente para a pecuária, a extração de madeira e a mineração. Sobre essas atividades os autores destacam que requerem grandes quantidades de terra e destinam-se à exploração de produtos primários ou semielaborados e, conseqüentemente, geram poucos empregos. Os financiamentos eram concedidos através da SUDAM ou do Banco da Amazônia (BASA) e foi por meio dos incentivos fiscais, que as grandes empresas beneficiadas puderam destinar uma parte ou até a totalidade do imposto de renda que deveriam pagar ao governo, para criar empresas na região.

Outro exemplo das transformações geradas pela construção das rodovias, pode ser extraída do trabalho de Mello e Thery (2001), que resumindo a distinção entre o eixo orientado pela navegação fluvial e o eixo criado pelas rodovias, afirmam que os transportes sempre foram determinantes na organização e integração do espaço amazônico. A malha hidroviária fixou a localização das aglomerações nas calhas dos rios durante séculos. Nos últimos trinta anos, porém, a malha rodoviária se consolidou como o novo padrão de localização das cidades, o da terra firme. Por tanto, na região existem espaços que estão sob o domínio de tempos e velocidades de transformação diferentes, já que os eixos de forças são identificados como da agropecuária e do extrativismo, alicerçados pela rede de transporte que possibilita seu escoamento.

Aos poucos, fortalece-se uma agricultura de terra firme, e obscurece-se a pequena agricultura de várzea, junta-se a isto o alto incremento demográfico que a área do Itacaúnas teve na década de 50. Afastando-se do rio em busca de terras melhores e desocupadas, tem-se um avanço significativo na região de São João do Araguaia. Nesse processo, surgem os

aglomerados, que apesar de terem a vantagem de serem menos isolados, exigiam regras de convivências, um exemplo é a criação de porcos, já que esses animais tendem a invadir as roças, o que pode gerar conflito entre os moradores. Quando um aglomerado demonstrava que tinha condições de se expandir, transformava-se em local de comercialização, passando a atrair mais moradores, movimento que era intensificado quando, ainda que de forma rudimentar, passava a oferecer instrução escolar para as crianças, nesse ponto tem-se um poderoso fator de polarização, podendo chegar a esvaziar os aglomerados menores. Essa frente apresenta um caráter novo, pois até então, os movimentos em toda a área da Amazônia eram ditados pelos cursos dos rios, os grandes eixos fluviais, no entanto, essa frente agrícola busca o interior, as áreas desocupadas (VELHO, 2009).

A abertura da Belém-Brasília é parte importante do processo de crescimento da economia da região, coincidindo com o aumento da pressão gerada pela frente agrícola em direção ao oeste. Outro reforço foi a política de créditos inaugurada em 1960 pelo Banco do Brasil, destinada ao pequeno produtor rural e entendida como liberal, pois provas simples de ocupação da terra eram aceitas para a liberação do financiamento, em 1964 este banco abre uma agência no município de Marabá. Com isso, um forte movimento de legalização de terras ocorre em municípios como São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia. Esse fenômeno é intensificado nos anos de 1964 à 1967 pelo fato do estado do Maranhão, vizinho da região, não adotar política de distribuição de títulos de terra, gerando um grande deslocamento populacional para o sudeste do Pará (VELHO, 2009).

Considerando o momento após 1960, tem-se que as terras à margem da rodovia são valorizadas, estruturando-se um mercado de venda de terras, ocorre um intenso fluxo migratório para a região, na esperança de encontrar terra boa e fértil. Os produtos industrializados do Sul e Sudeste chegam pela rodovia, aumentando a concorrência e desestruturando a organização do mercado local (MOURA; PELEJA; FARIA, 2011).

A partir de 1964, segundo Velho (2009), após algum tempo da abertura da rodovia Belém-Brasília, percebe-se um fluxo de exportação crescente de arroz da região, que passavam antes por Imperatriz-MA, para posteriormente ser distribuído, sendo São Domingos do Araguaia um dos municípios que produziam grande parte desse arroz. O autor destaca que juntando-se a isso, o fato de existir a pecuária e a coleta da castanha, assim como, a presença da produção de arroz na pequena lavoura, inaugura-se uma nova fase na história da área. No entanto, o arroz da região se mostrou de baixa qualidade em relação a outras regiões produtoras como Goiás, Minas Gerais e São Paulo, além disso, diferentemente de outras regiões próximas ao cerrado, a limpeza da roça era constante durante todo o ano, e na colheita o acréscimo da

mão de obra podia chegar a 50%, sendo empregado mulheres e crianças na atividade, além de ser muito comum o sistema de fazer adjunto (uma espécie de mutirão), prática que ficava cada vez mais difícil com a intensificação da atividade agrícola e da crescente urbanização.

Ao mesmo tempo, e diante dessas dificuldades na lavoura, muitos camponeses foram utilizando empréstimos, junto ao Banco da Amazônia, para adquirirem gado, com destaque para o eixo São Domingos-Apinagés. Alguns efeitos contraditórios dos empréstimos foram ocorrendo, pois, se por um lado era latente o aumento da área plantada, os elementos de insegurança gerados acabaram por acelerar a concentração e a passagem para a pecuária que já ocorriam em menor velocidade. Além do afastamento do padrão camponês de trabalho, somasse o reembolso ao banco, com juros, que muitas vezes pelo seu caráter pessoal e impostergável era mais rígido que a relação tradicional com o pequeno comerciante-financiador, ainda mais, porque a relação do banco não incluía acompanhamento da atividade ou assistência técnica, restringindo-se à atividade de fornecer o empréstimo e cobra-lo posteriormente (VELHO, 2009).

Segundo Sposito; Elias e Soares (2016) o surgimento de atividades auxiliares demonstra o surgimento de cadeias produtivas ligadas à pecuária. Utilizando dados do censo agropecuário de 2006, os autores afirmam que na década de 2000 o sudeste do Pará desponta pela grande quantidade de gado bovino, representando 68% do rebanho paraense, com destaque para São Felix do Xingu, Redenção, Conceição do Araguaia, Parauapebas, Paragominas e Marabá. Este salto deve-se à chegada de grandes empresas do setor de frigorífico e laticínios. Os principais frigoríficos encontram-se nos municípios de Água Azul do Norte, Conceição do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Marabá, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, Tucumã e Xinguara.

Já Mello e Thery (2001) detalham que o maior peso da produção agropecuária se encontra na criação de gado bovino e na produção de soja. Sobre a pecuária, os autores afirmam que teve sua expansão, na região, ainda nos anos 70 e que está atrelada às causas do desmatamento durante as décadas de 80 e 90. Essa atividade tem aumentado as áreas ocupadas por pastagens plantadas, consumindo solos frágeis que deveriam ser protegidos. Bovinos e soja são as produções que mais aumentaram nas últimas décadas, essas culturas representam uma potente frente pioneira capaz de transformar profundamente a situação da região, grandes estabelecimentos agrícolas estão se expandindo sobre regiões menos capitalizadas, cruzando o cerrado e penetrando em florestas até então intactas (THERY, 2002).

Nas palavras de Velho (2009), os processos de transformação que se seguiram na região, pouco antes da construção da rodovia Transamazônica, no final da década de 60, ocorriam de

maneira acelerada. Os quatro processos são a penetração da frente agrícola e a pecuária intensiva, outro fator considerado pelo autor é o ramal da Belém-Brasília, a PA-70 e, por fim, já em um trabalho prospectivo para a época, cita-se o processo de surgimento de um novo tipo de exploração mineral. Sobre a PA-70, tem-se que foi aberta em caráter precário em 1969, apresentando-se como novo eixo de ocupação na margem direita do Tocantins, a construção do ramal passou a ser considerado logo após a construção da Belém-Brasília, que ficava afastada de Marabá “De fato, a estrada não vai até Marabá, pois cruza o rio cerca de 15 km acima, numa localidade chamada São Félix, que em 1965 possuía apenas três casas de moradores, e para a qual o Censo de 1970 registrará 297 casas e 1.461 habitantes” (VELHO, 2009, p. 131).

Ainda sobre a PA-70⁹, trata-se de uma rodovia com extensão de 220 Km, com um pequeno trecho no município de Marabá, passando por São João do Araguaia, São Domingos e Paragominas, o trecho de São João do Araguaia desenvolveu-se no meio da mata, não tendo ligação com a sede do município. Alguns fatos corroboram com a ideia de reestruturação na orientação do sistema de transporte, saindo da navegação fluvial para o transporte rodoviário, por exemplo, foi nessa época, a partir de um acampamento do Departamento de Estradas de Rodagem, que surgiu uma localidade, batizada de Vila Rondon, em 1968, por causa da presença de estudantes do Projeto Rondon¹⁰ no local, originando o atual município de Rondon do Pará. A Vila Rondon, nascida na área do município de São Domingos do Capim, o qual mantinha sua sede isolada, possuía uma dinâmica que contrastava com a sede, por isso, cogitou-se a mudança da sede municipal para as margens da Belém-Brasília. Este é um exemplo da dinâmica gerada pela mudança de orientação do sistema de comunicação e transportes, saindo do primado da navegação em direção a predominância do transporte rodoviário, criando eixos de produção, o qual enfraquece a organização administrativa montada no período anterior, que tinha como referência os rios da região (VELHO, 2009).

Possuir ligação com a rodovia Belém-Brasília, significou ligar-se a todo o país, por ela penetraram, além dos agricultores maranhenses, fazendeiros baianos, mineiros e capixabas. Há também, representantes da camada média de origem urbana, trazidos pela possibilidade de terras desocupadas, que o autor chamou de uma espécie de movimento do gênero Marcha para o Oeste¹¹. Contam-se algumas firmas gaúchas, paranaenses e também norte-americanas,

⁹ Atualmente essa rodovia chama-se BR-222, que liga a BR-010 (Belém-Brasília) ao município de Marabá.

¹⁰ Coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes.

¹¹ O termo faz referência à expedição de vanguarda, que se lançou por regiões desconhecidas, que formavam “manchas brancas” no mapa do Brasil. Muitas dessas regiões eram dominadas por tribos indígenas que barravam a entrada de castanheiros, seringueiros e garimpeiros na floresta, para mais detalhes ver (ROYSEN, 2015).

empenhadas, até então, na exploração da madeira, em áreas ainda próximo à Belém-Brasília. Um exemplo de como o transporte rodoviário alterou a dinâmica local é citado por (VELHO, 2009, p. 141) em um exemplo de viagem entre São Domingos e Marabá.

Até 1969 uma viagem de São Domingos até Marabá exigia percorrer a estrada de São Domingos até Apinagés a pé, montado ou pegando um lugar num jipe ou caminhão eventual. Se conseguisse um transporte por rio em Apinagés até às 15h, com cerca de mais 3 a 4 horas de transporte por rio chegava-se a Marabá (na volta a subida levava de 8 a 9 horas). Depois das 15h, já não era possível navegar, pois o sol se põe exatamente na direção do curso do rio, dificultando a visão dos pilotos e tornando a navegação muito perigosa nas corredeiras e canais. Quem não conseguisse transporte até essa hora, o que era comum, tinha de pernoitar numa palhoça na beira e aguardar o dia seguinte. A partir de 1969, com a estrada Marabá-São João, passou-se a realizar a viagem em 3 horas de jipe ou 6 horas de lotação. A partir de outubro de 1971, com a Transamazônica, a viagem de São Domingos a Marabá reduziu-se a um trecho de 56 km, percorridos em 1 hora de ônibus ao custo somente de Cr\$ 2,00.

Mas não só as rodovias influenciaram na alteração dos eixos de transporte, a ferrovia também, sobre o tema Sposito, Elias e Soares (2016) afirmam que além de novas atividades econômicas, houve uma aumento do fluxo migratório a partir do final da década de 50, intensificado a partir da construção da Belém-Brasília, da PA-70 e abertura da Transamazônica em 1971, além dessas, destaca também a PA-150 que liga Moju a Redenção. E posteriormente, em 1985, é inaugurada a Estrada de Ferro Carajás, ferrovia que tem atuação nos Estados do Pará e Maranhão.

A demais, a abertura das estradas, ao tirar a região do isolamento, impactando no sistema da justiça e política local, e prejudicando o tradicional oligopólio e a manutenção da exploração da mão de obra, alterou o cenário local, em favor do pequeno agricultor. Desde a abertura da PA-70, conseguiu-se uma colocação melhor para a castanha no mercado nacional, em detrimento ao grupo exportador de Belém. A chegada diária de caminhões com mercadorias vindos do Sul do país, barateou o custo de vida na região e ajudou o pequeno produtor a aumentar o canal de comercialização dos seus produtos (VELHO, 2009). É por isso, que Becker (1990) ensina que a experiência da Amazônia mostra que a formação de regiões decorre de uma decisão tecnocrática, dos governantes, mas também de um processo coletivo, da prática social local, e nesse cenário o quadro institucional não atua de forma independente da prática social. Por tanto, as conjunturas locais relativizam os efeitos estruturais das forças homogeneizadoras.

A partir dos anos de 1980, boa parte da dinâmica econômica do município de Marabá se deve à empresa Vale, em virtude disso, a população passou de 24.474 hab. em 1970, para 233.669 hab. em 2010. Marabá destaca-se como uma base logística da empresa, possuindo papel importante como entroncamento rodoferroviário, formando uma região de integração,

constituída pelos municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia (SPOSITO; ELIAS; SOARES, 2016).

Moura, Peleja e Faria (2011) apontam que o momento pós 1964 até 1985 foi um período onde as políticas desenvolvimentistas transformaram a Amazônia em uma vasta fronteira de expansão do capital, destacando-se três elementos básicos, o primeiro são os incentivos fiscais do governo (exploração de madeira, pecuária, e a siderurgia); o segundo elemento foi a modificação da legislação federal buscando alinhar interesses da união com os dos estados, estes alteraram igualmente suas legislações e; o terceiro elemento foi a venda de terra pública para grupos econômicos. Como as terras eram vendidas em grandes lotes, não importando quem às ocupasse, os conflitos proliferaram nos anos de 1980.

A exploração de minério, que utiliza como base o carvão vegetal, intensificou o desmatamento da região. Grandes indústrias mineradoras transferiram-se para a Amazônia no fim da década de 1980, com destaque para as que produzem bauxita, alumina e ferro-gusa. Apesar da aparência de indústria moderna, ela reproduz o modelo agroexportador de semielaborados e produtos *in natura*. Na Amazônia a modernização não disseminou benefícios, mas sim, gerou concentração de riqueza e devastação da natureza valendo-se de força de trabalho informal e ilegal (MOURA; PELEJA; FARIA, 2011; CONGILIO; IKEDA, 2014). Falando sobre o garimpo na região, Garrido Filha, Costa e Ribeiro (1988) e Brito (2009) afirmam que o mais importante foi o de Serra Pelada, que recebeu esse nome devido ao tipo de cobertura vegetal da área, formada por campos rupestres, mas o verdadeiro nome do local é Morro da Babilônia. Essa atividade acarretou no surgimento de alguns núcleos urbanos como Curionópolis.

Ainda segundo Sposito, Elias e Soares (2016), o período entre final dos anos 1980 e meados dos anos 1990, representou um tempo de mudanças estruturais político-administrativas no sudeste do Pará, induzidas pelo processo de descentralização do poder da União, alicerçadas pela Carta Magna de 1988, e que diante dessas mudanças os atores locais, passaram a reivindicar a criação de novos municípios. A partir dos anos de 1960, as rodovias e toda a teia de ocupação econômica decorrente delas tece novos conflitos, entre fazendeiros e posseiros, entre castanheiros e donos de castanhais (MOURA; PELEJA; FARIA, 2011).

O mais conhecido conflito no sudeste paraense foi o chamado Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, na margem da PA-150, onde dezenove pessoas foram mortas pela Polícia

Militar. O confronto ocorreu quando 1.500 trabalhadores sem-terra, que estavam acampados na área, decidiram fazer uma marcha em protesto à demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira (SANTOS, 2017, p. 147).

Essa seção buscou situar temporalmente a Região Intermediária de Marabá e Região Intermediária de Redenção, que tiveram como elementos iniciais de sua dinâmica socioeconômica a extração livre, onde a borracha foi a atividade que modificou as relações de trabalho, ainda que em caráter precário, com boa parte da população flutuante e poucos benéficos locais. A comercialização da produção era controlada por financiadores de Belém e estrangeiros, estes grupos ficavam com a maior parte da mais-valia gerada. Sempre houve, paralelamente, atividade de pecuária e agricultura de subsistência, a partir da década de 50 a relação castanha-gado modificou consideravelmente a organização do trabalho e passou-se a utilizar de forma plena o fator terra, devido a um aquecimento dos investimentos em infraestrutura, como vias de transporte. Após a construção da Belém-Brasília e posteriormente da rodovia Transamazônica, destaca-se a produção de arroz e a participação conturbada da rede bancária no processo, por situações em que nem sempre coincidiam a racionalidade do agente com a racionalidade do sistema. Outro ponto de destaque é a atividade recente de exploração extrativista mineral e o agronegócio, suas relações modernas em termos de tecnologia, preservam as conservadoras relações de trabalho, além dos fortes impactos ambientais na região.

5.3 Os Projetos Desenvolvimentistas e as Novas Bases Econômicas

Brito (2009) em seu trabalho sobre a centralidade de Palmas –TO, o qual estudou a região delimitada pelo Estado do Tocantins e leste e sudeste do Pará, a qual denominou de “Sudeste da Amazônia Legal”, afirma que na década de 1970 o rearranjo produtivo da Amazônia ocorreu devido a um conjunto de políticas desenvolvimentistas, o que influenciou em seus processos demográfico e econômico. Destacam-se os projetos de infraestrutura, notadamente a implantação das rodovias, que substituíram o transporte fluvial, transformando a região amazônica e, no caso específico, a região sudeste do Pará.

No mesmo sentido Becker (2005) explica que nos anos de 1970, o que sustentou a fronteira de expansão foram os incentivos fiscais e a migração induzida pelo governo federal. E que atualmente, a migração é intra-regional, de um estado para o outro e, sobretudo, rural-urbana. Outro elemento importante de diferenciação é o comando das frentes por parte de

Belém e de Cuiabá, as expansões das frentes são comandadas por madeireiras, pecuaristas e sojeiros, já instalados na região. A autora localiza as principais frentes de expansão atuais na Amazônia da seguinte forma: uma parte de São Felix do Xingu, no sudeste do Pará, em direção ao rio Iriri; outra parte do extremo Norte de Mato Grosso pela rodovia Cuiabá-Santarém, e; a terceira parte do Norte de Mato Grosso e de Rondônia em direção ao sul do Estado do Amazonas.

Em 1964 o governo militar, ao identificar pontos de estrangulamento na economia, apresentou como solução o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que objetivava retomar o crescimento nacional através de um arcabouço institucional para fortalecer tanto o mercado de ações como a política de financiamento (BRITO, 2009). Em seu trabalho Villarino (2016), caracterizando além do PAEG o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, lançado dois anos antes, afirma que o PAEG trouxe como novidade a noção de mercado enquanto “sistema de preços”, por outro lado há no plano um silenciamento das expressões “estrutura, formação de capital e endividamento externo”, o autor afirma que a principal diferença entre os dois planos é que enquanto o Trienal define o estado como responsável pela seleção qualitativa de investimentos corretivos, o PAEG elege o estado como responsável por manter e incentivar um nível quantitativo de investimentos agregados.

Segundo Brito (2009) com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) iniciou-se no país uma desconcentração industrial com financiamento e construção de infraestrutura básica, ocorrendo uma capacitação de áreas denominadas “atrasadas” as quais passaram a gerar novos investimentos, notadamente relacionados à modernização da agropecuária, construção de parques industriais e em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Dentre os grandes projetos nacionais que impactaram a região, o autor destaca a construção do Complexo Carajás-Ferrovia do Aço. “No I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre 1972 e 1978, o Estado, por meio de ações centralizadas, encorajou a ocupação da Amazônia Legal e do Cerrado oferecendo terras e créditos para os produtores rurais oriundos de outras regiões do país” (OLIVEIRA, 2017a, p. 16).

Já Fonseca e Monteiro (2008), explicam que o (II PND) foi alvo de acaloradas polêmicas, pois pretendia imprimir novo rumo ao desenvolvimento brasileiro ao priorizar aumento da capacidade energética, produção de insumos básicos e de bens de capital, rompendo com o modelo anterior de bens de consumo duráveis. Nessa mesma linha, Loureiro e Pinto (2005) enfatizam que durante os anos de 1960 e 1970, os principais obstáculos ao desenvolvimento da Amazônia eram: a insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas. Essas e outras teorias com enfoques semelhantes entendiam que seria possível atrair capitais

produtivos, desde que fossem oferecidas vantagens. Por isso, o novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, adotado pelo regime militar, inspirava-se nessas concepções teóricas.

Falando sobre o Programa para a Integração Nacional (PIN), Kohlhepp (2002) ensina que, o programa data da primeira metade dos anos 1970 e foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, colocado em prática com a construção de estradas de longa distância, como a Transamazônica. As estradas pioneiras serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento”. Comentando sobre a importância do PIN, Brito (2009) faz constar que o programa direcionou recursos para a construção da BR 230 (Transamazônica), principal rodovia da porção norte no sentido leste/oeste, beneficiando algumas cidades dentre elas Marabá. Ainda segundo o autor, o objetivo principal dessa rodovia era deslocar nordestinos (mão de obra) para ocupar a faixa ao longo da rodovia, através de assentamentos planejados.

Já Oliveira (2015) destaca que o PIN era uma tentativa de reorientar a estratégia de desenvolvimento regional, dentro da concepção de integração regional e, por isso, foram incorporados ao I PND (1972 a 1974). Vale destacar que, esse programa serviu para financiar a modernização (agrícola e industrial) das grandes empresas, e que a redistribuição de terras para pequenos produtores foi desprezível, tornando-se instrumento de concentração fundiária e de renda.

Em 1974 foi estabelecido o Poloamazônia, com um viés em programas agropecuários e minerais, distribuiu polos de crescimento, dos quais tem-se a instalação da infraestrutura básica para a área da reserva mineral de ferro da Serra dos Carajás (BRITO, 2009). Nessa segunda fase, as estratégias de planejamento regional na Amazônia concentraram-se no conceito de polos de crescimento. Os polos foram baseados em pontos focais setoriais, como extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial (KOHLHEPP, 2002).

Oliveira (2017a) destaca que em relação aos minerais, fato que está diretamente relacionado à nossa área de estudo, iniciou-se o mapeamento da localização das jazidas com o projeto Radar da Amazônia (RADAM), na década de 1970. Quando surgiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME). Foi este órgão que elaborou um mapa identificando as áreas de interesse mineralógicas. Sendo que no sudeste do Pará existia uma área intitulada Província Mineral de Carajás. Onde encontram-se minérios não metálicos, pedras preciosas e semipreciosas.

Sobre o Programa Grande Carajás (PGC), que foi o grande projeto de exploração mineral na região, Kohlhepp (2002) afirma que as decisões eram tomadas sem qualquer coordenação com as respectivas autoridades regionais ou locais, nem mesmo a SUDAM participou das negociações. Este programa cobriu uma área de quase 900 mil km², nos estados do Pará e do Maranhão. O programa demonstrou forte dependência das condições do mercado mundial. Além disso, a construção de estradas, a ferrovia da mineração Carajás, a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e a larga rede de sistemas de transmissão, contribuíram para a sobreposição de novas estruturas espaciais e um novo surto de devastação das florestas, associada à produção de carvão vegetal, fazendo aumentar as disparidades socioeconômicas intra-regionais e a desintegração regional.

Em 1980 o presidente João Batista Figueiredo criou o Projeto Carajás. Neste período e na década seguinte, acelerou-se o fluxo migratório para Marabá, que ainda comportava Parauapebas, município emancipado em maio de 1988 e onde se instalou a empresa mineradora Vale do Rio Doce, principal empreendimento minerário do Programa Grande Carajás, posteriormente privatizada. De Parauapebas, se desmembraria Canaã dos Carajás, em 1994, município onde atualmente a VALE S.A. investe pesadamente em atividades de extração de minérios como cobre, níquel e ferro (CONGILIO; IKEDA, 2014, p. 81).

Ainda segundo Congilio e Ikeda (2014) o Programa Grande Carajás (PGC), tornou-se atualmente um projeto de exploração pela VALE S.A. sendo que, a área onde se desenvolve é considerada a mais rica em minérios do planeta, ocupando cerca de 900 mil km² em plena floresta amazônica. A região é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia. Além do minério de ferro, são explorados manganês, cobre, níquel, ouro, bauxita e cassiterita. O governo brasileiro tem financiado empresas e infraestruturas para megaprojetos de expansão de fronteira no sudeste do Pará. Os autores destacam ainda que ocorre um espalhamento de relações de trabalho deterioradas da VALE para os demais setores produtivos na região e citam os projetos associados ao Programa Grande Carajás como a construção de estradas e da ferrovia da mineração Carajás, construção do porto de Itaqui, que liga a ferrovia que sai de Parauapebas ao transporte marítimo para exportação do ferro e a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, todos teriam contribuído para a formação de novas estruturas espaciais.

Já o III PND (1979-1985), não teve a mesma infiltração de suas ações na região como os planos anteriores, ainda que tivesse em seu escopo a intenção de prosseguir com as ações regionalizadas, a instabilidade política e econômica, que acometeu os anos 1980, obrigou o Estado a dedicar-se à solucionar os problemas macroeconômicos, como a inflação e o

pagamento da dívida externa, deixando de lado as questões relativas às políticas regionais (OLIVEIRA, 2017a).

Com a crise financeira do Estado brasileiro, nos anos de 1980, as políticas públicas desenvolvimentistas perderam espaço, força e rigidez, a ocupação da região Norte do Brasil passa a se reger, fundamentalmente, pela lógica do mercado. O sudeste do Pará encontra-se nesse contexto, em que abre-se um vácuo no processo de desenvolvimento regional (MOURA; MOREIRA, 2001). A área continuou a ser uma fronteira, apenas retirou-se os aspectos das ações de políticas públicas voltadas para a integração da região e, conseqüentemente, ocorreu uma diminuição dos fluxos migratórios. A tabela 01 apresenta a taxa de crescimento populacional da região Norte de 1940 a 2000.

Tabela 01 – Crescimento Populacional da Região Norte

Períodos	Região Norte			Brasil		
	Urbanos	Rurais	Total	Urbanos	Rurais	Total
1940/50	3,6	1,8	2,3	3,8	1,6	2,3
1950/60	5,5	2,7	3,6	5,5	1,6	3,2
1960/70	5,5	2,4	3,6	5,2	0,7	2,9
1970/80	6,6	3,4	4,7	4,5	-0,6	2,5
1980/91	5,4	2,0	3,9	3,0	-0,7	1,9
1991/96	3,5	0,7	2,4	2,1	-1,0	0,8
1996/00	6,3	-2,0	3,4	-	-	1,8
1991/00	4,8	-0,5	2,9	-	-	1,3

Fonte: Moura e Moreira (2001, p. 220)

Entre os efeitos mais visíveis do processo de desenvolvimento orientado pela lógica de mercado, tem-se o aumento da concentração populacional, em uns poucos polos de desenvolvimento e de prestação de serviços, com isso, atrai-se população e contribui para a estagnação das atividades econômicas do interior. Contingentes de pessoas, deixam as áreas rurais e mesmo as pequenas cidades interioranas em busca da sobrevivência nas áreas urbanas de maior porte e/ou em alguns novos polos de atividade econômica (MOURA; MOREIRA, 2001).

Essa seção discutiu os principais planos e programas, de caráter desenvolvimentistas, que impactaram diretamente a região, buscando principalmente uma desconcentração da industrialização brasileira e abandono da política de substituição das importações, os planos e programas alteraram de maneira permanente as relações econômicas. O capítulo apresentou ainda um panorama das transformações a que a região fora submetida, como ocorreu o processo

de ocupação e quais as frentes de expansão que mais modificaram as relações sociais, institucionais e econômicas do sudeste do Pará, em paralelo, apresentou as teorias utilizadas para a argumentação sobre a forma como este processo ocorreu, resultados advindos e prospecções para o desenvolvimento da região.

6 ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDESTE DO PARÁ

Essa seção apresenta os resultados encontrados para as Regiões Geográficas Intermediárias de Redenção e Marabá, definidas como recorte territorial da região paraense pertencente à Região de Referência Centro Norte do Brasil, em termos de indicadores sociais, econômicos e institucionais, para os períodos estudados.

6.1 Descrição dos Indicadores

Iniciando com os indicadores sociais, utilizados na pesquisa, tem-se que, de maneira geral, todos apresentaram evolução no período, o único que apresentou redução percentual foi o indicador relacionado à despesas com assistência social e previdência, já que o sinal negativo do indicador relacionado às pessoas pobres representa um fator positivo, pois indica uma redução da pobreza nos municípios.

Todos os valores em moeda (valores absolutos da soma dos valores municipais da região) foram deflacionados para o ano de 2010, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna¹², os valores não financeiro, que foram inseridos com quantidades, tiveram seu valor absoluto utilizado (região) e aqueles que foram inseridos como média tiveram a média da região extraída.

Com relação ao aumento populacional, houve um incremento de 38% no total de pessoas da região, no período entre 2000 e 2010, com destaque para a população urbana, com um incremento na Taxa Média de Crescimento Geométrico de 4,32% ao ano. O forte aumento populacional é um dos indicativos da existência de uma fronteira em expansão, ainda que a migração para a região amazônica tenha diminuído nos últimos anos. Outro processo se intensificou nas regiões de fronteira, é a urbanização da população, o que pode ser comprovado pela TCG desse indicador, esse processo altera a relação do homem com a natureza, saindo de uma relação extrativista sustentável, para uma relação predatória, boa parte da população que sai da área rural em direção a área urbana, tem dificuldade de conseguir emprego formal, instalam-se nas periferias da cidade e pressionam o poder público por políticas sociais.

Já o consumo de energia residencial, mais que dobrou no período, com uma TGC de 7,24%, além da maior oferta, um dos fatores que contribuiu para esse cenário foi o aumento da demanda, já que observa-se um aumento considerável da população, principalmente nos centros

¹² Para correção dos valores utilizou-se a Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>>.

urbanos. A relação estaria em questões do tipo: Aumento de renda da população ocasiona consumo maior de eletrodomésticos, as condições de aquisição, através de políticas de demanda agregada por parte do governo federal, como no caso da redução de IPI para a linha branca, proporcionam ao cidadão, não só, trocar os eletrodomésticos por modelos mais modernos, como consumir produtos que não possuíam. Ver Tabela 02.

Tabela 02 – Taxa Média de Crescimento Geométrico das Variáveis Sociais da Região

Variáveis Sociais	2000 (a)	2010 (b)	$[(b/a)^{0,1} - 1] \times 100$
População Urbana	684.402	1.044.566	4,32
População Rural	423.574	487.330	1,41
Consumo Energia Residencial (Mwh)	224.600,36	452.069,56	7,24
Expectativa anos de estudo (média)	6,16	8,02	2,67
Médicos Mil/hab (acumulado)	5,11	13,85	10,48
Domicílios água encanada (média)	24,38	35,98	3,97
Domicílios coleta de lixo (média)	26,80	49,09	6,24
Leito hospitalar Mil/hab (acumulado)	77,97	100,75	2,59
Despesas saneamento e saúde (mil reais)	239.141,26*	487.459,21	7,38
Pessoas pobres (média)	48,57	33,71	(- 3,58)
Despesas educação e cultura	414.816,16*	751.897,10	6,12
Domicílios rede de esgoto (média)	1,51	2,91	6,78
Despesas Assistência Social/Previdência	77.383,65*	75.301,97	(- 0,27)

Fonte: Autor com base em FAPESPA (2016), Tesouro Nacional (2018), IPEADATA (2018), AtlasBrasil (2018).

* Valores corrigidos para o ano de 2010

O aumento de renda é indicado por fatores como a diminuição da pobreza, fato demonstrado pela redução desse indicador para a região, TGC (-3,58) no período, destaque para municípios que ultrapassaram os vinte pontos percentuais de redução como (Baião, Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia)¹³, no entanto, todos esses municípios têm em comum o fato de possuírem populações menores que 60.000 habitantes, o que confere maior destaque a Parauapebas, que mesmo possuindo uma população

¹³ Para mais detalhes sobre os dados de cada município e para cada um dos indicadores utilizados na pesquisa, ver Apêndices.

de quase 154 mil habitantes, em 2010, apresentou uma diminuição de sua população pobre de 37,34% em 2000 para 13,17% em 2010, ou seja, redução de 24,17%, fato que indica a presença de dinâmica maior que, simplesmente ação assistencial do estado, ainda mais porque esse tipo de despesa apresentou redução no período, o que pode ser comprovado pelo TGC negativo do indicador Despesas com Assistência Social e Previdência.

Uma das formas encontradas para proporcionar renda à população mais carente foi através dos programas de transferência de renda do governo federal, dentre os quais se destaca o Bolsa Família¹⁴, que segundo dados do Ipeadata (2018), a região possuía 130.537 benefícios distribuídos nos trinta e oito municípios, isso representou em 2010 um valor de R\$ 13.797.474,00; postos como renda da população, e com isso um aumento no consumo da região, já que a população assistida pelo programa é um grupo com pouca propensão marginal a poupar, apresentando-se como política de demanda agregada, aquecendo a economia local.

Com relação ao indicador Expectativa de Anos de Estudo, este busca indicar o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Para a região pesquisada, ocorreu uma variação positiva de 2,67% ao ano, na Taxa de Crescimento Geométrico. No Estado do Pará, entre 2000 e 2010, esse indicador foi de 6,80 anos para 8,49 anos “variação de 24,85%” (atlasbrasil, 2018), sendo assim, a região teve desempenho positivo superior ao do Estado, na região esse aumento foi de 30% no período, o aumento nos anos de estudos está na mesma direção do que aconteceu com as despesas em educação e cultura, que na região teve um salto com variação de 81% entre 2000 e 2010 (TGC de 6,12%), o que indica que um investimento maior em educação e cultura, tende a gerar resultados positivos.

Um indicador que está defasado é a quantidade de médicos, ainda que a variação para o período tenha sido positiva a quantidade de médicos por mil/habitantes está abaixo da média do Estado do Pará, que foi de 0,77 médicos por mil/habitantes em 2010 (MS/RIPSA, 2018), enquanto a média dos 38 municípios da região, apresentou um valor de 0,36 médicos por mil/habitantes, em uma tendência explicada pela Teoria dos Lugares Centrais, concentra-se nas maiores cidades, relacionando-se com locais de maior poder aquisitivo e concentração populacional. Os únicos que se igualaram ou superaram a média estadual foram: Redenção com 0,77 e Canaã dos Carajás com 0,89 médicos por mil/habitantes. Havendo, inclusive, casos de

¹⁴ Programa de transferência de renda com condicionalidades, focalizado em famílias pobres cadastradas em cada município do país. Foi instituído por lei em 2004. O valor do benefício varia conforme a renda domiciliar per capita da família, o número e a idade dos filhos. (IPEADATA, 2018).

redução, como Tucuruí que apresentava em 2000, um valor de 0,83 médicos por mil/habitantes, passando a contar com apenas 0,57 médicos por mil habitantes em 2010.

Esse último exemplo, suscita a hipótese discutida em trabalhos de autores como Souza e Jacobi (2015) e Fearnside (2017), no qual discute-se que o desenvolvimento dos municípios onde estão localizados grandes obras de caráter desenvolvimentistas não acontece, e que o aumento do PIB local, principalmente devido ao pagamento de *Royalties*, não reflete em crescimento do número de empregos e da melhoria na qualidade de vida da população, além das externalidades negativas relacionadas aos problemas ambientais gerados. A discussão se sustenta no fato que, em uma grande obra como a hidrelétrica de Tucuruí, ocorre um incremento populacional e de renda na sua fase de implantação, da mesma forma, no curto prazo, ocorre um aumento da oferta de serviços públicos, como por exemplo o aumento do número de médicos. Passada a fase de implantação ocorre a diminuição da renda e uma diminuição da população, muitos dos empreendimentos da fase anterior são fechados e diminui-se o investimento, gerando uma situação de estagnação ou mesmo regressão econômico-social.

A discussão poderia se esvaziar se considerarmos que a hidrelétrica de Tucuruí foi inaugurada em 22 de novembro de 1984, não havendo o que se falar em fase de implantação no período entre 2000 e 2010, e esse argumento estaria correto, se não fosse o fato de ter ocorrido uma expansão da hidrelétrica, que foi incluída nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com a construção de novas eclusas e que perdurou por boa parte da década de 2000 à 2010. O mesmo raciocínio pode ser empregado para Canaã dos Carajás, que se destacou com quantidade de médico acima da média estadual, no entanto, período que coincide com a implantação do Projeto Ferro Carajás S11D da Vale, considerado o maior projeto minerador do mundo. Silva e Lima (2017), em seu trabalho sobre a economia mineral no sudeste do Pará, descrevem a mesma situação argumentada anteriormente para a Hidrelétrica de Tucuruí.

Quando ocorre a expansão local da Vale, o comércio melhora suas vendas; mas se há desmontagem de algum projeto ou finda uma obra, acontece a retração das atividades comerciais, às vezes até o chamado “calote” acontece, por parte de empregados de empreiteiras que terminando os serviços, migram para outras localidades e com elas os empregos que estavam sendo gerados no município. Assim, há uma diminuição no volume de negócios e de dinheiro circulando pela cidade (SILVA; LIMA, 2017, p. 111).

Já em outros aspectos, a taxa de incremento de 7,38% ao ano na TCG registrada para os gastos com saneamento e saúde, indicam uma melhora na qualidade de vida das pessoas, refletindo em maior quantidade de domicílios com água encanada e um aumento nos domicílios com acesso à coleta de lixo 47,58% e 83,17%, respectivamente, no período, ações

indispensáveis para diminuir a ocorrência de epidemias. Outra frente necessária para a melhor qualidade de vida da população é a disponibilidade de rede geral de esgoto que, apesar de ter avançado no período com percentual de incremento na ordem de 6,78% ao ano, na média para a região, tem-se em termos absolutos uma quantidade restrita de domicílios com acesso a esse serviço, passando de 1,51% em 2000, para 2,91% em 2010, do total de domicílios dos municípios da região. As externalidades positivas da disponibilidade desse serviço, tendem a beneficiar fortemente o conjunto da população, nesse quesito, Canaã dos Carajás destaca-se com 21,30 dos seus domicílios com acesso à rede geral de esgoto em 2010, já Floresta do Araguaia e Piçarra não possuíam este serviço na área de seus municípios, para o período analisado.

Sobre os indicadores econômicos, quase todos apresentaram uma taxa de variação positiva, significando um aumento no volume de recursos disponível para os municípios que integram a região paraense pertencente ao Centro Norte, ver Tabela 03.

Tabela 03 – Taxa Média de Crescimento Geométrico das Variáveis Econômicas da Região

Variáveis Econômicas	2000 (a)	2010 (b)	$[(b/a)^{0,1} - 1] \times 100$
PIB (Mil R\$)	10.824.412,85*	30.524.112,00	10,92
ICMS (R\$)	189.909,79*	473.534,31	9,57
FPM (R\$)	253.135,18*	431.718,70	5,48
Arrecadação IPVA (R\$)	6.924,08*	21.448,40	11,97
Consumo Energia Setorial (Mwh)	295.686,40	906.606,85	11,85
Emprego Formal (Acumulado)	50.070	180.647	13,69
Arrecadação IPI	14.551,64*	18.197,94	2,26
Arrecadação IPTU	3.319,59*	5.321,64	4,83
Arrecadação Contribuições	13.769,61*	525,56	(- 27,86)
Arrecadação ISSQN	60.223,81*	215.867,60	13,62
Arrecadação ITR	3.219,12*	3.914,05	1,97

Fonte: Autor com base em: FAPESPA (2016), MTE (2018), Tesouro Nacional (2018).

Nota: os dados foram deflacionados pelo IGP (DI)

Com os valores deflacionados, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, para 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) da região, apresentou uma elevação na sua variação TCG (10,92), o que sugeri incremento de atividades com aquecimento econômico, já que o PIB

busca demonstrar a soma de tudo que é produzido. Foi durante o recorte temporal desta pesquisa que a região foi inserida no projeto de região econômica denominado “Centro Norte do Brasil” (BRASIL, 2008), da mesma forma, o aumento de transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com uma variação percentual de 70,54%, e TCG de 5,48% ao ano, pode ser interpretada como um fator positivo, já que grande parte dos municípios brasileiros, e também na nossa região pesquisada, dependem desse repasse para movimentar a máquina municipal.

Por outro lado, o ICMS com uma variação percentual de 149% entre 2000 e 2010, o que significou um incremento na Taxa Média de Crescimento Geométrico de 9,57% ao ano, aponta para um aumento de consumo e circulação de mercadorias, além de sinalizar positivamente sobre um aquecimento no setor de serviços, reforçado pelo incremento no valor do indicador Arrecadação do ISSQN, com TCG (13,62) anual, no período. Por isso, é necessária uma análise mais detalhada sobre a composição e conjuntura do emprego na região, até porque, o indicador que apresenta o desempenho do emprego formal na região, também variou positivamente em 13,69% na Taxa de Crescimento Geométrico.

Sendo assim, e utilizando como parâmetro a classificação dos setores de atividade definidos pelo IBGE, tem-se que em 2000, os maiores empregadores da região eram Indústria de Transformação e Administração Pública, os dois setores, respondiam por mais de 42% de toda a força de trabalho formal da região, na contramão tem-se os setores Extrativa Mineral e Industriais de Utilidade Pública com pouco mais de 3% dos empregos com carteira assinada da região. Para o ano de 2010, ocorre uma variação positiva do peso da administração pública, passando a representar quase 30% de toda a força de trabalho formal. Novamente, é o setor Extrativa Mineral e o Industriais de Utilidade Pública que representam os piores desempenhos, ainda que tenha ocorrido uma maior participação, em relação ao ano 2000, os dois setores juntos representam pouco mais de 6% da força de trabalho formal.

Sendo a região reconhecida nacionalmente pelo peso que a indústria extrativa mineral possui em termos de valores absolutos, e comparando com os resultados em termos de emprego formal, entende-se ser respaldada a hipótese de Melo e Cardoso (2016), para os quais a grande mineração, em inserção periférica, intensifica as condições de desigualdade sociais e espaciais, produzindo poucas alternativas de transbordamento e apropriação local dos benefícios produzidos pela extração de recursos. O que pode ser verificado pelo limitado número de empregos gerados, em contraste com o contingente populacional que é atraído para a região. Ver tabela 04.

Tabela 04 - Emprego formal por setores de atividades da Região 2000 e 2010

Setores de Atividade da Região	2000	Parti. %	2010	Part.%
Extrativista Mineral	1.081	2,15	9.680	5,35
Indústria de Transformação	10.918	21,80	21.307	11,79
Serviços Industriais de Utilidade Pública	483	0,96	1.211	0,67
Construção Civil	7.124	14,22	19.033	10,53
Comércio	8.279	16,53	34.754	19,23
Serviços	8.625	17,22	25.663	14,20
Administração Pública	10.254	20,48	52.651	29,14
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3.303	6,59	16.348	9,04
Total	50.067	100,00	180.647	100,00

Fonte: MTE (2018)

Foram os Serviços, a Construção Civil e a Indústria de Transformação que mais diminuíram suas participações no emprego formal da região, de 2000 para 2010, o que indica reflexos advindos da crise econômica que o país passou no final dessa década. Como serviços e construção civil tendem a absorver uma força de trabalho menos qualificada, são setores que primeiro sentem reflexos de retração econômica, quanto a indústria de transformação, houve uma diminuição de quase 50% da sua participação, o que mostra a volatilidade do emprego desse setor na região.

Falando novamente dos indicadores que compõem o indicador parcial econômico, o indicador que registra o Consumo de Energia Setorial teve uma variação positiva da ordem de (11,85) de TCG, ou seja, ao mesmo tempo em que há uma diminuição considerável do emprego do setor industrial, tem-se um aumento de consumo de energia, o que permite cogitar uma relação de aumento de mecanização/automação e possivelmente migração do emprego formal para relações de subemprego. Já os impostos municipais, que ajudam a verificar os recursos próprios que os municípios possuem para fazer frente às suas obrigações, apresentaram variação percentual positiva, o ITR teve um aumento tímido no período, ainda que em termos percentuais, tenha ocorrido uma variação positiva de 21,58% nos dez anos, o IPTU teve aumento de 4,83% ao ano na TCG. Na linha de raciocínio de Cupertino (2014), o fortalecimento dos impostos municipais como fonte de recursos, principalmente o IPTU, mantém relação positiva com a autonomia municipal, porém, subsidiado por conclusões de outros estudos, argumenta que esse imposto possui maior potencial de arrecadação apenas nos municípios de grande e médio porte, o que certamente ocorre na região da pesquisa.

O fraco desempenho da arrecadação tributária nos pequenos municípios está diretamente ligada à fragilidade das autoridades tributárias municipais, além de forte vulnerabilidade política frente às pressões dos contribuintes, com isso, muitos municípios acabam tendo sua arrecadação própria desestimulada, passando a depender fortemente de outras esferas governamentais (transferências intergovernamentais) como repasse do FPM (CUPERTINO, 2014). Sobre o IPI o incremento foi de 2,26% na Taxa Média de Crescimento Geométrico e o indicador que teve o pior desempenho no período foi o indicador da arrecadação com as Contribuições, sendo o único que diminuiu e que apresentou uma taxa de redução significativa TGC (-27,86), o que pode ser explicado pela mesma dinâmica discutida quando abordou-se o indicador médico por mil habitantes, já que um dos grandes responsáveis pelo valor maior da arrecadação no ano 2000 foi o município de Tucuruí R\$ 1.900.000,00, nesse ano, além de Tucuruí, Tucumã, Redenção, Parauapebas e Goianésia do Pará, também apresentaram arrecadação de contribuições, segundo dados do Tesouro Nacional. Já em 2010, apenas Redenção do Pará, São João do Araguaia e Jacundá apresentaram arrecadação de contribuições, sendo este último o de maior volume R\$ 443.780,00.

Já sobre o agregado dos indicadores institucionais da região, tem-se que a quantidade de Conselhos Municipais apresentou um aumento de quase 16% no período, TCG (1,47), esse indicador demonstra aspectos da dimensão político-institucional e do capital social na região, principalmente por indicar um aumento da participação da sociedade organizada nas decisões relativas ao seu município. Sobre os indicadores relacionados ao eleitorado, tem-se que o número de eleitores teve um crescimento de 4,26% ao ano, entre 2000 e 2010, o que está na direção esperada, dado o aumento populacional na região, já em relação ao comparecimento eleitoral, ocorreu uma diminuição da participação da população na escolha dos seus representantes da ordem de 12,31%, com Taxa Média de Crescimento Geométrico negativa no valor de (-1,31), fato que também dá pistas sobre o capital social na região, nesse caso, negativamente.

Por outro lado, o número de domicílios com televisão e a quantidade de domicílios com telefone fixo, revela outro aspecto do capital social, o acesso à informação, nesses quesitos, tem-se um incremento na TCG de 4,68% ao ano, de domicílios com TV e 1,96% de residências com Telefone Fixo, este último indicador, apesar do aumento, ainda representava pouco em relação ao total de domicílios da região, apenas 6,41% das residências possuíam o serviço em 2000, e com o avanço da telefonia móvel a tendência é que não ocorra grande variação positiva nesse tipo de prestação de serviço, no entanto, consegue demonstrar um avanço na dimensão infraestrutura de comunicação. Ver tabela 05.

Tabela 05 – Taxa Média de Crescimento Geométrico das Variáveis Institucionais da Região

Variáveis Econômicas	2000 (a)	2010 (b)	$[(b/a)^{0,1} - 1] \times 100$
Conselhos Municipais	197	228	1,47
Percentual Comparecimento eleitoral	77,46	67,92	(- 1,31)
Eleitores	608.439	923.720	4,26
Percentual Domicílios com TV (média)	51,44	81,27	4,68
Domicílios com telefone (média)	5,28	6,41	1,96
Pequenas e Microempresas	1.636	4.923	11,65
Representação Parlamentar	8	8	0

Fonte: Autor com base em FAPESPA (2016), MTE (2018), Tesouro Nacional (2018).

Por fim, ainda da tabela 04, observa-se que o número de pequenas e microempresas cresceu na região, com variação percentual de quase 201%, ou TCG (11,65), o que aponta aspectos positivos, do ponto de vista político-institucional, considerando a dimensão do empreendedorismo da região, fato que corrobora com o entendimento extraído deste resultado foi a instituição do “Estatuto Paraense da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte”¹⁵ por Pará (2016). Essa legislação visa regular um tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às micro e pequenas empresas, além de privilegiar o estímulo à inovação e o empreendedorismo. Para aproveitar esses benefícios o MEI é considerado uma modalidade de pequena empresa, outro ponto de destaque da normativa legal é o texto contido no Art. 8º “Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação as microempresas e empresas de pequeno porte.”, por tanto, essa pode ser entendida como uma ação político-institucional que favorece o desenvolvimento regional.

Já no quesito, representatividade política, o qual, está implícito no indicador Representação Parlamentar, que definiu como variável o número de deputados (estadual ou federal) da região, foi considerado, já que na eleição de 2000 não houve concorrência para o cargo de deputado, como referência a eleição de 1998, pois em 2000, os deputados existentes foram definidos nessa eleição. Esse indicador não teve variação em seu quantitativo, ou seja, em 2010 tinha-se a mesma quantidade de deputados, identificados com algum município da região, que tinha-se em 2000, no entanto, do ponto de vista qualitativo ocorreu uma mudança

¹⁵ Dentre as várias vantagens da lei destaca-se o Art. 2º, Inciso VIII onde consta que “preferência de contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando promover o desenvolvimento econômico local e regional;”.

significativa, enquanto no ano 2000 havia apenas um deputado federal representando a região, o qual possui Redenção como seu reduto político, em 2010 foram eleitos três deputados federais, sendo identificados como representantes de Marabá e Conceição do Araguaia, esse último com dois representantes, em termos gerais, entende-se que o poder de visibilidade desses municípios tendeu a aumentar, assim como, a defesa dos seus interesses, ultrapassando as divisas estaduais e passando a serem discutidas e defendidas em âmbito nacional.

Um objetivo da elite política da região seria a criação do Estado de Carajás, sobre o tema, Santos (2013) afirma que no passado, o município de Marabá foi dominado pelas elites oligárquicas tradicionais (Mutran, Almeida, Moraes, entre outras). Com a criação dos municípios de Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte, uma nova elite passou a disputar o poder local, composta de representantes de empresários e pecuaristas. Dentre os argumentos para a separação, tem-se o fato que o PIB do futuro Estado de Carajás é maior que de oito Estados brasileiros. Por tanto, a criação de Carajás não representaria uma ruptura com o Estado do Pará, pois Carajás se apresentaria como uma nova fonte de oportunidades políticas, sociais e econômicas.

A justificativa real para a retomada do movimento separatista no estado do Pará é a necessidade política de criarem o seus próprios territórios, onde possam ramificar-se a outras esferas de poder Executivo. Estas elites possuem poucas ou quase nenhuma participação no comando central do poder no Pará, demonstra-se com isso que seu capital político tem apenas alcance na arena parlamentar regionalizada (SANTOS, 2013, p. 81).

Na próxima seção, apresenta-se o resultado da mensuração dos indicadores parciais: social, econômico e institucional, além do resultado do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), para os trinta municípios do sudeste do Pará.

6.2 O Índice de Desenvolvimento Regional do Sudeste do Pará

Nesta seção trata-se do (IDR) encontrado para os trinta e oito municípios que compõem a região de estudo, apresentando os resultados e discutindo suas relações, com o indicador social, econômico e institucional.

6.2.1 O Indicador Social

Para o ano de 2000 o Indicador Social dos municípios de Marabá, Parauapebas e Tucuruí permitiu a classificação desses municípios como polos, sendo que a maioria dos municípios da região foram classificados como retardatários, ou seja, municípios que dentro

dos indicadores utilizados para a composição desse indicador parcial, apresentaram situação difícil para o conjunto de suas populações. Foram classificados como intermediários: Conceição do Araguaia, Jacundá, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Tucumã e Xinguara. Ver quadro 08.

Quadro 08 – Distribuição dos municípios segundo o Indicador Social – 2000 e 2010

Ordem	Município	IS/2000	Ordem	Município	IS/2010
P 1	Parauapebas	0,1847	P 1	Marabá	0,2076
P 2	Marabá	0,1613	P 2	Parauapebas	0,2015
P 3	Tucuruí	0,1519	P 3	Tucuruí	0,1342
I 4	Redenção	0,0918	P 4	Canaã dos Carajás	0,1236
I 5	Rondon do Pará	0,0890	P 5	Redenção	0,1208
I 6	Xinguara	0,0690	I 6	Conceição do Araguaia	0,0894
I 7	Conceição do Araguaia	0,0639	I 7	Tucumã	0,0695
I 8	Tucumã	0,0625	I 8	Rondon do Pará	0,0663
I 9	Rio Maria	0,0599	I 9	Xinguara	0,0613
I 10	Jacundá	0,0540	I 10	Ourilândia do Norte	0,0571
R 11	Abel Figueiredo	0,0413	I 11	Curionópolis	0,0559
R 12	Brejo Grande do Araguaia	0,0401	I 12	Rio Maria	0,0558
R 13	São Domingos do Araguaia	0,0359	I 13	Abel Figueiredo	0,0526
R 14	Ourilândia do Norte	0,0353	I 14	Palestina do Pará	0,0511
R 15	Sapucaia	0,0333	R 15	São Geraldo do Araguaia	0,0493
R 16	São Félix do Xingu	0,0299	R 16	Sapucaia	0,0488
R 17	Santana do Araguaia	0,0298	R 17	Jacundá	0,0480
R 18	Curionópolis	0,0266	R 18	Breu Branco	0,0459
R 19	Novo Repartimento	0,0264	R 19	Bannach	0,0456
R 20	Breu Branco	0,0264	R 20	São Domingos do Araguaia	0,0408
R 21	Canaã dos Carajás	0,0249	R 21	Água Azul do Norte	0,0386
R 22	São Geraldo do Araguaia	0,0234	R 22	Pau D'arco	0,0383
R 23	Baião	0,0219	R 23	Brejo Grande do Araguaia	0,0382
R 24	Bom Jesus do Tocantins	0,0196	R 24	Novo Repartimento	0,0377
R 25	Palestina do Pará	0,0184	R 25	Santana do Araguaia	0,0370
R 26	Itupiranga	0,0178	R 26	Eldorado dos Carajás	0,0369
R 27	Goianésia do Pará	0,0143	R 27	Bom Jesus do Tocantins	0,0350
R 28	Floresta do Araguaia	0,0094	R 28	São Félix do Xingu	0,0342
R 29	Bannach	0,0089	R 29	Baião	0,0340
R 30	Água Azul do Norte	0,0068	R 30	Goianésia do Pará	0,0319
R 31	Cumarú do Norte	0,0050	R 31	Cumarú do Norte	0,0259
R 32	Eldorado dos Carajás	0,0042	R 32	Itupiranga	0,0223
R 33	Pau D'arco	0,0036	R 33	Piçarra	0,0219
R 34	Santa Maria das Barreiras	0,0022	R 34	Nova Ipixuna	0,0097
R 35	Nova Ipixuna	-0,0010	R 35	Santa Maria das Barreiras	0,0077
R 36	Piçarra	-0,0063	R 36	Floresta do Araguaia	0,0030
R 37	Pacajá	-0,0079	R 37	São João do Araguaia	-0,0024
R 38	São João do Araguaia	-0,0107	R 38	Pacajá	-0,0035

Fonte: Autor com base em resultados da pesquisa

* **P** – Polo; **I** – Intermediário; **R** – Retardatário.

Já em 2010, além dos três citados anteriormente, tem-se a inclusão de Canaã dos Carajás, que aparecia como retardatário em 2000, este município é exemplo da relação existente entre o aquecimento econômico e a melhora das condições sociais. Canaã dos Carajás, após os investimentos da Vale no projeto S11D, tido como um dos maiores empreendimentos mineradores do mundo, ocupava no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM a quarta posição em 2005, no ranking estadual, já em 2010 era o terceiro no ranking desse índice que é composto por aspectos relacionados a (Emprego e renda, Saúde e Educação), (FIRJAN, 2018). Além de Canaã dos Carajás, Redenção também integrou o grupo dos polos. Sobre os municípios classificados como “Intermediários”, passaram a compor essa relação em 2010 os municípios de Abel Figueiredo, Curionópolis, Ourilândia do Norte e Palestina do Pará, além dos que estavam anteriormente em 2000, Conceição do Araguaia, Rio Maria, Rondon do Pará, Tucumã e Xinguara. Diferentemente de Redenção, que ascendeu na classificação, o município de Jacundá que estava como intermediário em 2000 passou à retardatário em 2010. Jacundá que é um dos municípios impactados pela Hidrelétrica de Tucuruí teve a área da cidade velha submersa, sendo sua população remanejada para outra área.

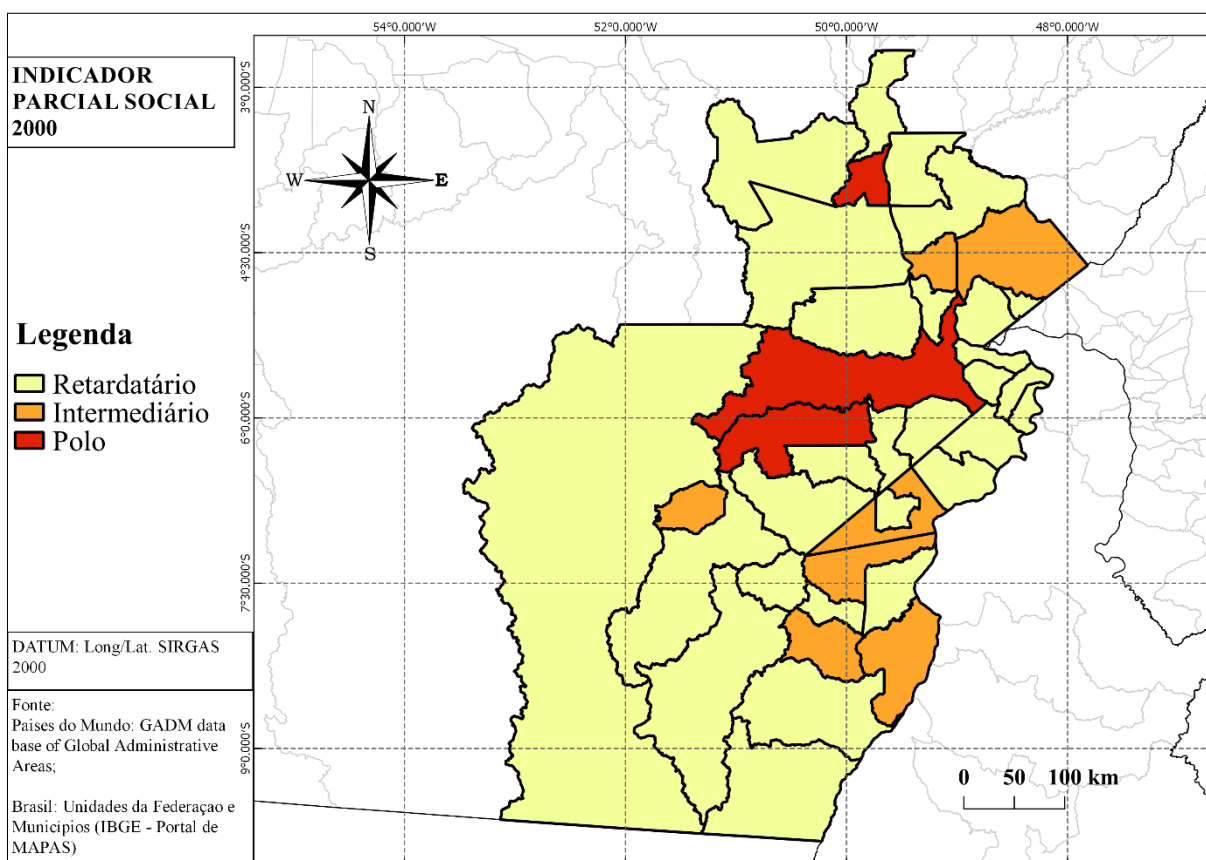
Os três municípios tidos como polos em 2000 foram: Marabá, Parauapebas e Tucuruí. Parauapebas foi o município que teve o maior valor para o indicador “anos de estudo”, nesse município espera-se que uma criança que iniciou sua vida escolar em 2000 complete 8,11 anos de estudo, quando estiver com 18 anos de idade, é o único município da região que atinge a casa dos oito anos de estudo. No indicador coleta de lixo, também há destaque para o município, já que em 2000 tinha-se 83% dos domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo passando a quase 96% em 2010. No indicador médico por mil habitantes, o destaque fica por conta de Tucuruí, que possuía para o ano 2000 o valor de 0,83 médicos por mil/hab. Já Marabá destaca-se pelo gasto em saúde e saneamento com o valor de R\$ 16.863.923,80, seguido exatamente por Parauapebas R\$ 13.130.519,10 e Tucuruí R\$ 11.132.922,00.

Ainda sobre o saneamento básico, o destaque em termos de valor aplicado não corresponde à percepção da existência do serviço nessas cidades, exemplificando o caso de Marabá, que possui grande demanda por serviços públicos, dada sua condição de lugar central no sudeste do Pará, frequentemente apresenta casos de residências alagadas no período chuvoso, casos de proliferação de epidemias, transbordamento de galerias, etc. Situações ocasionadas por falta de saneamento básico adequado.

Outros dados, ainda que externos ao cálculo dos indicadores da pesquisa, podem ajudar na análise da região, por exemplo, entre os municípios que registraram as menores taxas de “mortalidade infantil”, no ano de 2000, estão Tucumã, Bannach e Redenção, já São João do

Araguaia, destacou-se entre os municípios com os maiores índices registrando 62,5%, em termos de “expectativa de vida” o maior ficou com São Geraldo do Araguaia (69,9 anos), esse item, mesmo sendo o melhor dentre os municípios estudados, estava a baixo do índice estadual e nacional (SANTOS, 2017). São João do Araguaia, foi o município que teve o pior Indicador Social para o ano de 2000 (-0,010). Ver figura 02.

Figura 02 – Indicador Parcial Social 2000



Fonte: Autor com base em resultados da pesquisa

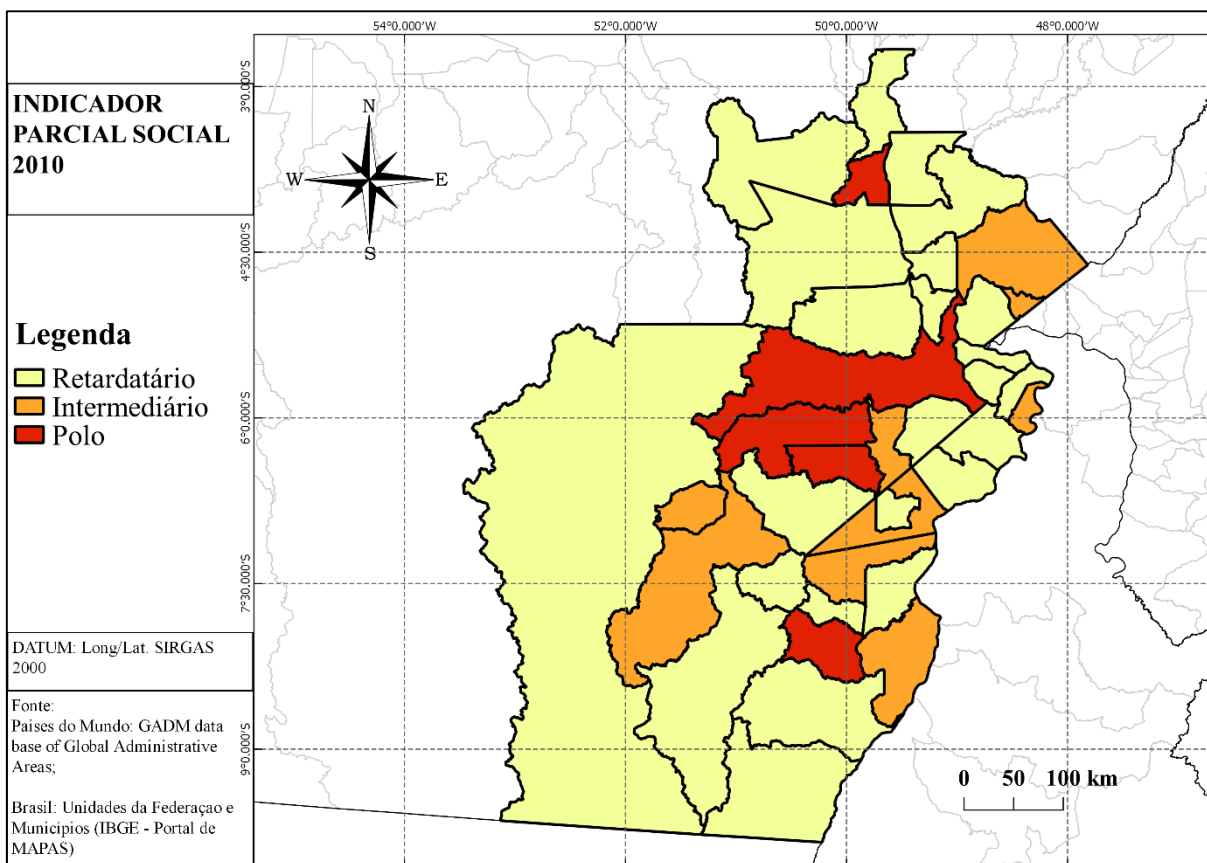
Sobre o valor dispendido para a educação e cultura no ano de 2000, novamente são os três municípios classificados como polos que se destacaram, mas na seguinte ordem: Parauapebas com R\$ 27.705.378,17, seguido por Marabá R\$ 17.776.863,90 e Tucuruí com R\$ 14.304.016,00. Com isso, tem-se forte indicação de que o maior tempo de permanência na escola, ocasionando maior quantidade de anos de estudo, está relacionado ao gasto com educação, pois Parauapebas foi destaque nos dois quesitos, esse tipo de aplicação de recursos é definido como gasto por uma questão contábil, já que na prática o que se tem é investimento, dado o retorno em termos sociais que ações na esfera educacional proporcionam. Parauapebas

destacou-se ainda na quantidade de domicílios assistidos pela rede de esgoto, sendo a maior rede da região, atendendo 18,79% dos domicílios, seguida por Tucuruí com 13,97% dos domicílios atendidos. No quesito população tem-se segundo Santos (2017) que:

Entre os municípios, Marabá merece destaque, pois, apesar de ter passado por desmembramentos ao longo das últimas décadas, registrou um salto de 24,4 mil pessoas, em 1970, para 59,9 mil (1980), 123,7 mil (1991), 168,0 mil (2000) e mais de 257,0 mil pessoas, em 2014, consolidando-se como o mais populoso e o principal centro econômico regional (SANTOS, 2017, p. 138).

Para o ano de 2010 pode-se observar que dois novos municípios destacaram-se como polos, Redenção e Canaã dos Carajás, sendo que o primeiro obteve o maior valor no indicador “anos de estudo”, com resultado de 9,63 anos de estudos para uma criança que inicia sua vida escolar no ano de referência, Redenção fez parte de um pequeno grupo que conseguiu chegar na casa dos nove anos de estudos, que conta também com Canaã dos Carajás (9,35); Curionópolis (9,43); Conceição do Araguaia (9,31) e Parauapebas com (9,26). Ver figura 03.

Figura 03 – Indicador Parcial Social 2010



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

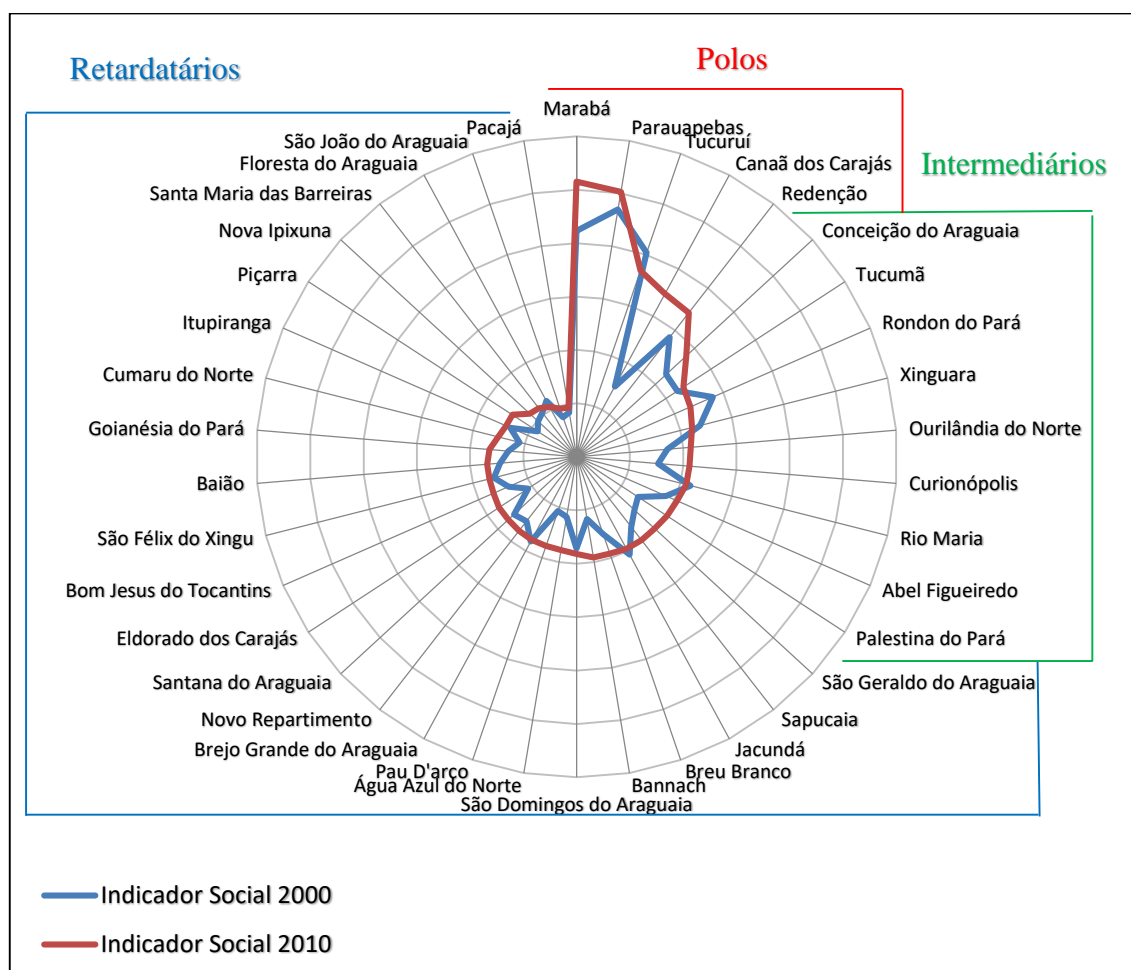
Já Canaã dos Carajás foi o melhor nos indicadores “Domicílios com acesso a rede de esgoto” 21,30% e “médicos por mil/hab” com valor de (0,89), Tucuruí que tinha liderado esse indicador em 2000, ficou com apenas (0,57) médicos por mil/hab em 2010, mas possuía 82,64% dos seus domicílios com água encanada, o melhor resultado da região. Parauapebas destaca-se em 2010 por possuir 13,17% da sua população classificada como pobre, a menor taxa da região, que possuía municípios com taxas de até 55% de pessoas pobres em 2010, como é o caso de Pacajá. Aumentou o número de municípios classificados como polos e como intermediários, o que em termos gerais é um ponto positivo para o desenvolvimento da região.

São João do Araguaia continuou sendo o município com pior indicador social em 2010 (-0,002) e juntamente com Pacajá (-0,003) os únicos com sinais negativos, isso ocorreu pelos baixos indicadores sociais de São João do Araguaia, em 2010 o município não possuía nenhum médico, menos de 10% dos domicílios possui coleta de lixo, pior resultado da região e, apenas 12 dos seus 3.256 domicílios particulares permanentes possuíam acesso a rede geral de esgoto. A situação dos indicadores sociais dialogam com a condição de fronteira da região, São João do Araguaia foi diretamente impactada pelas economias da borracha e da castanha, o que não refletiu em melhores condições de vida para sua população.

O aumento populacional foi expressivo no sudeste paraense (área de fronteira), durante a economia da borracha e da castanha, e posteriormente induzida pelas políticas desenvolvimentistas, o que não foi acompanhado de estrutura de saneamento básico, além disso, ao abandonar a medicina popular, a população das cidades menores da região tendem a ficarem desassistidas, já que o maior quantitativo de médicos concentrar-se nos centros maiores. Com isso, observa-se uma supremacia das forças de polarização em direção às cidades com maior quantitativo populacional, em detrimento às forças de homogeneização, necessárias para equalizar as diferenças regionais.

O desempenho dos municípios pode ser expresso e comparado de forma geométrica, utilizando como parâmetro a proporção entre os valores dos indicadores dos municípios, o gráfico 01 apresenta a relação dos municípios polos, intermediários e retardatários. Utilizando o ano de 2010 como referência, percebe-se uma sobreposição entre 2010 e 2000, indicando aumento da magnitude da dimensão social dos municípios polos, com exceção de Tucuruí.

Gráfico 01 – Distribuição dos municípios do Indicador Social – 2010



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

Sobre os municípios intermediários e retardatários, ainda que alguns tenham apresentado pequena variação proporcional, fato observado em municípios como Rio Maria, Jacundá, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, dentre outros, é possível afirmar que houve melhora. Ademais, não trata-se de afirmar que as diferenças sociais dos municípios diminuiu, já que é uma alegação com considerável grau de inexatidão, mas é possível afirmar que para 2010 tem-se maior semelhança nas observações, pois há maior suavidade da linha de tendência.

6.2.2 O Indicador Econômico

Para o indicador econômico, foram classificados em polos, para o ano de 2000, três municípios, sendo eles: Marabá; Parauapebas e Tucuruí. Como intermediários dois municípios:

Redenção e Rondon do Pará, os demais municípios foram classificados como retardatários. A distribuição desses municípios de acordo com a classificação da metodologia está apresentada no quadro 09.

Quadro 09 – Distribuição dos municípios segundo o Indicador Econômico – 2000 e 2010

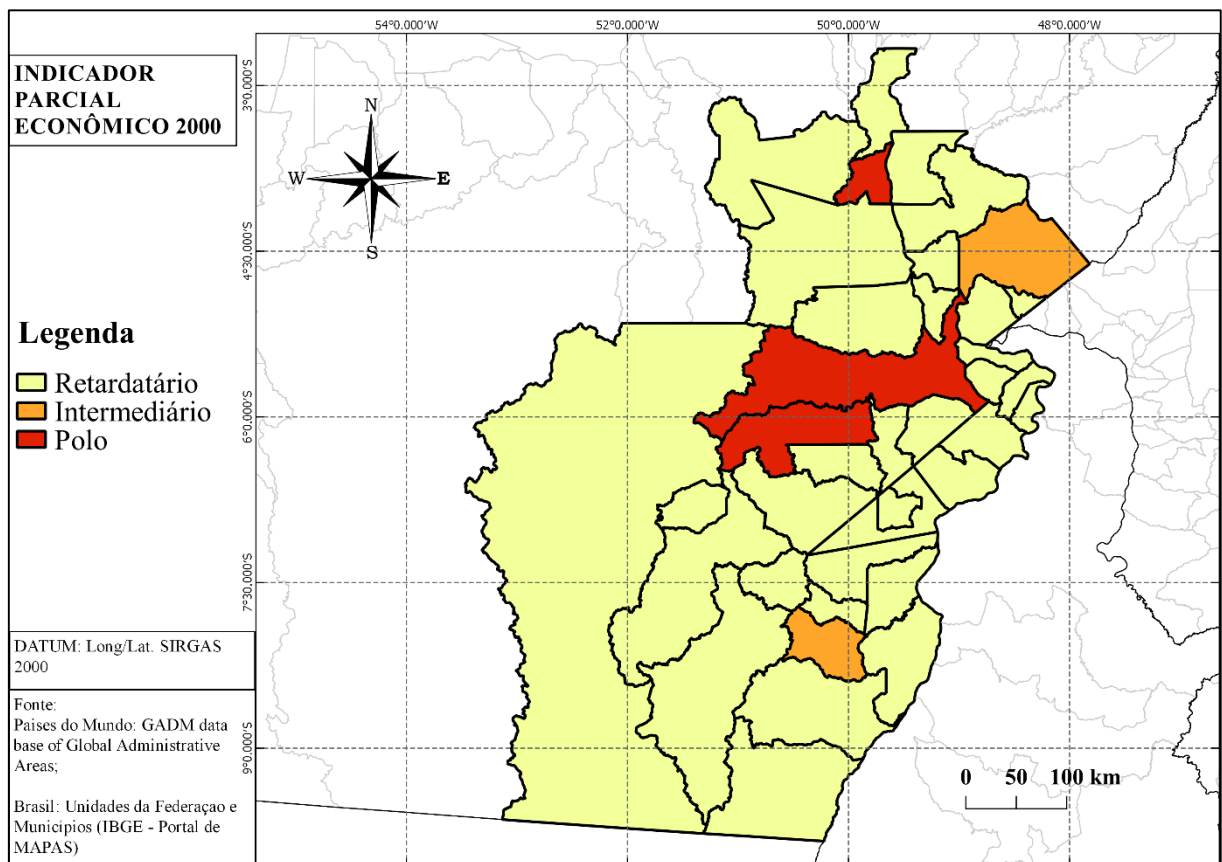
Ordem	Município	IE/2000	Ordem	Município	IE/2010
P	1 Parauapebas	0,2647	P	1 Parauapebas	0,2986
P	2 Marabá	0,2385	P	2 Marabá	0,2654
P	3 Tucuruí	0,1950	I	3 Tucuruí	0,0949
I	4 Redenção	0,0943	I	4 Redenção	0,0590
I	5 Rondon do Pará	0,0521	R	5 São Félix do Xingu	0,0475
R	6 São Félix do Xingu	0,0435	R	6 Canaã dos Carajás	0,0474
R	7 Xinguara	0,0430	R	7 Jacundá	0,0425
R	8 Conceição do Araguaia	0,0331	R	8 Xinguara	0,0346
R	9 Jacundá	0,0329	R	9 Santana do Araguaia	0,0332
R	10 Goianésia do Pará	0,0313	R	10 Ourilândia do Norte	0,0298
R	11 Tucumã	0,0305	R	11 Rondon do Pará	0,0250
R	12 Santana do Araguaia	0,0252	R	12 Breu Branco	0,0237
R	13 Breu Branco	0,0230	R	13 Novo Repartimento	0,0219
R	14 Abel Figueiredo	0,0212	R	14 Tucumã	0,0214
R	15 Nova Ipixuna	0,0175	R	15 Conceição do Araguaia	0,0198
R	16 Rio Maria	0,0166	R	16 Itupiranga	0,0154
R	17 Novo Repartimento	0,0163	R	17 Goianésia do Pará	0,0141
R	18 Itupiranga	0,0152	R	18 Água Azul do Norte	0,0136
R	19 Curionópolis	0,0133	R	19 Pacajá	0,0132
R	20 São Geraldo do Araguaia	0,0121	R	20 Rio Maria	0,0123
R	21 Ourilândia do Norte	0,0114	R	21 São Geraldo do Araguaia	0,0115
R	22 Água Azul do Norte	0,0106	R	22 Eldorado dos Carajás	0,0114
R	23 Pacajá	0,0088	R	23 Santa Maria das Barreiras	0,0098
R	24 Santa Maria das Barreiras	0,0083	R	24 Cumaru do Norte	0,0095
R	25 Eldorado dos Carajás	0,0080	R	25 Baião	0,0090
R	26 Baião	0,0079	R	26 Floresta do Araguaia	0,0086
R	27 São Domingos do Araguaia	0,0073	R	27 Curionópolis	0,0084
R	28 Bom Jesus do Tocantins	0,0072	R	28 São Domingos do Araguaia	0,0071
R	29 Cumaru do Norte	0,0064	R	29 Bom Jesus do Tocantins	0,0066
R	30 Floresta do Araguaia	0,0063	R	30 Nova Ipixuna	0,0043
R	31 Piçarra	0,0057	R	31 Piçarra	0,0042
R	32 Brejo Grande do Araguaia	0,0056	R	32 São João do Araguaia	0,0028
R	33 Canaã dos Carajás	0,0050	R	33 Sapucaia	0,0027
R	34 Sapucaia	0,0049	R	34 Pau D'arco	0,0012
R	35 São João do Araguaia	0,0029	R	35 Abel Figueiredo	0,0010
R	36 Bannach	0,0018	R	36 Bannach	0,0009
R	37 Pau D'arco	0,0014	R	37 Brejo Grande do Araguaia	0,0009
R	38 Palestina do Pará	0,0008	R	38 Palestina do Pará	0,0003

Fonte: Autor com base em resultados da pesquisa

* **P** – Polo; **I** – Intermediário; **R** – Retardatário.

Com relação ao ano de 2010, ocorreu uma diminuição na representação dos grupos polo e intermediário, já que além de não haver a inserção de outros municípios nessas faixas de classificação, ocorreu a saída de alguns que constavam nessa classificação em 2000, ou seja, para 2010 constavam como polos: Marabá e Parauapebas; como intermediários: Redenção e Tucuruí; este último, constava como polo em 2000 e, Rondon do Pará, que estava como intermediário no mesmo ano, foi rebaixado para retardatário. Marabá e Parauapebas contavam, em 2000, com um PIB de R\$ 572.171.540,00 e R\$ 1.547.691.710,00 a preço constante, respectivamente, o terceiro maior é justamente Tucuruí com 421.239.130,00. Sobre o indicador do ICMS e do IPI, novamente são os três municípios que se destacam na seguinte ordem: Parauapebas, Tucuruí e Marabá. Também são esses os municípios que mais empregavam na região: Marabá (10.254); Tucuruí (10.027) e Parauapebas com (7.994) empregos formais para o ano de 2000. A localização dos municípios dentro da região está demonstrada na figura 04.

Figura 04 – Indicador Parcial Econômico 2000



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

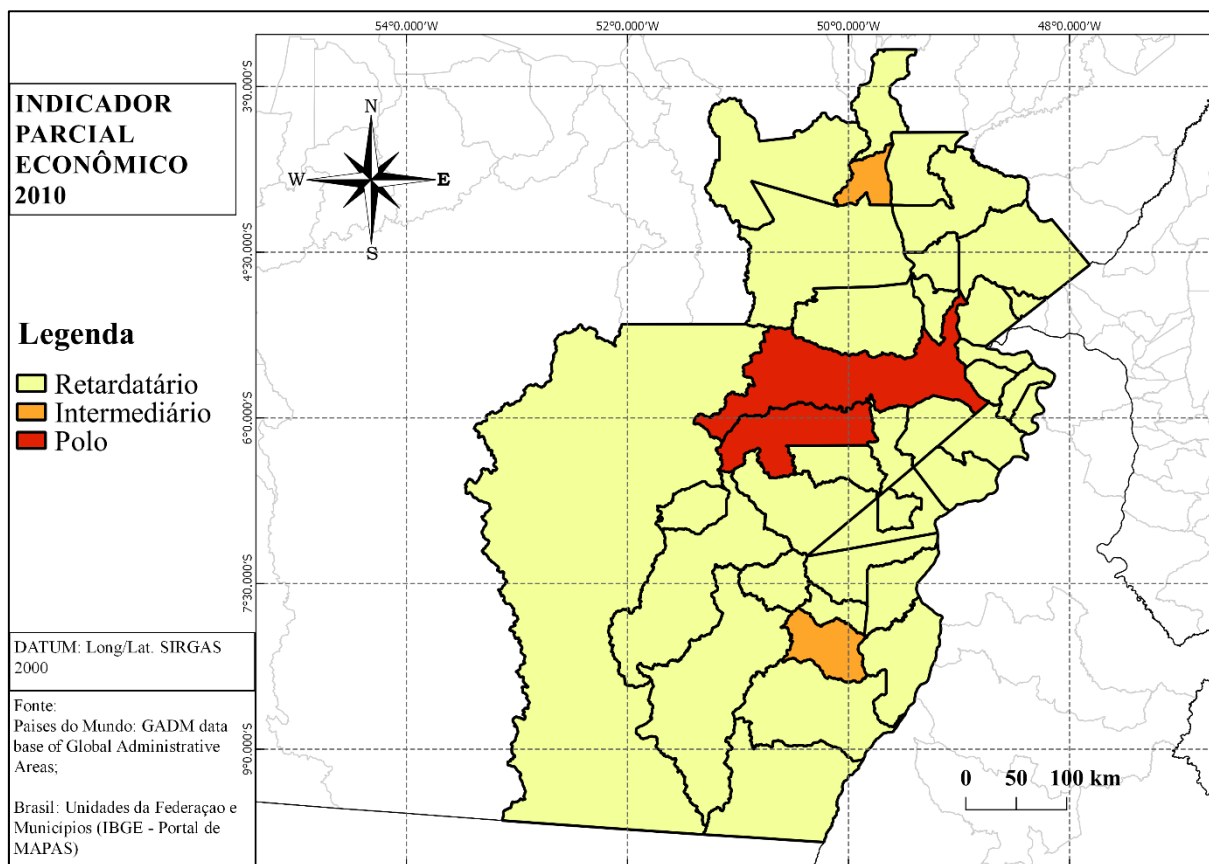
Com relação ao indicador “Contribuições”, dentre os poucos municípios da região que registraram esse tipo de arrecadação, foi Tucuruí que teve a maior arrecadação, mas foi no ISSQN que Tucuruí obteve a diferença mais expressiva em relação aos demais, com uma arrecadação municipal de R\$ 12.630.780,00, o que representa pouco mais que o dobro da arrecadação do segundo colocado, Parauapebas R\$ 6.309.660,00, e bem mais que o terceiro Marabá com R\$ 1.846.430,00, há casos de municípios que não arrecadaram nada com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza em 2000, como é o caso de: Abel Figueiredo, Nova Ipixuna, e São João do Araguaia.

Para o ano de 2010. Permanecem dois municípios classificados como polos: Marabá e Parauapebas. Em termos de PIB, Marabá com R\$ 3.458.625.000,00 e Parauapebas RS 14.985.170.000,00, são os destaques em termos absolutos, no entanto, relativizando a questão, Santos (2017) destaca que ocorreu um aumento significativo do PIB *per capita* no Sudeste do Pará, com destaque para Canaã dos Carajás, Parauapebas e Tucuruí, todos com seus PIB *per capita* 2,5 vezes maior ao do Estado do Pará, no ano de 2007, sugerindo, de um lado, impactos da produção mineral da região de Carajás¹⁶ (onde estão situados Parauapebas e Canaã dos Carajás) e, a elevação da oferta de energia elétrica em reação ao aumento da demanda, refletindo diretamente no PIB *per capita* do município de Tucuruí.

Aparecem como Intermediários, no ano de 2010, os municípios de Redenção e Tucuruí. Para 2010 os maiores volumes em arrecadação do ICMS foram para Parauapebas e Marabá, nessa ordem. Já sobre IPVA, tem-se Marabá com arrecadação de R\$ 7.833.120,00, bem superior ao segundo maior arrecadador, Redenção com R\$ 2.762.080,00. No quesito Energia Setorial, que pode ser um indicador da atividade industrial no município, já que avalia o consumo energético, exceto o residencial, Marabá destacou-se com um consumo de 460.767,538 (MW/h) em 2010, número bem superior aos 55.118,26 (MW/h) de Parauapebas, que foi o segundo maior consumo para o ano de referência. Nessa situação, por Marabá ser um centro e polo na região, além de pistas de um consumo industrial, é certamente o setor de serviços um dos grandes consumidores da energia do município. A figura 05 apresenta os municípios com suas classificações para 2010.

¹⁶ Palheta et al (2017) utiliza em seu trabalho um recorte territorial, político e econômico denominado “Região de Carajás”, caracterizado por concentrar os maiores projetos de mineração da Vale. A região abrange (Parauapebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingu e Curionópolis).

Figura 05 – Indicador Parcial Econômico 2010



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

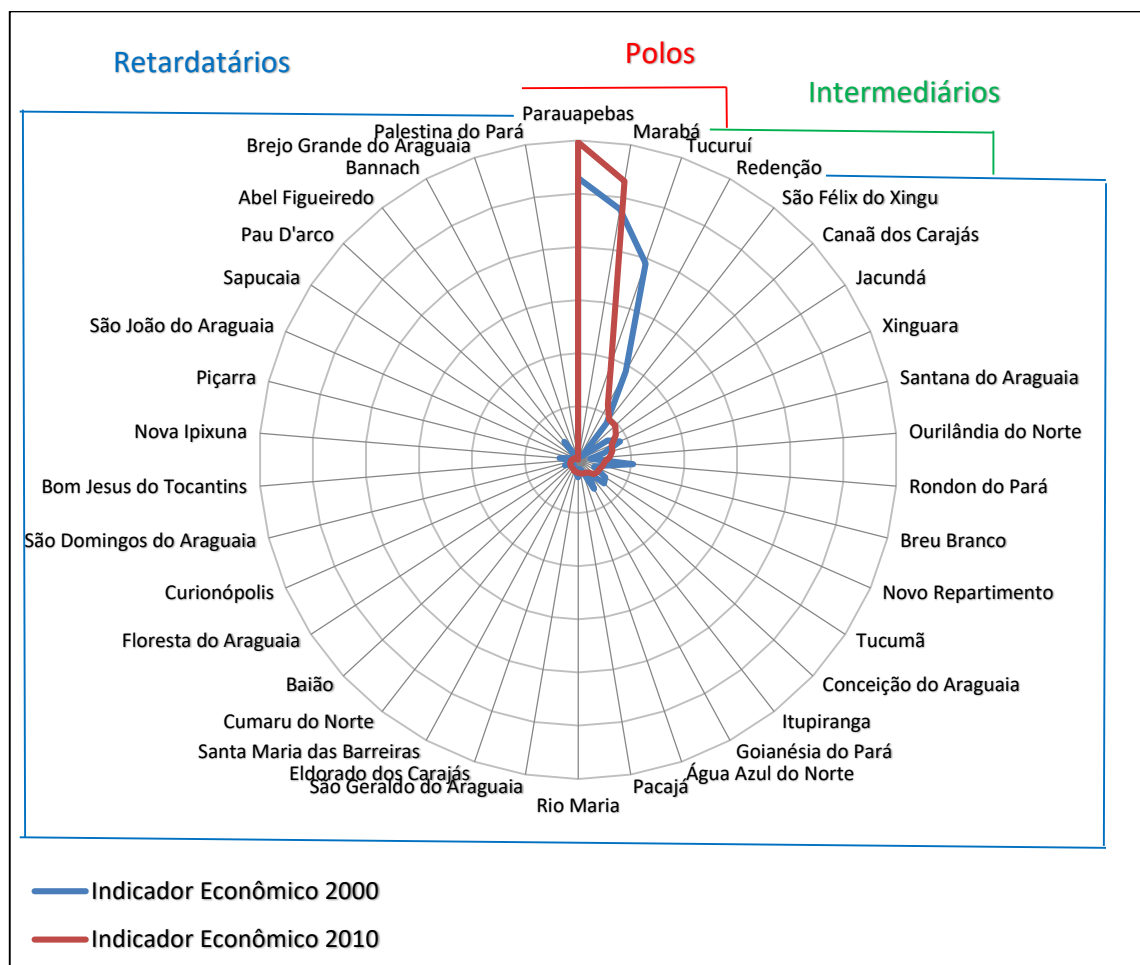
No indicador “Emprego Formal” os dois municípios tidos como polos tiveram um aumento expressivo, Marabá passou a (41.745) e Parauapebas a (38.030), o que corresponde a uma taxa de crescimento anual, no período, de 15,07% e 16,88% respectivamente, para se ter uma ideia do crescimento do emprego formal nesses dois municípios, comparando com o terceiro colocado, Tucuruí, ainda que tenha contado com ampliação da capacidade de geração de energia da Hidrelétrica, que leva o nome do município, teve uma taxa de crescimento anual de 1,95%. Sobre o IPTU, Marabá R\$ 2.271.799,00, foi o único município a romper a casa dos milhões de reais arrecadados com o imposto, já os municípios: Bannach, Goianésia do Pará e Jacundá, não recolheram nenhum real com o imposto no mesmo exercício.

A situação de não recolhimento do IPTU, não é privilégio desses municípios, muitos municípios pequenos, espalhados pelo Brasil, deixam de arrecadar o que seria a principal fonte de arrecadação própria, isso ocorre porque a estrutura necessária para realizar a arrecadação não compensaria a receita gerada, e mais do que isso, o sistema de transferência de recursos

federais e estaduais não estimula a arrecadação própria, que diante da lógica eleitoral, tem-se que os prefeitos não querem se indispor com seu eleitorado.

Em termos de tendência, a observação da sobreposição gráfica entre o indicador econômico de 2010 e 2000, para a região, indica que a discrepância em termos de proporção entre os municípios polos e os retardatários se manteve. A diferença do indicador econômico de Parauapebas e Marabá para o grupo dos municípios que compõem a região é a maior dentre os indicadores parciais. Ver gráfico 02.

Gráfico 02 – Distribuição dos municípios do Indicador Econômico – 2010



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

Para o grupo dos municípios classificados como intermediários em 2010, formado por Tucuruí e Redenção, a situação não é tão diferente dos retardatários, houve uma piora na magnitude de seu indicador econômico, o que indica uma concentração do poderio econômico no sudeste do Pará, já que o aumento desse indicador parcial ocorreu em direção aos municípios

que já eram classificados como polos em 2000. O que reforça a necessidade de outras dimensões, além da econômica, para a construção do IDR.

Em termos gerais, tem-se no grupo classificado como polos, municípios de aptidão extrativista mineral, atividades que representou uma frente de expansão impulsionada pelo interesse estatal e privado. No grupo dos intermediários, apresentam-se municípios com dinâmicas econômicas voltadas para a agricultura e pecuária e geração de energia, outra frente de expansão que atua na região a décadas, que ganhou força com a inclusão dessa região na região Centro Norte do Brasil, já os que estavam como retardatários, são municípios onde as frentes de expansão não conseguiram modificar a aptidão extrativa.

6.2.3 O Indicador Institucional

Para o indicador parcial institucional, o qual busca captar elementos do capital social da região, obtém-se para o ano de 2000, a maior quantidade de municípios classificados como polos dentre os indicadores parciais, constam nesse grupo: Conceição do Araguaia, Jacundá, Marabá, Novo Repartimento, Parauapebas, Redenção, Rondon do Pará e Tucuruí. Assim como, a maior quantidade de municípios classificados como intermediários, dezesseis ao todo.

Em termos institucionais, o surgimento de conselhos que garantam os direitos básicos da população, o acesso à informação, o surgimento de micro e pequenas empresas, ainda que fortemente impactado pela polarização dos centros regionais, dentre outros fatores, tem contribuído para melhoria dessa dimensão.

A mudança na estrutura da sociedade regional – envolvendo diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade, da mobilidade populacional e da urbanização – é, provavelmente, a mais importante transformação ocorrida, expressa na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania (BECKER, 2009, p. 31).

Com relação ao ano de 2010, ocorreu uma manutenção nos municípios classificados como polos, a única exceção é o município de Novo Repartimento que diminuiu o valor do seu indicador e, por isso, passou a contar como intermediário, Novo Repartimento é um dos municípios afetados pelas obras da Hidrelétrica de Tucuruí. O município de Xinguara com (0,109) de indicador institucional, passou a constar como polo em 2010, não só Xinguara melhorou na classificação, de forma geral, houve uma melhora significativa em direção a

posição intermediária, sendo que, dos quatorze municípios retardatários em 2000, permaneceram três em 2010, quais sejam: Bom Jesus do Tocantins, Cumaru do Norte e Eldorado dos Carajás. Ver quadro 10.

Quadro 10 – Distribuição dos municípios segundo o Indicador Institucional – 2000 e 2010

Ordem	Município	II/2000	Ordem	Município	II/2010
P 1	Marabá	0,2356	P 1	Marabá	0,2741
P 2	Tucuruí	0,2115	P 2	Tucuruí	0,1772
P 3	Redenção	0,1594	P 3	Parauapebas	0,1763
P 4	Parauapebas	0,1471	P 4	Conceição do Araguaia	0,1660
P 5	Conceição do Araguaia	0,1220	P 5	Redenção	0,1214
P 6	Jacundá	0,1217	P 6	Jacundá	0,1114
P 7	Rondon do Pará	0,1156	P 7	Xinguara	0,1091
P 8	Novo Repartimento	0,1008	P 8	Rondon do Pará	0,1084
I 9	Curionópolis	0,0928	I 9	Tucumã	0,0958
I 10	Xinguara	0,0902	I 10	Santana do Araguaia	0,0958
I 11	Santana do Araguaia	0,0858	I 11	Pau D'arco	0,0919
I 12	Nova Ipixuna	0,0827	I 12	Ourilândia do Norte	0,0907
I 13	Ourilândia do Norte	0,0797	I 13	Canaã dos Carajás	0,0884
I 14	Rio Maria	0,0792	I 14	Goianésia do Pará	0,0854
I 15	Breu Branco	0,0778	I 15	Rio Maria	0,0843
I 16	Pacajá	0,0723	I 16	Baião	0,0824
I 17	São Geraldo do Araguaia	0,0705	I 17	São Félix do Xingu	0,0810
I 18	São Félix do Xingu	0,0704	I 18	São Domingos do Araguaia	0,0800
I 19	Itupiranga	0,0676	I 19	Novo Repartimento	0,0796
I 20	Goianésia do Pará	0,0628	I 20	Breu Branco	0,0789
I 21	Baião	0,0569	I 21	Floresta do Araguaia	0,0764
I 22	São Domingos do Araguaia	0,0559	I 22	Sapucaia	0,0683
I 23	Sapucaia	0,0549	I 23	Itupiranga	0,0676
I 24	Tucumã	0,0542	I 24	Piçarra	0,0673
R 25	Eldorado dos Carajás	0,0481	I 25	Pacajá	0,0664
R 26	Canaã dos Carajás	0,0429	I 26	Santa Maria das Barreiras	0,0663
R 27	Abel Figueiredo	0,0418	I 27	Brejo Grande do Araguaia	0,0659
R 28	Brejo Grande do Araguaia	0,0408	I 28	São João do Araguaia	0,0647
R 29	Bom Jesus do Tocantins	0,0398	I 29	Abel Figueiredo	0,0631
R 30	Piçarra	0,0373	I 30	Bannach	0,0631
R 31	Água Azul do Norte	0,0366	I 31	Nova Ipixuna	0,0624
R 32	Pau D'arco	0,0352	I 32	São Geraldo do Araguaia	0,0576
R 33	Bannach	0,0317	I 33	Água Azul do Norte	0,0543
R 34	Palestina do Pará	0,0254	I 34	Curionópolis	0,0527
R 35	Cumaru do Norte	0,0211	I 35	Palestina do Pará	0,0512
R 36	Floresta do Araguaia	0,0094	R 36	Bom Jesus do Tocantins	0,0400
R 37	Santa Maria das Barreiras	0,0071	R 37	Cumaru do Norte	0,0358
R 38	São João do Araguaia	0,0054	R 38	Eldorado dos Carajás	0,0248

Fonte: Autor com base em resultados da pesquisa

* P – Polo; I – Intermediário; R – Retardatário.

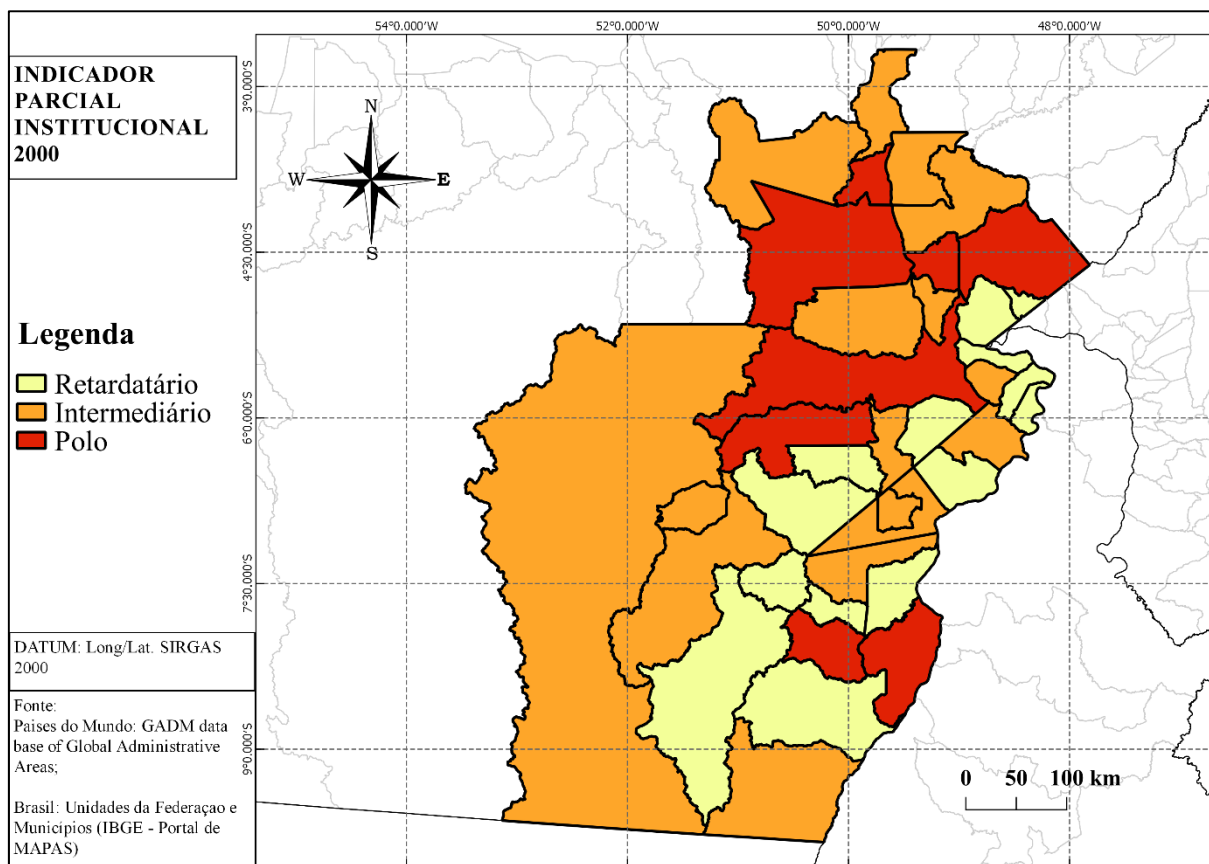
Observa-se que no indicador representação parlamentar, da região sudeste do Pará, não tem grande representatividade da região como um todo, foram identificados oito representantes de municípios que compõe a região, para o cargo de deputado, seja estadual ou federal, eleitos em 1998 (eleição que definiu os representantes escolhidos pelo voto popular, no recorte temporal que inclui o ano de 2000), sendo um para cada município constante como polo nesse ano, a exceção é Rondon do Pará, que não consta representação parlamentar, em contrapartida, Conceição do Araguaia possuía dois representantes, mostrando força política na região. Os representantes foram definidos com base em informações do TSE (expressividade da votação recebida no município), juntamente com informações nas suas páginas das Câmaras Federal e Estadual e de páginas na internet, que trouxessem informações como: se o deputado nasceu no município, se ocupou cargos nas legislaturas do município, se exercia atividades profissionais no município, etc.

Ainda em 2000, no indicador que trata sobre pequenas e microempresas, o que dá pistas sobre o empreendedorismo local, obteve-se como resultado que o município de Marabá é o que possui o maior número de registros, contando com (506), seguido por Redenção (216), Parauapebas (154), Tucuruí (146) e Rondon do Pará (133), são os municípios que contam com mais de cem estabelecimentos. No indicador Domicílios com telefone fixo, novamente Marabá destaca-se com 21,63% dos seus domicílios com telefone fixo no ano de 2000, e juntamente com Tucuruí 16,91%, Parauapebas 14,8%, Redenção e Rio Maria na casa dos 13%, Rondon do Para com 11,44% e Xinguara 10,8%, foram os municípios que romperam a marca dos 10% dos domicílios com telefone fixo, por outro lado, Canaã dos Carajás não consta telefone fixo em nenhum dos seus domicílios.

Sobre a presença de televisões nas residências, o que dá dicas sobre o acesso à informação, tem-se que todos os municípios possuíam esse tipo de aparelho em domicílios de sua jurisdição, o percentual dessa presença variou de 29,11% no município de Santa Maria das Barreiras à 86,28% dos domicílios com aparelho de televisão em Tucuruí, para o ano de 2000. Sobre o indicador de comparecimento eleitoral, que busca captar o nível de (*Empowerment*)¹⁷ ou empoderamento da população, tem-se que os menores índices de comparecimento ficaram com Santa Maria das Barreiras, município que possuía apenas 13,3% da sua população na área urbana no ano de 2000, contou com a participação de 61,82% dos eleitores aptos, seguido por Santana do Araguaia 63,9% e Conceição do Araguaia 65,51%. A figura 06 mostra a distribuição espacial do indicador institucional para o ano de 2000.

¹⁷ “Indicador que mede se a comunidade detém um certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente o seu bem-estar.” (CAVALCANTE, 2011, p. 356)

Figura 06 – Indicador Parcial Institucional 2000



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

Segundo o TSE, no Estado do Pará, houve o comparecimento de 80,18% do eleitorado apto a votar, no primeiro turno das eleições de 2000, na região da pesquisa, alguns municípios conseguiram obter valor igual ou superior ao registrado para o Estado, foram eles: Abel Figueiredo (80,97), Água Azul do Norte (81,12), Baião (86,98), Breu Branco (86,37), Canaã dos Carajás (80,87), Cumaru do Norte (87,11), Goianésia do Pará (80,56), Novo Repartimento (81,71), Pacajá (81,19), Parauapebas (81,58), Tucuruí (85,03) e São João do Araguaia, que teve o maior índice de comparecimento 92,10%.

Por fim, ainda sobre o empoderamento local, tem-se que o indicador Conselhos Municipais, apresentou resultado positivo para todos os municípios, a quantidade variou de mínimo três conselhos, como foi o caso de Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São João do Araguaia, até nove conselhos, caso de Tucuruí. Esse indicador tem como referência o ano de 2001, por não ter sido possível a utilização de dados relativos à 2000, conforme registrado na metodologia da pesquisa.

Para o ano de 2010, a representação parlamentar, composta por deputados federais e estaduais eleitos na eleição do ano de 2010, apresentou uma concentração, dos oitos deputados, Conceição do Araguaia tinha dois representantes, assim como em 2000, Marabá passou a contar com quatro, Parauapebas continuou com um representante e Tucuruí elegeu um deputado, com isso, observa-se uma concentração do poder político da região em direção a Marabá, município mais populoso da região e detentor de um processo histórico de oligarquias locais, e que por isso, esteve e está na vanguarda da questão separatista da região.

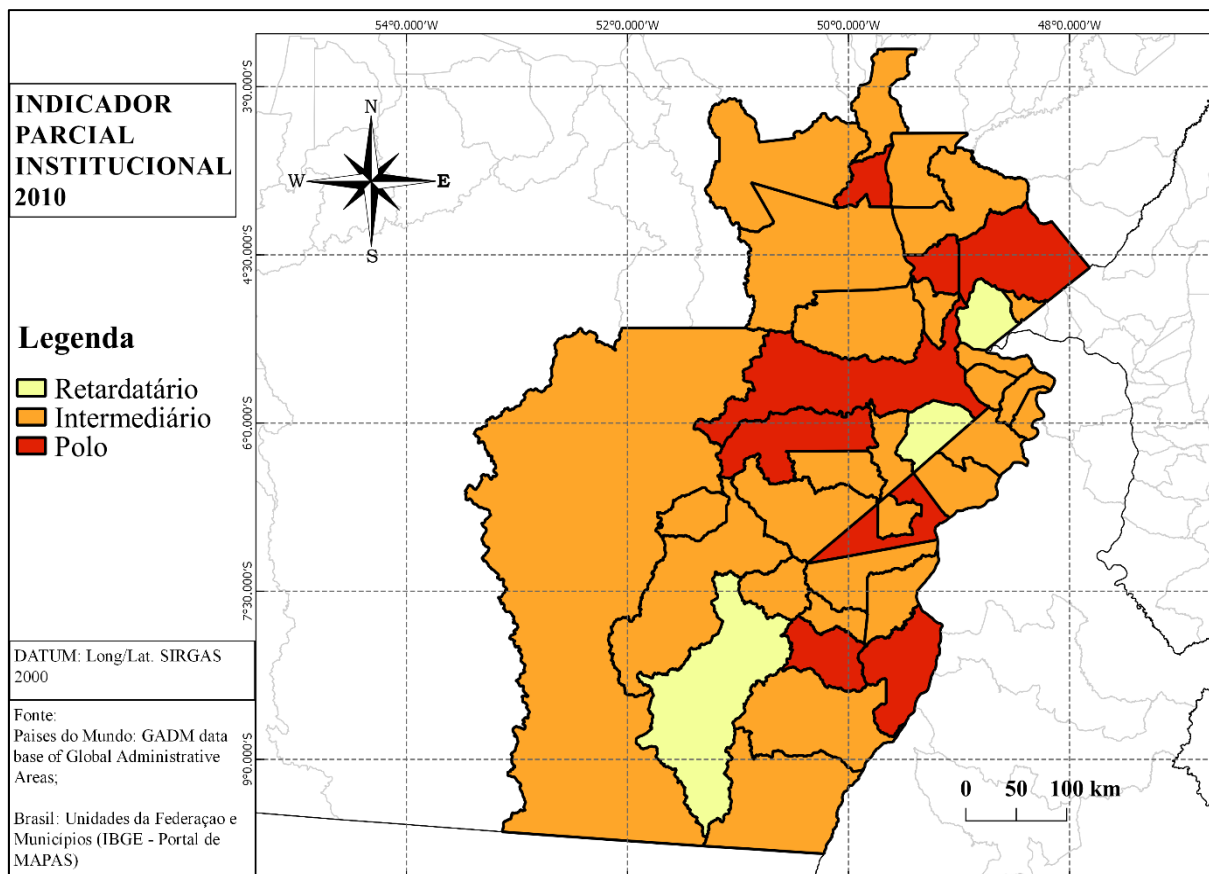
Em relação às pequenas e microempresas, que saíram de 1.636 registros em 2000, para 4.923 em 2010, constata-se que o município de Marabá é o que possui um maior número de empreendedores, com 1.108 registros em 2010, seguido por Parauapebas com 724 unidades e Redenção 418 unidades. A importância do aumento dessas empresas para a economia local, no tocante a proporcionar o surgimento desse tipo de negócio, está em dados como os registrados por Pessôa, Costa e Maccari (2016), no qual é citado que, a importância das micro e pequenas empresas, para o funcionamento da economia e para o desenvolvimento econômico é cada vez mais reconhecida, e que com o passar dos anos, elas foram aumentando em números absolutos, assim como os empregos gerados. Sendo que, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2008, houve um aumento no número de pequenas e microempresas, passando de 4,1 milhões para 5,7 milhões no país. Em consequência, o número de empregos gerados por elas, com carteira assinada, passou de 8,6 milhões, em 2000, para 13,1 milhões, em 2008.

Sobre a presença do aparelho de televisão nas residências da região, no ano de 2010, ocorreu um aumento percentual dos domicílios possuidores do aparelho, sendo que nenhum município tinha menos de 50% dos seus domicílios particulares permanentes com televisão, o que assinala uma melhora no acesso à informação na região. Santa Maria das Barreiras com 57,33% dos seus domicílios com TV, foi o município com pior indicador, enquanto Tucuruí contava com aparelhos em 94,84% dos seus domicílios.

Por fim, sobre o comparecimento eleitoral das eleições de 2010, houve o comparecimento de 78,82% do eleitorado apto a votar, no primeiro turno das eleições de 2010, no Estado do Pará, constatando-se uma redução em relação a eleição de 2000. Sendo que nenhum município da região alcançou a média estadual, o percentual de comparecimento variou de 56,44% em Cumaru do Norte e 75,18% no município de Rio Maria, ainda sobre o empoderamento local, no que tange à participação da população na tomada de decisões, por meio dos conselhos municipais, o destaque foi Conceição do Araguaia e Marabá, com (12) e (10) conselhos, respectivamente, os dados são do ano de 2009, por falta de informações

relativas à 2010. A figura 07 traz a localização espacial do indicador institucional para o ano de 2010.

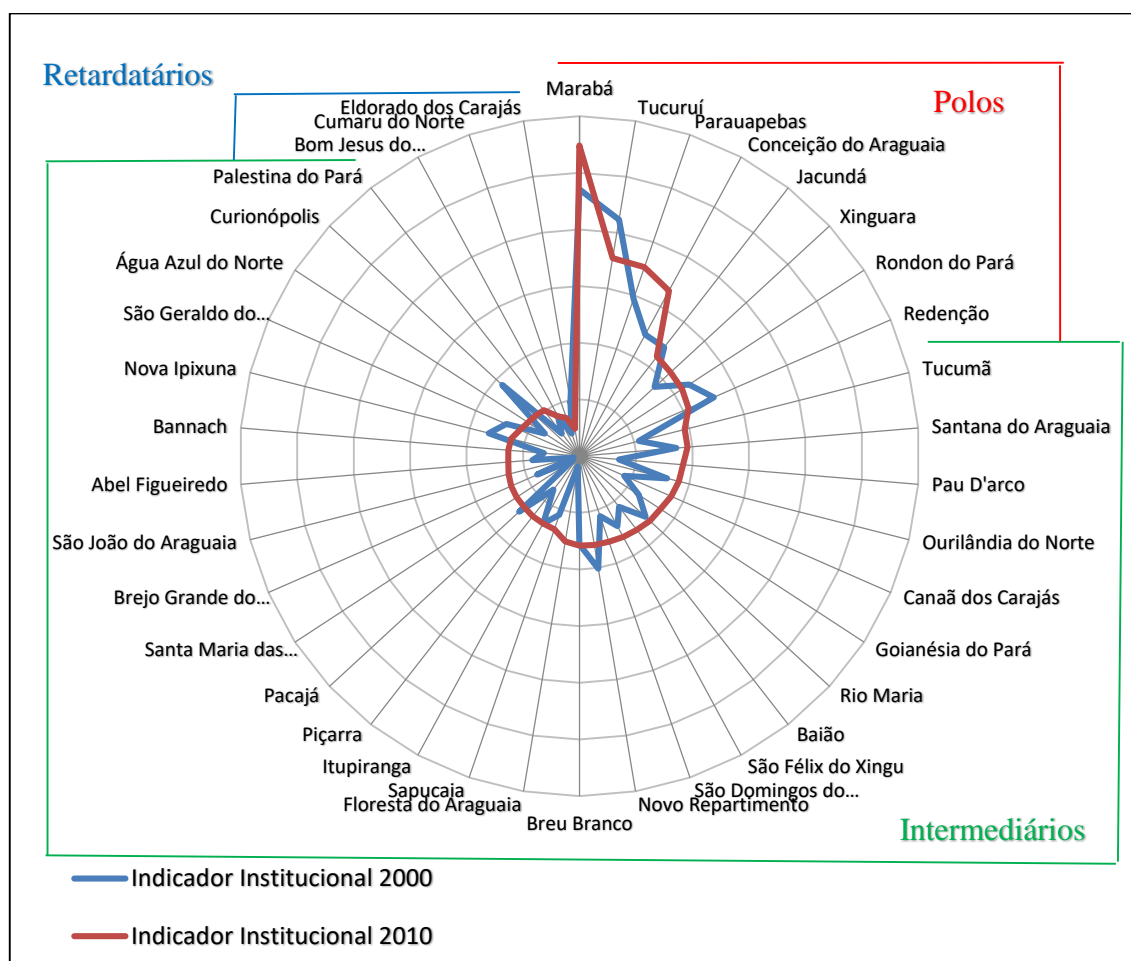
Figura 07 – Indicador Parcial Institucional 2010



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

Graficamente, a sobreposição de 2010 e 2000, ainda que tenha municípios que reduziram o seu indicador parcial institucional, o que pode ser verificado no gráfico 03, como foi o caso de Tucuruí, Tucumã, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Curionópolis, dentre outros, a linha que representa o indicador institucional de 2010 apresentou um deslocamento positivo. Ou seja, ficou mais homogênea, o que é interessante para a região, e a linha de homogeneização ocorreu próximo aos valores dos municípios melhores classificados, ainda que tenha-se que considerar a discrepância de Marabá dos outros trinta e sete municípios que compõem nossa região de estudo.

Gráfico 03 – Distribuição dos municípios do Indicador Institucional – 2010



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

Outro ponto importante é que apenas três municípios estavam classificados como retardatários em 2010, e apesar de Marabá ter posição destacada frente aos outros trinta e sete municípios pesquisados, nota-se que a curva mais suave de 2010 indica um melhor alinhamento da questão institucional na região, o que é fato positivo, já que essa dimensão do IDR reflete no empoderamento local, que por sua vez, pode proporcionar uma melhor governança, questões indispensáveis para se alcançar o desenvolvimento da região.

6.2.4 Classificação dos Municípios da Região Segundo o IDR

Estimado o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) segundo sua metodologia, e aplicado os respectivos pesos aos indicadores sociais, econômicos e institucionais, foi feita a classificação dos municípios de acordo com sua condição: Polo, Intermediário ou Retardatário. Como resultado, tem-se que para o ano de 2000, 20 (vinte) municípios foram classificados como

polos, 10 (dez) como intermediários e 08 (oito) como retardatários, 52,6%, 26,3% e 21,1% respectivamente, do total de municípios da região. Já em 2010, ocorreu uma melhora generalizada na classificação, passando a contar com 29 (vinte e nove) municípios classificados como polos, representando 76,3% do total e 09 (nove) municípios, 23,7% do total, classificados como intermediários, nenhum município da região foi classificado como retardatário.

Em 2000, o município de Marabá já constava como principal polo regional com IDR de (0,635), seguido por Parauapebas (0,596) e Tucuruí (0,558), dentre os retardatários, São João do Araguaia foi o de pior índice, sendo o único com IDR negativo (-0,002). Para o ano de 2010 a ordem dos principais polos regionais se mantém, sendo o principal Marabá com IDR (0,747), Parauapebas (0,676) e novamente Tucuruí na terceira colocação com IDR (0,406), o desempenho do IDR indica o peso econômico desses municípios para a região. Seja devido à atividades minerais, como é o caso de Marabá e Parauapebas, ou por causa de empreendimentos como a hidrelétrica de Tucuruí, no município de mesmo nome (SANTOS, 2011). Além de polos, esses municípios também são lugares centrais, já que mantêm relações de influência sobre os municípios próximos. O IDR para cada município da região, para os anos de 2000 e 2010 está apresentado no quadro 11.

Quadro 11 – Distribuição dos municípios segundo o IDR – 2000 e 2010

Ordem	Município	IDR/2000	Ordem	Município	IDR/2010
P 1	Marabá	0,6354	P 1	Marabá	0,7471
P 2	Parauapebas	0,5965	P 2	Parauapebas	0,6764
P 3	Tucuruí	0,5583	P 3	Tucuruí	0,4063
P 4	Redenção	0,3155	P 4	Redenção	0,2847
P 5	Rondon do Pará	0,2567	P 5	Conceição do Araguaia	0,2752
P 6	Conceição do Araguaia	0,2189	P 6	Canaã dos Carajás	0,2594
P 7	Jacundá	0,2085	P 7	Xinguara	0,2050
P 8	Xinguara	0,2022	P 8	Jacundá	0,2019
P 9	Rio Maria	0,1556	P 9	Rondon do Pará	0,1996
P 10	Tucumã	0,1472	P 10	Tucumã	0,1867
P 11	São Félix do Xingu	0,1437	P 11	Ourilândia do Norte	0,1775
P 12	Novo Repartimento	0,1435	P 12	Santana do Araguaia	0,1659
P 13	Santana do Araguaia	0,1407	P 13	São Félix do Xingu	0,1627
P 14	Curionópolis	0,1327	P 14	Rio Maria	0,1524
P 15	Breu Branco	0,1271	P 15	Breu Branco	0,1485
P 16	Ourilândia do Norte	0,1264	P 16	Novo Repartimento	0,1392
P 17	Goianésia do Pará	0,1083	P 17	Goianésia do Pará	0,1314
P 18	São Geraldo do Araguaia	0,1060	P 18	Pau D'arco	0,1313
P 19	Abel Figueiredo	0,1042	P 19	São Domingos do Araguaia	0,1278
P 20	Itupiranga	0,1005	P 20	Baião	0,1252
I 21	Nova Ipixuna	0,0992	P 21	Sapucaia	0,1197
I 22	São Domingos do Araguaia	0,0991	P 22	São Geraldo do Araguaia	0,1183

I	23	Sapucaia	0,0931	P	23	Curionópolis	0,1169
I	24	Baião	0,0867	P	24	Abel Figueiredo	0,1167
I	25	Brejo Grande do Araguaia	0,0864	P	25	Bannach	0,1095
I	26	Pacajá	0,0731	P	26	Água Azul do Norte	0,1064
I	27	Canaã dos Carajás	0,0728	P	27	Itupiranga	0,1053
I	28	Bom Jesus do Tocantins	0,0666	P	28	Brejo Grande do Araguaia	0,1049
I	29	Eldorado dos Carajás	0,0603	P	29	Palestina do Pará	0,1026
I	30	Água Azul do Norte	0,0539	I	30	Piçarra	0,0934
R	31	Palestina do Pará	0,0445	I	31	Floresta do Araguaia	0,0879
R	32	Bannach	0,0424	I	32	Santa Maria das Barreiras	0,0837
R	33	Pau D'arco	0,0401	I	33	Bom Jesus do Tocantins	0,0816
R	34	Piçarra	0,0365	I	34	Nova Ipixuna	0,0763
R	35	Cumaru do Norte	0,0324	I	35	Pacajá	0,0761
R	36	Floresta do Araguaia	0,0251	I	36	Eldorado dos Carajás	0,0731
R	37	Santa Maria das Barreiras	0,0176	I	37	Cumaru do Norte	0,0711
R	38	São João do Araguaia	(-0,0024)	I	38	São João do Araguaia	0,0650

Fonte: Autor com base em resultados da pesquisa

* **P** – Polo; **I** – Intermediário; **R** – Retardatário.

Nos dois períodos analisados o município de Redenção também ficou bem na classificação, ocupando a quarta posição no ranque dos municípios polos com IDR de (0,313) e (0,266) respectivamente, para 2000 e 2010. Esse município, que dá nome a uma das Regiões Intermediárias e uma Região Imediata na nova classificação territorial do IBGE, deve ser considerada como um lugar central, dentro da área de estudo, possivelmente perdendo apenas para Marabá, em centralidade e polarização, já que, por exemplo, Parauapebas, ainda que com IDR maior e economicamente mais pujante, e conforme linha de entendimento da pesquisa, detentora de maior poder de dinamismo e desenvolvimento, já que considera-se a vertente econômica imprescindível para o desenvolvimento regional, Parauapebas está localizada próxima de Marabá, o que dificulta uma influência maior nos municípios limítrofes, fato que não ocorre com Redenção. O bom desempenho de Parauapebas, apesar das boas bases econômicas do município, pode ser interpretado também como um certo transbordamento de Marabá, muito mais dinâmica em termos de comércio e serviços, já Redenção não sofre tanta influência, dada sua distância maior do município com características de lugar central na região (Marabá).

Nesse sentido, a região tende a ser impactada por dinâmicas econômicas relacionadas ao polo de Redenção, que distancia-se da questão extrativa mineral e apresenta força advinda do agronegócio, o qual Santos (2017) chamou de “frente agropecuária”, na qual Redenção seria um dos municípios emblemáticos no que concerne aos impactos dessa expansão, o agronegócio tem ocupado cada vez mais áreas no sudeste do Pará, essa atividade é uma das principais

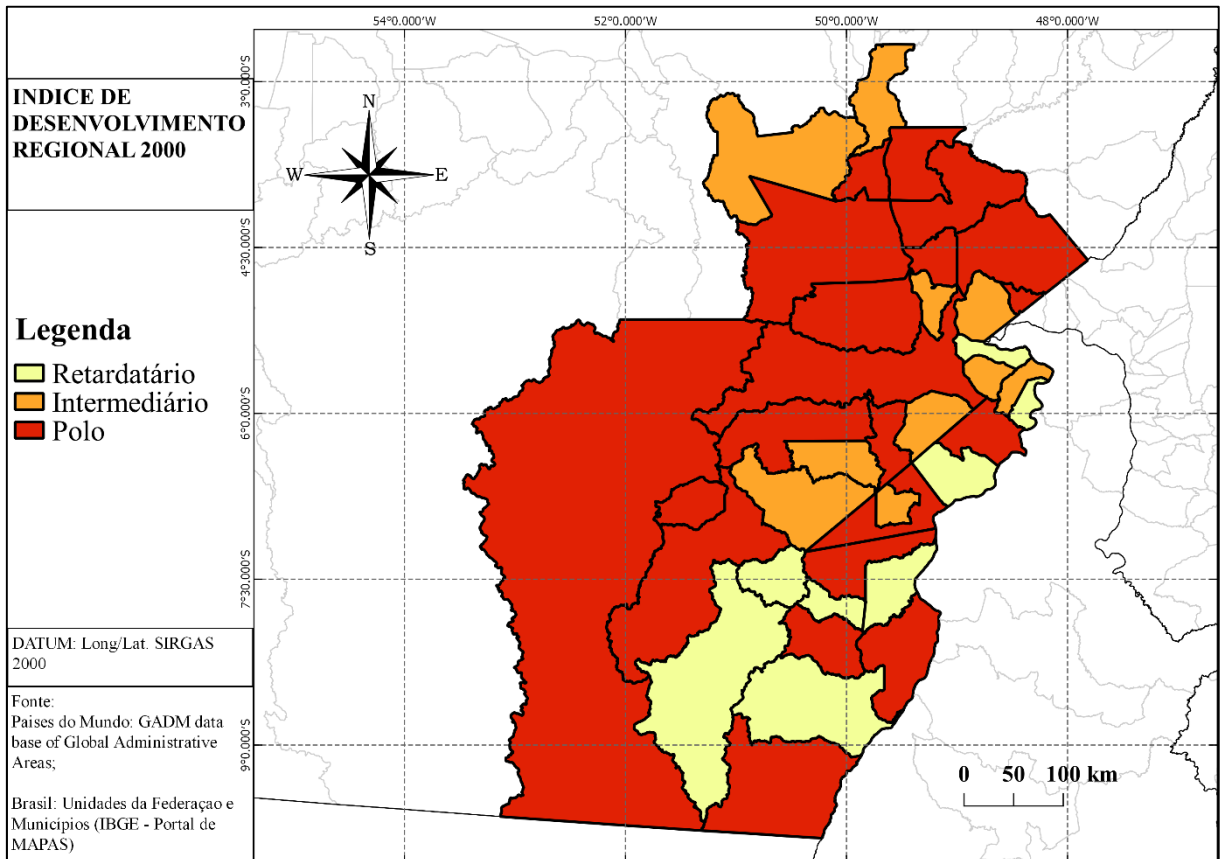
bandeiras econômicas da região denominada Centro Norte do Brasil, apresentando-se como uma região com aptidão para o agronegócio.

Dos municípios limítrofes a Redenção, apenas Conceição do Araguaia IDR (0,217), não consta como retardatário em 2000, todos os outros: Bannach, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau D'arco e Santa Maria das Barreiras apresentam valores baixos de IDR, (0,042), (0,032), (0,024), (0,040) e (0,017), respectivamente, sendo Redenção representante de uma economia baseada no agronegócio, tem-se a indicação de que os municípios em seu entorno possuam forte aptidão para essa atividade, ou que sofram influência da centralidade de Redenção. O que pode explicar a diferença na classificação de Redenção e seus vizinhos é que, há fatores, como por exemplo, municípios com as menores populações da região como Bannach, e mais do que isso, mesmo o agronegócio gerando dinâmicas nesse polo, pois segundo Santos (2011) o município de Floresta do Araguaia concentrou, no ano de 2005, 162 mil unidades de abacaxi, constituindo-se no maior produtor do Pará e do Brasil, tem-se a explicação de uma das bases teóricas aqui discutida, onde afirma-se que o crescimento não aparece simultaneamente em todos os pontos da região, mas em polos de crescimento, de forma que, o crescimento econômico é desigual em sua distribuição nos setores e nas regiões (LIMA; SIMÕES, 2010; MARCHIORO; GUBERT; GUBERT, 2014; MATTE JUNIOR; ALVES, 2017). Curiosamente, a maioria dos municípios classificados como retardatários, em 2000, estão no entorno de Redenção.

Fato que pode auxiliar na explicação dessa distinção entre Redenção e Conceição do Araguaia, para os demais municípios em seu entorno, é que estes não haviam sofrido incursões da frente de expansão agropecuária, pelo menos, não na mesma intensidade de Redenção e Conceição do Araguaia, com isso, a predominância extrativista, ainda corresponde por boa parte da dinâmica econômica em suas áreas.

Para 2010, não consta municípios classificados como retardatários na região pesquisada, resultado da melhora, em termos gerais, dos indicadores sociais, institucionais e econômicos, partindo da nossa hipótese de que este último é condição *sine qua non* para a melhora dos demais, esse resultado, em parte, deve-se a relevância do que Santos (2017) chamou de *drive* exportador do sudeste do Pará, de grande contribuição para as exportações estaduais, com destaque a partir de meados da década de 2000, chegando a contribuir com 59,4% do volume exportado pelo Pará. O destaque vai para Parauapebas que respondia por 27,4% das exportações estaduais em 2003 e passou a representar 46% em 2009, destacam-se também Canaã dos Carajás e Marabá. Ver figura 08.

Figura 08 – Índice de Desenvolvimento Regional 2000



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

Ainda segundo Santos (2017), os produtos da pauta exportadora estão bem definidos na região, tendo como referência o ano de 2008, o minério de ferro respondeu por quase 82%, em seguida tem-se o minério de cobre e manganês contribuindo com 15% do total das exportações, já o agronegócio, tem na soja em grãos 0,3%, e na madeira (compensada, em folhas e toras) respondendo por 0,7%, a sua principal força. Na leitura, via base teórica utilizada na pesquisa, tem-se que esses seriam os produtos da base exportadora ou “produtos base” de acordo com Douglass North. Considerando a região “nova” e os produtos bases de natureza extrativa e agropecuária, o perfil revelado é de fornecedor de insumos a serem manufaturados em outras regiões ou países.

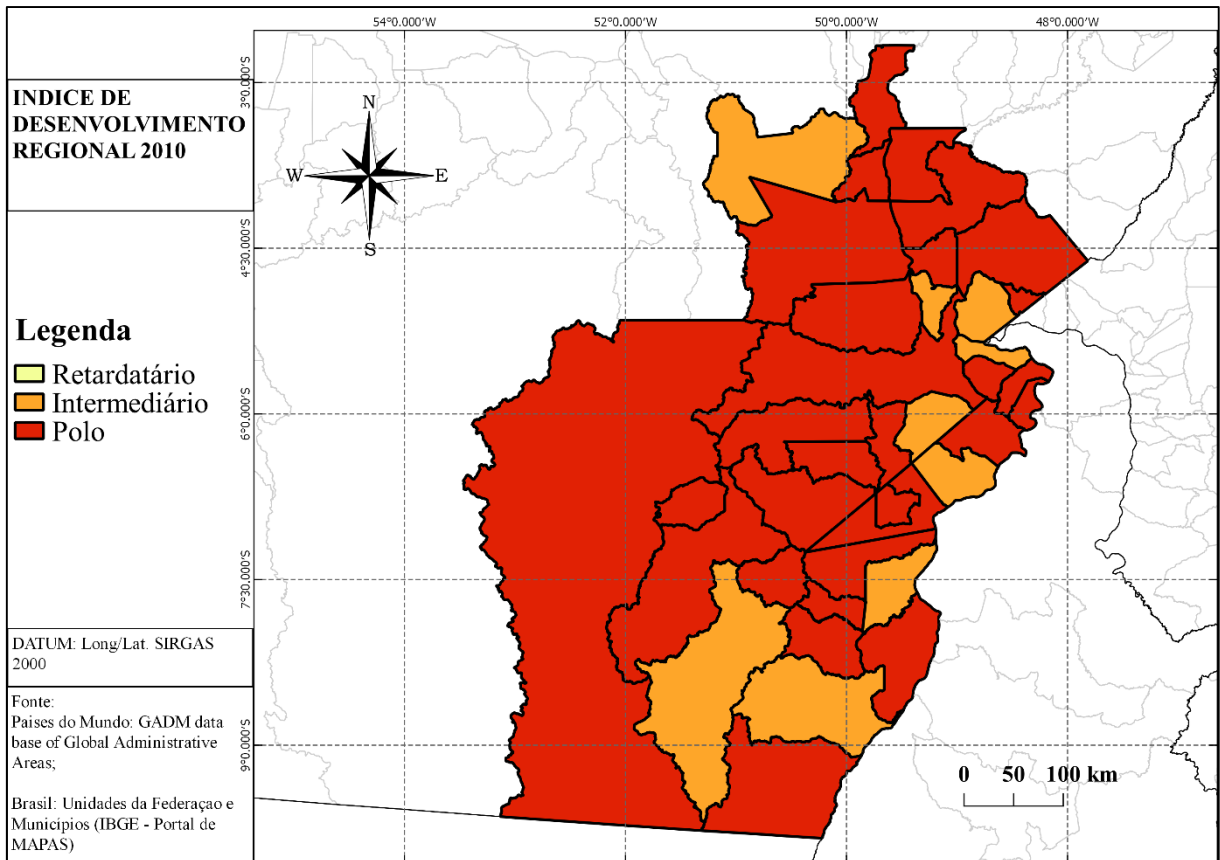
Do ponto de vista locacional, a Região dos Carajás possui as reservas naturais para garantir a dianteira na atividade extrativa mineral e, considerando a importância dos meios e do custo de transporte, conforme definido na teoria de Christaller (1966), tem-se os ensinamento

de Lopes (1984, p. 52) para o qual “Os custos de transporte são sempre elementos básicos na localização [...] ainda não se encontrou forma [...] de deixar de ter em conta as variáveis preços e custos de transporte como determinantes da localização”, portanto, nessa perspectiva, pode-se destacar como ponto positivo para a região, a infraestrutura montada, seja por investimento direto ou por influência da empresa Vale. Destaca-se a EFC, com boa parte do seu percurso no sudeste do Pará, e do Porto da Madeira no Maranhão, sendo que ambos fazem parte da logística da Vale (SANTOS, 2017).

Ainda que existam municípios não classificados como polos, para o ano de 2010, não há municípios retardatários, o que demonstra que houve uma evolução em todas as dimensões, e a melhora na qualidade de vida da população passa pela geração de emprego. Ainda que não tenha sido gerado emprego direto em abundância na atividade mineradora, está teve relevante papel na criação de empregos indiretos e renda, seja pelo fornecimento de serviços e produtos locais quanto pelo efeito-renda sobre a base produtiva local (SANTOS, 2017; PALHETA et al, 2017). Nesse ponto destaca-se Marabá como o maior polo da região e maior IDR para o ano de 2010 (0,747). No entanto, não está afirmando-se que os problemas de Marabá, por exemplo, não existem, pela metodologia da pesquisa o IDR máximo seria 1 (Hum) e nem mesmo Marabá conseguiu alcançar esse valor.

Da mesma forma, ainda que Itupiranga tenha sido classificado como polo IDR (0,101), possuía apenas trinta e seis micro e pequenas empresas e 2.361 empregos formais, frente a uma população de 51.220 habitantes, dos quais apenas 4,44% dos domicílios possuem água encanada e quase 52% da sua população estava classificada como pobre em 2010. Ou seja, ainda há muita margem para a implementação de um desenvolvimento regional pleno, que seria o valor de IDR máximo, por tanto, muito mais que uma afirmação do status de polo ou de intermediário, desse grupo de municípios, que representam a região paraense pertencente ao recorte territorial denominado Centro Norte do Brasil, fica a identificação da direção que o desenvolvimento regional tomou na região, que foi positivo. No curto prazo, várias dinâmicas podem gerar crescimento e eventualmente desenvolvimento, no sentido de Furtado (2005), o grande desafio é como manter o crescimento constante, no longo prazo. A distribuição entre “Polos” e “Intermediários” da região, para o ano de 2010, pode ser verificada na figura 09.

Figura 09 – Índice de Desenvolvimento Regional 2010



Fonte: Autor com base nos dados da pesquisa

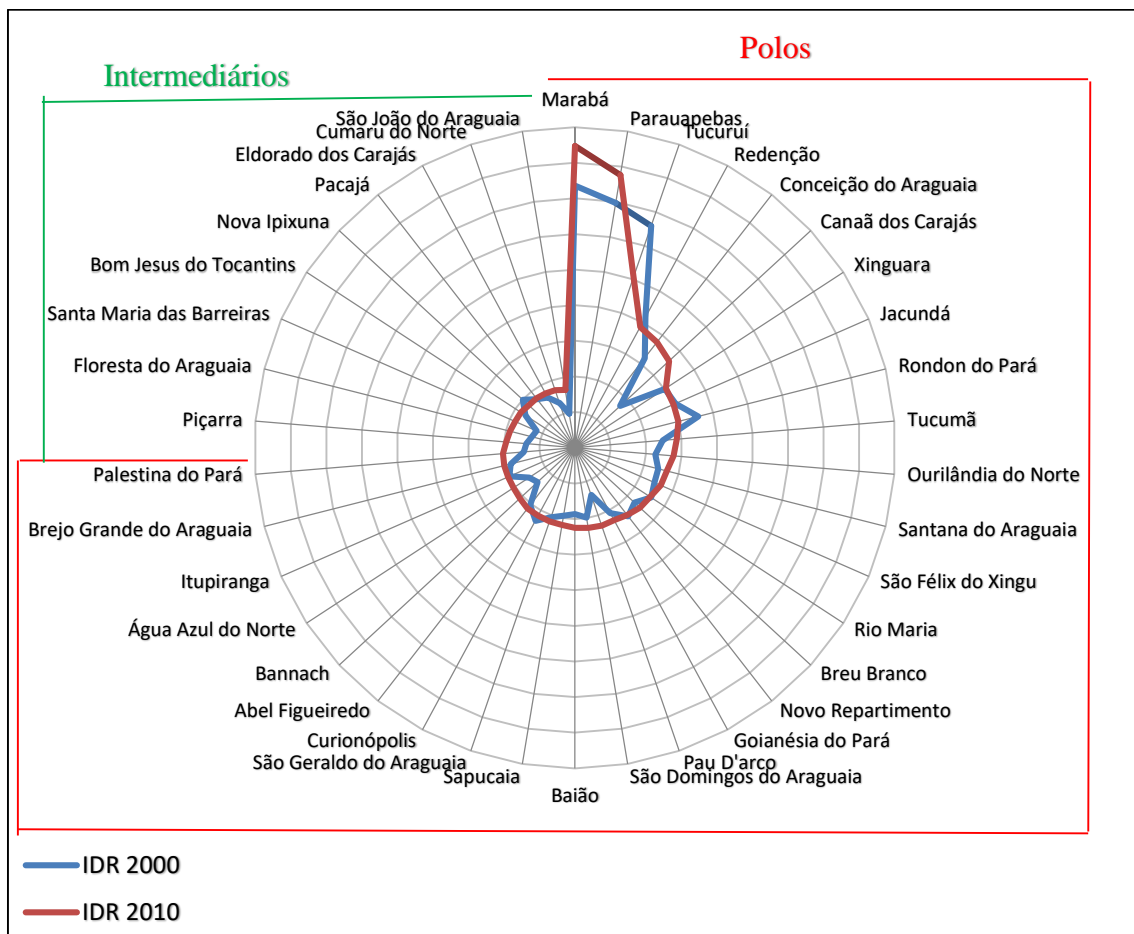
A cidade de Marabá merece destaque dentre as demais da região, pela sua quantidade de habitantes e dimensão territorial, impondo uma posição de vanguarda em relação às demais “Como cidade média, Marabá chama atenção pelo fato de constituir centro cujas dinâmicas e funções urbanas servem de mediação entre as pequenas cidades da região e as metrópoles regionais (São Luís e Belém)” (SPOSITO, ELIAS, SOARES, 2016, p. 34). Por tanto, Marabá torna-se polo e centro da região devido a atividade mineradora, que influencia o crescimento de toda a região, com exemplo tem-se Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Por outro lado o agronegócio tem avançado na região, sendo Redenção e Conceição do Araguaia bons exemplos, o que gera dinâmica econômica nos municípios em seu entorno (avanço da fronteira de expansão do agronegócio) e, tem-se também a dinâmica gerada pela hidrelétrica de Tucuruí, essa última, no entanto, apresenta uma grande concentração temporal do crescimento, tendendo a diminuir seus efeitos de encadeamento no longo prazo.

O gráfico 04 apresenta um comparativo do IDR em 2000 e 2010, nessa figura percebe-se que o IDR de Tucuruí tem uma retração no ano de 2010, mas em termos gerais a sobreposição mostra que não ocorreu grande avanço em termos absolutos, apenas Marabá e Parauapebas

aparecem com a linha de tendência de 2010 com prolongamento considerável em relação a 2000. Porém ocorreu uma maior homogeneização dos municípios com menores IDR em 2000, em direção aos valores dos municípios com melhores IDR. Fato demonstrado por uma curva mais suave e avançada, no conjunto, o fato de nenhum município está na classificação como retardatário, já apoia essa hipótese.

Gráfico 04 – Distribuição dos municípios do IDR – 2010



Fonte: Autor com base nos resultados da pesquisa

O desenvolvimento não ocorre em todos os pontos ao mesmo tempo, mas a grande informação que o IDR proporciona é o entendimento de que ocorreu uma melhora no conjunto das dimensões analisadas, para os municípios pertencentes a essa região, que hoje pertence ao Centro Norte do Brasil.

Pode-se dizer que o padrão socioeconômico observado no sudeste paraense – típico de uma área de expansão de fronteira de recursos – reproduz o perfil desigual dos níveis de renda entre os seus municípios. Assim, tanto as localidades que fazem parte da chamada Área de Influência Direta da Vale – Parauapebas, Canaã dos Carajás,

Eldorado dos Carajás, Marabá, Curionópolis, Tucumã e Ourilândia do Norte – quanto aqueles municípios que se configuram como centros de referência mesorregional (sobretudo de comércio e serviços) – a própria Marabá, Redenção, Paragominas e Tucuruí – podem ser considerados municípios que tendem a absorver mais empregos e gerar maior renda, em contraposição aos demais (SANTOS, 2017, p. 142).

Cada município deve ter sua política de desenvolvimento própria, dependendo do seu poder de influenciar ou de sofrer influência dos seus vizinhos, das características da sua área, dos produtos que possam criar vantagens comparativas ou mesmo vantagens competitivas e como manter uma constância no crescimento ao longo prazo.

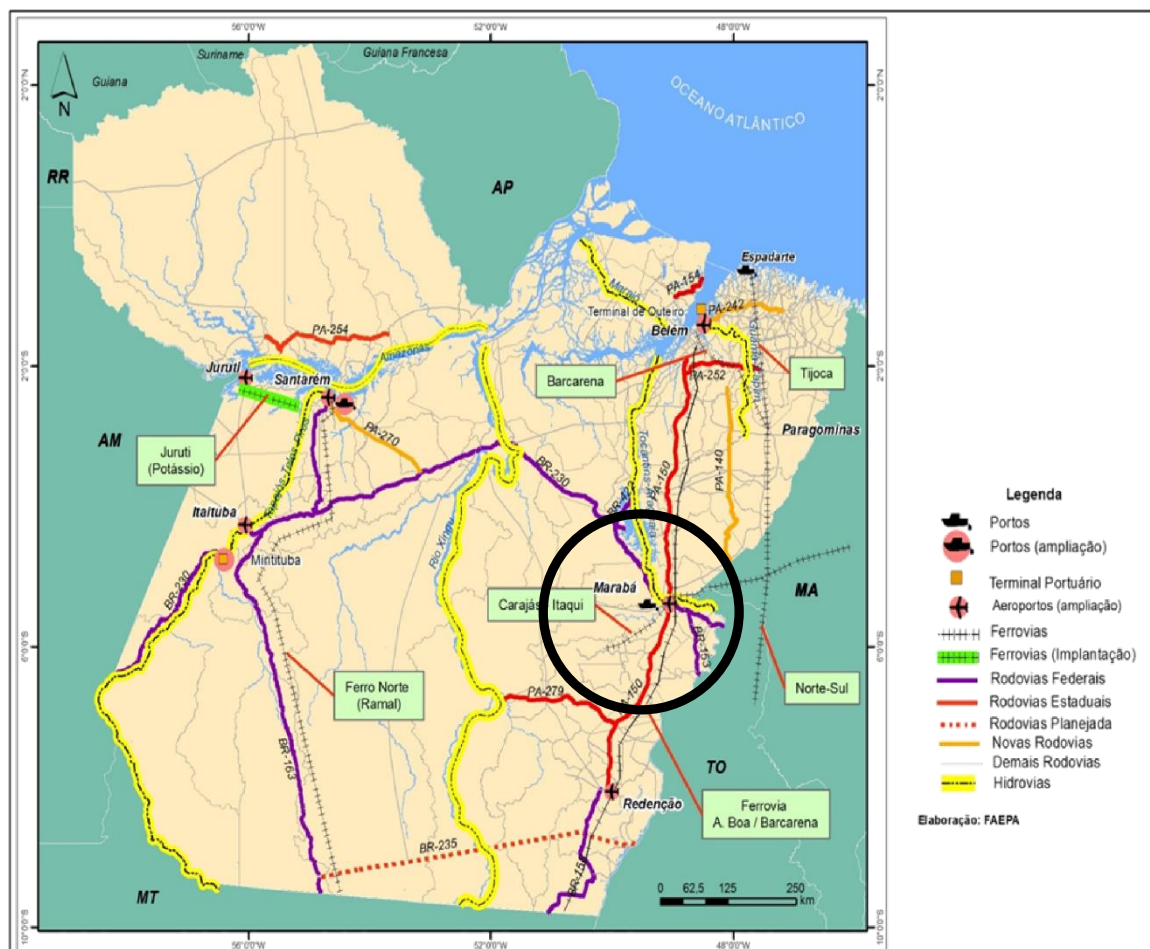
6.2.5 Fatores de Influência no Desenvolvimento da Região

O sudeste do Pará responde por 32,0% das rodovias estaduais e por 34,5% das rodovias federais, apresentando boa cobertura de estradas, de forma que as cidades mais importantes da região estão conectadas por estradas que as ligam entre si e aos grandes centros mais próximos (Belém, São Luís, Goiânia, etc), como entraves tem-se problemas na manutenção da malha e necessidade de ampliação. Sobre o sistema de transporte aéreo, o a região conta com dois dos seis principais aeroportos do Estado (nos municípios de Marabá e Parauapebas), só o aeroporto João Correa da Costa, em Marabá, teve o maior movimento operacional dentre os aeroportos do Estado, entre 2003 e 2009, consolidando-se como um dos mais importantes polos aeroviários paraenses, entre movimento de passageiros e de carga transportada, houve um incremento de 606,8% e 396,9%, respectivamente no período (SANTOS, 2017).

A malha ferroviária de maior importância econômica da região Norte é a Estrada de Ferro Carajás, cujo traçado de 892 km corta parte dos estados do Maranhão e do Pará. A ferrovia transporta o minério de ferro produzido pelo Projeto Ferro Carajás e de outros projetos da Vale. Sobre hidrovias, existe a perspectiva de navegabilidade até certo calado de navios da bacia do Araguaia-Tocantins, a partir da foz do Tocantins até a congruência com o rio Araguaia e, desta, até Barra das Garças em Mato Grosso. Um trecho já está sendo utilizado partindo de Nova Xavantina (Mato Grosso) e São Geraldo do Araguaia no sudeste do Pará (SANTOS, 2017). A rede de transporte montada em volta da região, principalmente nas proximidades de Marabá, coloca esse município em melhores condições de centralidade, por tanto, ainda que a população seja geralmente utilizada para realizar afirmações sobre o tamanho de cidades, não é suficiente para definir a centralidade das mesmas, dependendo de outros elementos, ainda que Marabá seja o mais populoso município da região de estudo, não é apenas a quantidade de pessoas que importa. Nesse sentido a rede de transporte tem influência no posicionamento central do

município frente aos demais, a figura 10 apresenta a rede de transporte na qual a região e principalmente Marabá e municípios limítrofes estão inseridos.

Figura 10 – Corredor Arco Norte de Exportação



Fonte: FAPESPA (2015, p. 10)

A centralidade de Marabá não pode ser definida pelo quantitativo da população, ainda que exista correlação, ou ainda por outro indicador isoladamente, como por exemplo, a renda da força de trabalho ou PIB, mas certamente seria o contrário, ou seja, a centralidade de Marabá tende a influenciar o tamanho de sua população e as funções (serviços) que oferece. Na figura 09 observa-se que Marabá possui aeroporto, rodovias, trechos fluviais que permitem navegação e é cortado por ferrovias, ou seja, apresenta uma rede de transporte competitiva, não só em relação ao grupo de municípios paraenses pertencentes ao Centro Norte, mas considerando inclusive recortes territoriais maiores como a Região Norte do Brasil, destacando-se inclusive em termos de território brasileiro, o que a torna um lugar central.

Toda a infraestrutura em torno da região dos Carajás intensificou a sobreposição da atividade da indústria extrativa mineral sobre a aptidão extrativista da área. De um passado construído a partir da economia da borracha e da castanha do Pará, onde a relação homem-floresta ocorria sem grandes prejuízos do ponto de vista da preservação ambiental, a expansão da fronteira extrativa mineral alterou essa relação à medida que atividades como a produção de carvão mineral, para atender a demanda da extração mineral, insere o desmatamento como fator necessário para a sobrevivência do trabalhador, em uma relação informal e de pouca apropriação do excedente gerado.

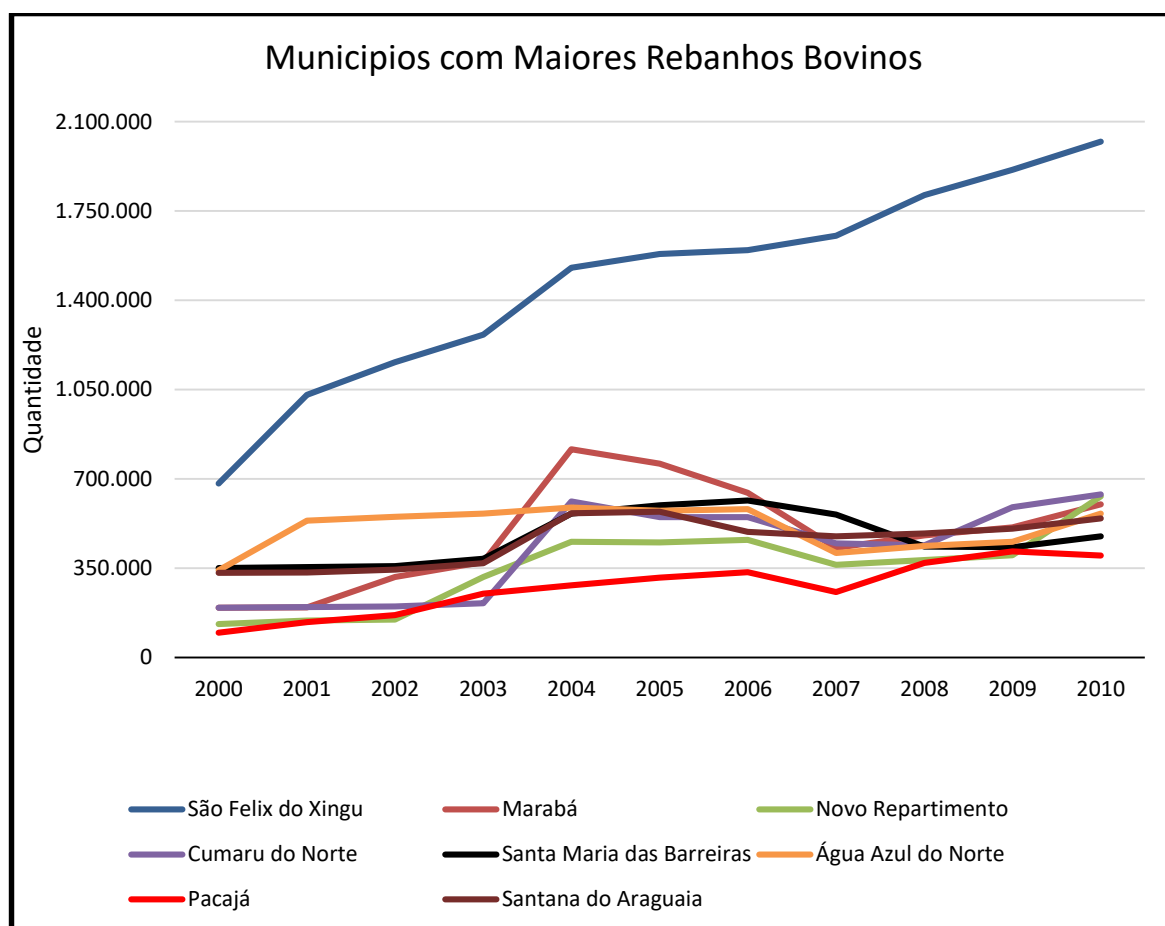
Segundo Santos (2017) a oferta de energia elétrica, na região pesquisada, foi consideravelmente ampliada na última década, beneficiando não só a região, mas todo o Estado do Pará, sendo que as áreas urbanas estão relativamente bem servidas. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada, em 1984, pela Eletronorte, tem aproximadamente 45% da sua produção consumida no Pará. A construção da barragem de Tucuruí, a maior da Amazônia, assegura um abundante suprimento de energia para toda a Amazônia Oriental. A formação de uma rede nacional ocorre via interligação com a rede nordestina, no Estado do Maranhão, e com a rede geral do país, através do Estado do Tocantins (MELLO, THERY, 2001). Mas, ainda existe campo para melhorias sociais, “Em termos de carências infraestruturais domiciliares, é possível constatar melhorias relativas nos quesitos esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo. Entretanto, todos os municípios do sudeste do Pará ainda apresentam deficiências” (SANTOS, 2017, p. 145).

Sobre a pecuária na região, o município de São Félix do Xingu vem tendo destaque como grande polo pecuário, detentor de mais de 70% do rebanho existente no Pará, tem sido palco de grandes tensões e conflitos. “O intenso crescimento do rebanho nesse município explica-se, entre outros fatores, pela transferência de gado de municípios próximos para áreas novas, griladas e desmatadas ilegalmente de São Félix do Xingu” (SANTOS, 2017, p. 147). Ocorreram mudanças em termo de uso da terra, deixando de ser reserva de valor, para apresentar um uso produtivo, no sudeste do Pará as melhoras são relativas às pastagens, aos rebanhos, à indústria de couro e de leite (BECKER, 2005). De acordo com FAPESPA (2016), dos dez maiores produtores de bovinos do Estado do Pará, oito encontram-se na região pesquisada.

Sobre o rebanho bovino, o gráfico 05 apresenta a evolução nos rebanhos dos principais produtores da região, entre 2000 e 2010, o bovino é o maior rebanho em todos os municípios do sudeste do Pará, com destaque para São Felix do Xingu que contava com 2.022.366 cabeças em 2010. Para Oliveira (2017a), no ano de 2007, a maioria dos municípios da Mesorregião Sudeste Paraense, que aproxima-se da nossa região de pesquisa, tinha como atividade motriz a

agropecuária. Predominando a pecuária bovina de corte. Outro dado importante é apresentado por Santos (2011), o qual afirma verificar-se a exportação de animais vivos, notadamente a partir do século XXI, começando em 2003 e já representa o maior volume entre os produtos de origem bovina (133 mil animais), registrando US\$ 45,2 milhões, em 2006, em detrimento da utilização de abatedouros e frigoríficos de grande porte instalados na região.

Gráfico 05 – Rebanho bovino da região entre 2000 e 2010



Fonte: Autor com base em FAPESPA (2016)

O sistema criatório mais comum, no sudeste do Pará, é o extensivo, resultando em baixa produtividade. Nele, os produtores não se preocupam com o manejo do solo e o gado é criado, aproveitando toda a extensão de suas propriedades. Apenas agregam novas terras, quando as já ocupadas estão desgastadas e não produzem mais alimento suficiente. Logo a produtividade é reduzida, devido à baixa adoção de tecnologias na pecuária regional (SANTOS; 2011, MARCHIORO; GULBERT; GULBERT; 2014). Essa dinâmica exige grandes áreas para serem ocupadas por pastagens.

A distribuição de pastagem entre os municípios do estado caracteriza o município de São Felix do Xingu como o de maior parcela no recorte de área de pasto no Pará e no Brasil. Somente em relação ao estado, o município responde por 8,31% da área total de pastagem ou 1,334 mi/ha, e Marabá (4,04%) e Cumaru do Norte (3,77%) em seguida, com respectivos 649,156 mil/ha e 605,989 mil/há (FAPESPA, 2017, p. 11).

Sobre o crédito rural, Fapespa (2017) destaca que o Estado do Pará registrou valor de R\$ 1,365 bilhão de crédito rural, em 2016, representando 21% do total da carteira de crédito rural da região Norte, e 0,9% do volume nacional. Dentre os dez municípios com maior volume de recursos captados do crédito rural, tem-se oito pertencentes à nossa região de estudo, a tabela 05 apresenta estes municípios, dos quais São Felix do Xingu foi o maior captador com volume de (R\$ 66,414 milhões) o que garantiu a segunda colocação no ranking estadual.

Tabela 05 – Municípios da região com maiores volumes de crédito rural para 2016

Posição Ranking estadual	Município	Atividade	Quant. de Contratos	Valor Contratado (R\$)
02	São Félix do Xingu	Agrícola	17	2.813.696,66
		Pecuária	649	63.601.022,63
		Total	666	66.414.719,29
03	Santana do Araguaia	Agrícola	23	27.499.057,42
		Pecuária	114	31.161.716,65
		Total	137	58.660.774,07
04	Novo Repartimento	Agrícola	3	147.522,57
		Pecuária	351	49.182.572,44
		Total	354	49.330.095,01
05	Rondon do Pará	Agrícola	55	20.940.134,24
		Pecuária	312	28.051.792,42
		Total	367	48.991.926,66
06	Santa Maria das Barreiras	Agrícola	72	33.440.875,24
		Pecuária	156	11.345.767,06
		Total	228	44.786.642,30
07	Marabá	Agrícola	4	355.000,00
		Pecuária	600	42.312.393,81
		Total	604	42.667.393,81
08	Água Azul do Norte	Agrícola	7	642.900,00
		Pecuária	518	39.755.201,33
		Total	525	40.398.101,33
10	Xinguara	Agrícola	4	534.072,73
		Pecuária	168	34.249.919,34
		Total	172	34.783.992,07

Fonte: Autor “adaptado” de FAPESPA (2017)

Assim como os outros sete municípios, o grupo teve os recursos aplicados principalmente na atividade agropecuária, o que pode ser verificado pelo valor e quantidade de contratos da atividade, exceção apenas em Santa Maria das Barreiras, onde a maioria dos contratos referem-se à atividade pecuária, mas em termos de volume de recursos a agricultura leva vantagem. Sobre a agricultura familiar e considerando o ano de 2016, tem-se que dentre os dez maiores beneficiados pelo PRONAF no Estado, sete pertencem à nossa região de estudo, o município que mais recebeu recursos foi Pacajá R\$ 10.697.527,49 seguido por Água Azul do Norte R\$ 10.256.870,11 e Itupiranga R\$ 10.105.358,05, nos três casos 100% dos recursos foram aplicados na atividade pecuária. O quarto foi Floresta do Araguaia, que também foi o único a aplicar a maioria do recurso em agricultura R\$ 4.323.751,79 contra R\$ 3.157.045,23 da atividade pecuária, completam a lista Eldorado dos Carajás R\$ 7.365.642,99, São Felix do Xingu R\$ 6.976.623,41 e São Geraldo do Araguaia R\$ 6.189.524,16 FAPESPA (2017).

Para Becker (2005), existe, um grande confronto entre a expansão da agroindústria da soja, da pecuária, assim como da exploração da madeira com o uso conservacionista da floresta. Loureiro e Pinto (2005) são mais incisivos, ao afirmar que a extração da madeira e a criação de gado são atividades altamente predatórias da natureza e exigem grandes extensões de terra. Dada a forma como esses produtos são comercializados (sob a forma de semielaborados), acabam por gerar poucos empregos. Além disso, para se implantarem, foram desalojando milhares de famílias que antes viviam como ribeirinhos nas terras hoje ocupadas por esses fazendeiros e madeireiros (grileiros ou não). Além do que, a internalização de renda na região é baixa, justamente porque os produtos não recebem beneficiamento e possuem perfil concentrador de renda elevado.

Sobre a soja, observa-se uma expansão recente da cultura. Cultura tipicamente de grandes multinacionais. Oliveira (2017a) explica que o sudeste do Pará possui média disponibilidade de nutrientes no solo e uma topografia de plana a suavemente ondulada. Havendo correção adequada, tem-se uma área propensa à atividade agrícola, desde que respeite a fragilidade do bioma amazônico. Já Loureiro e Pinto (2005) afirmam, sobre a expansão da sojicultura, que atualmente esse plantio ocorre em áreas de florestas que são derrubadas ou queimadas; trata-se de sojicultores do centro-oeste que vêm direcionando seus negócios rumo ao norte e fixando-se em terras amazônicas.

Por tanto, as frentes de expansão que atuaram e que atuam na região, além de alterar a relação homem-floresta, passando de uma relação de coleta de produtos para uma situação de derrubada da floresta de forma predatória para utilização da madeira na indústria extrativa mineral, para utilizar áreas como pastagem na pecuária e plantações, ou para a implantação de

grandes empreendimentos energéticos. Apresentam também, em um segundo momento, a utilização da área desmatada como pasto para a criação de gado, além de intensificar a derrubada da floresta para utilização das terras férteis na agricultura, essa última frente de expansão (agropecuária) está avançando na região, diferentemente da extrativa mineral, que já está com seus limites razoavelmente definidos e consolidados.

Comentando sobre a mineração garimpeira (outra frente de expansão da região), Palheta et al (2017) ensina que esse tipo de mineração possui outra dinâmica, sendo marcada por formas artesanais, ou semi-artesanais, e utilização massiva de mão de obra, em níveis exaustivos com características de violência no processo, tem ainda como externalidade negativa, a quantidade de rejeitos e minérios pesados despejados no lençol freático. Mais o destaque na região são as atividades de mineração da Vale, essa indústria classifica-se, dentro dos conceitos definidos na Teoria dos Polos de Crescimento, como indústria Motriz “As indústrias motrizes são indústrias novas que possuem também novas tecnologias, contudo nada impede que as indústrias motrizes sejam de setores maduros, já implantados” (ALVES DE JESUS; SPINOLA, 2015, p. 939).

Porém, o processo de polarização econômica na região não é tão simples, exemplo é a situação exposta por Kohlhepp (2002), para o qual o Programa Polamazônia, interpretou de forma equivocada o conceito dos polos de crescimento e como resultado gerou o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional. Com isso, a “periferia” tornou-se ainda mais dependente do “centro”, em nível nacional e internacional. Certo é que, alguns desafios devem ser superados, como exemplifica Palheta et al (2017), detalhando que o debate que associa mineração ao desenvolvimento, colocando no eixo central da pauta política reivindicações relacionadas a *royalties*, além de impostos e verticalização da produção, esgotou-se mais rapidamente do que as jazidas, além de se mostrar como ideologia que omite os dois elementos que devem ser colocados na centralidade: o controle do território e a democratização da riqueza mineral.

Assim como Alves de Jesus e Spinola (2015) entende-se que os Polos de Crescimento de François Perroux, aproximam-se dos Lugares Centrais de Christaller, onde a diferença fundamental, em relação à teoria dos polos de crescimento, está na ênfase à prestação de serviços, por parte dos centros urbanos, em contrapartida à função indutora da indústria motriz do polo de crescimento e interdependências entre firmas compradoras e vendedoras de insumos na região polarizada ou no interior do próprio centro principal. Por tanto, entende-se ser possível classificar municípios como Marabá no conceito de Lugar Central, dada sua rede de ligações de transportes e rede de prestação de serviços especializados, como também em termos de Polo

de Crescimento, haja vista a presença de indústria motriz “Vale”, geradora de encadeamentos e efeitos centrípetos e centrífugos na região.

Soma-se a está concepção o entendimento de Oliveira (2015) que em sua pesquisa sobre os municípios do Estado do Tocantins, concluiu que os municípios Polos não seguiam a classificação clássica proposta por Perroux (1977) de polo de crescimento, qual seja: complexo industrial, formado por atividades interdependentes, as quais surgiram a partir de uma unidade motriz. Por isso, o autor seguiu uma classificação que privilegiou também a Centralidade, já que a atividade econômica tinha como base o comércio, a prestação de serviços, a administração pública, a pecuária e uma agricultura sem grande agregação de valor em seus produtos (O que se aplica para a grande maioria dos municípios de nossa área de estudo). Nesse contexto, entende-se serem polos Marabá, Parauapebas (dada a dinâmica mineradora), Redenção (agronegócio) e Tucuruí (presença da Hidrelétrica). Os demais municípios, ainda que alguns possam ser classificados como polos, devido ao balanceamento entre fatores sociais, institucionais e econômicos, possuem menor intensidade e menor força de atração que os citados.

Do exposto, acrescenta-se ainda que os governos estaduais devem ser considerados atores fundamentais, pois com a crise do Estado central, assumiram responsabilidades e força política. Ainda que esses governos, por suas condições histórico-geográficas, têm estratégias diferentes, em termos de Região Norte, o Mato Grosso e o Pará têm estratégias extensivas de uso da terra, enquanto o estado do Amazonas tem uma estratégia pontual industrial, localizada em Manaus; o Acre e o Amapá se baseiam na estratégia da floresta, modernização do extrativismo; por outro lado Rondônia procura expandir a pecuária e a soja, enquanto Roraima, tem a soja no lavrado cercado por florestas e terra indígenas. Outro ente importante é o município, que tem voz na região, embora sem recursos financeiros, economicamente não tem força, mas a tem do ponto de vista político, e é responsável pela urbanização recente, transformando as vilas em cidades (BECKER, 2005).

Sobre a base exportadora da região, Loureiro e Pinto (2005) ensinam que a partir dos anos de 1980, os países centrais começaram a transferir empresas altamente consumidoras de energia e matéria-prima para os países periféricos, os quais passaram a ser responsáveis pela transformação de produtos primários (ferro, alumínio, bauxita, celulose etc.), importados pelos países centrais, com isso concentravam-se na produção de produtos finais, poupando energia e livrando-se de danos ambientais. North (1977a) ensina que a região desloca-se do estágio de crescimento para o desenvolvimento quando os ganhos das exportações se direcionam para a ampliação da base econômica. Com isso, o aumento na quantidade de postos de trabalhos eleva

o poder de consumo e de investimentos e se acumula dentro do espaço. A poupança extravasa para outros setores e reiniciando o ciclo de investimentos. De acordo com dados do Comex Stat/MDIC (2018), dezoito municípios da região realizaram exportações e/ou importações nos anos de 2000 e 2010, destaque para Parauapebas que liderou o ranking nos dois anos, Marabá que foi o segundo maior exportador em 2000 perdeu o posto para Canaã dos Carajás em 2010 e apenas Conceição do Araguaia registrou saldo negativo na sua balança comercial nos dois períodos e Ourilândia do Norte para o ano de 2010.

Segundo a linha de argumentação dessa pesquisa, existe lugares centrais na região, devido a vantagens comparativas que vão desde constatações geográficas de rede dendrítica até rede de transportes construídas em virtude de polos de crescimento, com indústrias motrizes tradicionais. No entanto, a grande maioria dos municípios da região possui aptidão para o crescimento e desenvolvimento via base exportadora, e que seria a principal dinâmica capaz de manter um crescimento econômico a longo prazo, e esse crescimento constante conduz ao desenvolvimento da região. A tabela 06 apresenta os principais municípios exportadores.

Tabela 06 – Valores das exportações e importações da região em 2000 e 2010

Municípios	Exportações	Importações	Exportações	Importações
	Valor FOB* (US\$) - 2000		Valor FOB* (US\$) - 2010	
Parauapebas	771.304.420	15.982.076	7.894.717.018	343.185.320
Canaã dos Carajás	0	0	697.124.428	30.714.274
Marabá	28.924.263	100.790	496.545.686	159.496.530
Breu Branco	16.836.290	3.488.598	88.565.348	9.533.227
Floresta do Araguaia	521.369	25.920	50.909.909	75.309
Xinguara	0	0	30.054.137	1.625.467
Santana do Araguaia	1.002.413	0	19.399.200	0
Pacajá	0	0	6.029.248	0
Água Azul do Norte	0	0	5.553.632	0
Redenção	7.351.437	28.961	5.278.903	220.000
Rio Maria	0	0	4.866.258	0
Tucumã	0	0	3.417.423	0
Rondon do Pará	1.456.834	0	553.678	0
Tucuruí	390.169	0	182.444	161.878
Itupiranga	1.547.536	0	9.764	0
Conceição do Araguaia	0	13.200	0	225
São Félix do Xingu	84.813	0	0	0
Ourilândia do Norte	0	0	0	3.955.113

Fonte: Autor com base em - Portal Comex Stat (MDIC/2018)

* FOB significa “free on board”, nessa modalidade os custos e riscos são arcados pelo comprador, após o embarque da mercadoria no navio.

Considerando que parte dos municípios da região pesquisada participaram do comércio exterior no período analisado, o que habilita a análise da região via Teoria da Base de Exportação de Douglass North, tem-se que é possível inferir que essa participação nas exportações tenha continuado e, de acordo com dados do Comex Vis/MDIC (2018), é possível detalhar o que é exportado e o que é importado, para facilitar a apresentação optou-se por detalhar as exportações e importações dos municípios com maior IDR, ou maiores polos da região, sendo assim, tem-se que para o ano de 2017 Parauapebas exportou US\$ 6.851,17 milhões o que garantiu ao município a primeira colocação em termos de estado e a terceira colocação dentre todos os municípios brasileiros, ao mesmo tempo que importou US\$ 65,58 milhões ocupando a quarta posição em termos de estado. Sobre os produtos envolvidos nesse comércio, Parauapebas teve o minério de ferro e seus concentrados respondendo por 98% de suas exportações, dos quais 63% são direcionados à China. Por outro lado, importa máquinas e motores, Pneumáticos novos de borracha e partes de acessórios de veículos.

Já Marabá, também considerando o ano de 2017, apresentou como valor recebido da sua pauta exportadora US\$ 1.516,93 milhões, ocupando a terceira posição no ranking estadual, sobre as importações, tiveram valor de US\$ 51,55 milhões, Marabá tem 90% de suas exportações representado por minério de cobre e seus concentrados, direcionados principalmente para a União Europeia, dentre os principais produtos importados tem-se laminadores de metais, obras de ferro ou aço, pneumáticos de borracha e veículos. Redenção teve para esse ano o valor de US\$ 45,75 milhões, a soja representou 59% das exportações, seguido de milho 12% e Carnes 11%, China e Hong Kong são os maiores consumidores com 30% e 20%, respectivamente, Comex Vis/MDIC (2018).

Um crescimento econômico sustentado por uma base exportadora é um modelo cabível para a região. Ainda que seja sustentado em *commodity*, a Teoria da Base de Exportação afirma ser possível o desenvolvimento a partir desse cenário. Assim como a teoria traz explicações para possíveis dificuldades de desenvolvimento à partir da base, a concentração de exportações de minério de ferro e cobre em Parauapebas e Marabá é explicada por North (1977b) da seguinte forma, regiões novas dependentes da indústria extrativa, ocorre que as economias externas e os avanços tecnológicos tendem a neutralizar os rendimentos decrescentes do produto primário, ou seja, há uma tendência à reforçar a dependência da região de seus atuais produtos primários em oposição a um processo de promoção de mudanças na base exportadora.

Tratando de como é possível o desenvolvimento regional a partir de uma base exportadora *commodity*, North (1977b) sustenta que não há necessidade de industrialização da

região (em sentido estrito), pelo simples fato de ser difícil chegar a esse “estágio” dada a dificuldade de canalizar recursos para promover investimentos de capital em grande escala, buscando melhora nos transportes, a necessidade de superar a dificuldade de promover uma divisão geográfica do trabalho e, talvez o principal limitador, seja o fato de que a tecnologia industrial é estranha à região. O que os defensores da comercialização de produtos *in natura* desconsideram é que em nenhum momento a Teoria nega a necessidade de agregar valor ao produto exportado. Pelo contrário, para que ocorra crescimento constante North (1977b, p. 306) fala da necessidade do surgimento de “Indústrias orientadas para as matérias-primas que, em razão das acentuadas vantagens de transferência do produto manufaturado sobre a matéria bruta, se localizam junto à fonte desta última”, por tanto, muito mais do que discutir a viabilidade de industrializar a região na produção de bens de consumo duráveis, por exemplo, é necessário que exista um processamento mínimo do minério, da soja e da carne bovina exportados, isso tende a gerar emprego e renda para a população da região.

É importante reforçar o entendimento que, mesmo recorrente a utilização do termo crescimento econômico na pesquisa, entende-se não haver equívoco ou mesmo confusão entre este e o termo desenvolvimento, pois, defende-se que há uma conciliação, compatibilização e hierarquização entre os objetivos de desenvolvimento e crescimento. Mesmo sendo desenvolvimento o objetivo final (longo prazo), este necessita apoiar-se em estratégias de médio e de curto prazo, cujo fim imediato resulte em crescimento, “Ora a natureza concreta dos problemas regionais pode efetivamente determinar que em certos casos o fim desenvolvimento para ser atingido tenha de si apoiar sobre o crescimento” (LOPES, 1984, p. 277).

Por tanto, concorda-se com Dallabrida (2017), para o qual, apesar das possibilidades explicativas e dos limites dos enfoques ou das abordagens quanto ao desenvolvimento de regiões, essas são válidas ainda que em graus diferenciados, e para diferentes contextos socioeconômicos e históricos. Cabendo aos pesquisadores inferir sobre suas conclusões e, gestores e cidadãos interpretar tais contribuições, considerando que as teorias do desenvolvimento não são verdades absolutas, mas sim reflexões capazes de explicar determinadas realidades, ainda que nem todas e muito menos em todo o tempo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sudeste do Pará, região do Estado do Pará pertencente à região de referência Centro Norte do Brasil, instituída por Brasil (2008), teve como elemento inicial de sua dinâmica socioeconômica a extração livre, a pesquisa apontou a importância da extração da borracha, entendida como a primeira atividade que modificou as relações de trabalho da região, ainda que em caráter precário.

Adaptada ao atendimento de demandas exógenas à região, a comercialização da produção era controlada por financiadores da capital do estado e, em última instância, por grupos estrangeiros, e acabavam por apropriar-se da maior parte da mais-valia gerada. Foi a partir da década de 1950 que a relação com os eixos rodoviários modificou consideravelmente a organização do trabalho, utilizando ao máximo o fator terra, e mudança de eixos de transportes, saindo de um transporte dirigido pelo curso dos grandes rios, processo que foi fortalecido após a construção da Belém-Brasília e posteriormente da rodovia Transamazônica.

O passo determinante para a mudança de uma economia que se desenvolvia por forças locais para modelos concretos de polos, foram os programas governamentais que culminaram com a intensa atividade de exploração extrativista mineral e o agronegócio, suas relações modernas em termos de tecnologia, não refletiam novas relações de trabalho. No entanto, inseriram a região em um contexto exportador, ponto crucial para o pleno desenvolvimento regional do sudeste do Pará.

A base exportadora, desde que, propicie o aparecimento de novos produtos de exportação e que gere poupança interna, que naturalmente tende a transbordar para outros setores, gerando emprego e renda, garantindo um crescimento econômico constante, refletindo em melhorias sociais e fortalecimento das instituições, é o modelo que pode conduzir a região ao desenvolvimento.

Foi observado na pesquisa que a região teve um desenvolvimento histórico impulsionado por várias frentes de expansão, direcionadas para um viés capitalista, ainda que em muitos casos alicerçado em atividades extrativistas, estas nunca tiveram como foco a subsistência, mas sim, um grande vínculo com atividades voltadas para o suprimento de necessidades exógenas à região. Esse modelo de pouca agregação de valor ao produto regional resultou em um crescimento desordenado e concentrado em alguns municípios possuidores de reservas de matérias-primas, e esse, é o desafio que a região tem que enfrentar.

Conclui-se que as três teorias referenciadas no estudo trazem contribuições para entender como ocorre o desenvolvimento regional no sudeste do Pará, já que, a expansão da sua base econômica, ou seja, a taxa de crescimento de suas exportações, produzidas em seus polos, com destaque para a indústria mineradora, mantém ligação sensível com o crescimento dos mercados que se pode atingir por vias rodoviárias, ferroviárias, aéreas e aquáticas. Essa afirmação possui elementos que podem ser explicados pela Teoria da Base de Exportação, Teoria dos Polos de Crescimento e Teoria dos Lugares Centrais.

O IDR reflete a presença de benefícios sociais básicos advindos de pressões políticas e/ou padrões inerentes ao desenvolvimento urbano, necessitando avançar para o patamar mais alto de uma força de trabalho treinada e internalização dos ganhos com a formação de um capital local dirigido para o desenvolvimento de novos produtos de exportação, já que hoje tem-se nos minérios de ferro ou cobre da região dos Carajás, a base determinante de altas taxas de renda absoluta, não sendo observado nível de renda *per capita* na mesma proporção.

Fazendo uma leitura em termos de polo, com características de lugares centrais, tem-se a mineração em Marabá e Parauapebas, como impulsionadores do crescimento econômico em torno da região dos Carajás. A região pesquisada possui também um grande polo de geração de energia elétrica, representado pela hidrelétrica de Tucuruí, que afeta o grupo de municípios de seu entorno e, foi identificado uma produção agropecuária forte na região de Redenção, que se destaca pela produção de soja.

Os resultados dos indicadores parciais mostram que ainda existe campo para avanços em termos sociais, mas que ocorreram melhoras durante o período analisado. Em termos institucionais, ocorreu o surgimento e fortalecimento de instituições, conselhos municipais e melhora no acesso a informação por parte da população, já o comparecimento eleitoral pode melhorar, o que tenderia a refletir em maior poder de decisão nas escolhas dos seus representantes. Mesmo com o aumento do número de deputados federais no período analisado, há espaço para uma representação maior, haja vista, tratar-se de uma das regiões mais ricas do estado e mesmo do país, ainda que deva-se considerar a baixa densidade populacional da região e seu relativo isolamento, devido a vasta área territorial como limitadores.

Justificando o direcionamento aceito nessa pesquisa, que determinou a utilização de peso maior para o Indicador Parcial Econômico, tem-se que a grande questão não chega a ser dúvidas em relação à importância do componente econômico para o desenvolvimento, mas sim, como garantir a constância desse crescimento no longo prazo.

O polo de Tucuruí, que tem na hidrelétrica o ponto forte da região, possui expressiva arrecadação de ICMS no período, mas possui dificuldades em gerar empregos, o crescimento

ocorre a taxa insuficiente para acompanhar a taxa de crescimento da população. É possível inferir que Canaã dos Carajás (com a desinstalação dos canteiros de obras do projeto S11D) está passando pelo que Tucuruí passou, após a conclusão da Hidrelétrica, ou seja, o súbito crescimento da população, sem a manutenção de respectiva taxa de ocupação, tende a gerar externalidades negativas como queda na qualidade dos serviços públicos, aumento da violência e inflação de bens e serviços.

O cenário vivido por Canaã, tem um agravante em relação a Tucuruí, apesar de se cogitar problemas ambientais que possam prejudicar a geração de energia hidrelétrica, esse tema não é consenso, diferentemente do esgotamento das reservas minerais, que diante da atual tecnologia existente, certamente possui data definida para o seu esgotamento e consequente suspensão definitiva das atividades.

Já os municípios de Redenção, Conceição do Araguaia e São Felix do Xingu destacam-se pela aptidão ao agronegócio, seja na lavoura temporária, exemplo da soja, ou seja pela criação de gado, como é o caso do último. O ponto central é o quanto essa atividade principal (básica) para o município, beneficia o conjunto da população, considerando que segundo o IBGE cidades (2018), São Felix do Xingu possuía 44,8% dos seus habitantes vivendo com até meio salário mínimo, o que colocava o município na posição 115 de 144 no Estado, para o ano de 2010, esse fato contrasta diretamente com o seu peso na pecuária do estado e do Brasil.

Sobre o resultado do IDR é possível inferir que ocorreu uma evolução no período, em 2010 nenhum município da região constava como retardatário e apenas nove estavam classificados como intermediário, todos os outros constavam como polos. Entende-se que inserir no indicador dimensões diferentes como econômica, social e institucional, permitem um melhor balanceamento do resultado, por tanto, mesmo o município de maior IDR para 2010, que no caso foi Marabá (0,747) ainda tem margem para melhorar, já que o valor máximo do indicador é 1 (hum), ademais, a vantagem do IDR está em conseguir entender a relação de cada município com os outros da região definida na pesquisa, não necessariamente as divisões regionais existentes, mas a divisão de interesse a ser pesquisada.

Na região do sudeste do Pará, o Estado foi o responsável pela implantação e expansão da fronteira, enquanto as políticas regionais foram o caminho utilizado, exemplo é a inserção dessa região na área do Centro Norte do Brasil, possibilitando, em termos de discurso, a penetração em terras amazônicas de dinâmicas que vem avançando nos cerrados orientais, de ocupação mais recente e piores níveis de renda.

A incerteza que paira sobre a assertiva do modelo de desenvolvimento adotado no sudeste do Pará é, como conseguir manter o excedente gerado pelas dinâmicas econômicas, seja

extrativa mineral, seja do agronegócio ou do polo gerador de energia. Essas fronteiras ao modificarem as relações sociais, modificam também a forma de absorção de excedentes, já que, mesmo em menor escala, o extrativismo (coleta) e a pequena propriedade agrícola, possuem poder de homogeneização maior. Fato é, que a alta produtividade em grande escala, de matéria prima, tem-se mostrado ineficiente na geração de empregos formais, necessários para atender as demandas da população da região.

O avanço da fronteira de expansão, ao alterar a relação homem-região, interfere no modo de vida das pessoas, que abandonam a medicina popular e deixam de retirar o sustento da natureza de forma harmônica, sem devolver a correspondente estrutura de serviços públicos, dado o direcionamento da políticas públicas, que patrocinam essa forma de inserção de dinâmicas exógenas à região, não é possível precisar por quanto tempo esse processo perdurará.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100020#back>. Acesso em: 05/06/2018.

ALVES, Flamarion Dutra. Notas teórico-metodológicas entre geografia econômica e desenvolvimento regional. In: V Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2011, Santa Cruz do Sul. **Anais**, 2011. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/137.pdf>>, Acesso em: 14/04/2018.

ALVES DE JESUS, Josias; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, n. 32, p. 935-952, 2015. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4204/2850>>. Acesso em: 14/11/2018.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n. 14, p. 35-74, 1996. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>>. Acesso em: 15/08/2017.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 09/04/2018.

BECKER, Bertha K. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia – um poder territorial?. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 117-125, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf>. Acesso em: 14/07/2018.

_____. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>>. Acesso em: 14/07/2018.

_____. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro. Garamond, 2009, 172p.

BENKO, Georges. **A Ciência Regional**. Tradução: Antônio Gonçalves. Oeiras: Celta, 1999. Tradução de: La Science régionale.

BORGES, Fabricio Quadros. Gestão e desenvolvimento regional a partir das relações econômicas agrícolas no polo Marabá: um estudo da estrutura relativa do FNO

(2002/2010). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.rbgdr.com/revista/index.php/rbgdr/article/view/1356>>. Acesso em: 11/12/2017.

BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas – TO na rede de integração regional**. 2009. 260f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2009. Disponível em: <<https://tede.ufgd.edu.br/jspui/handle/tede/200>>. Acesso em: 02/02/2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: Volume III – Regiões de referência. Brasília, p. 150, 2008. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/404?show=full>>. Acesso em: 15/10/2017.

CASAROTTO FILHO, Nelson; MINUZZI, Josiane; SANTOS, Paulo da Cruz Freire. Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional: uma comparação. **Revista da FAE**, v.9, n 2, 2016. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/367>>. Acesso em: 05/02/2018.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. **Análise da Desigualdade regional do Estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North**. 2011. 464 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém – PA, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2984>>. Acesso em: 10/08/2017.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/12/65>>. Acesso em: 13/01/2018.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey. Prentice Hall, 1966, 230p.

CONGILIO, Célia Regina; IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 32, p. 79-90, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25693/0>>. Acesso em: 01/08/2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/vi_sualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf>. Acesso em: 06/08/2018.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém. Editora Universitária UFPA, 1992, 81p.

CUPERTINO, Sheila Arcanjo et al. Análise da inadimplência na arrecadação do IPTU no município de Viçosa - Minas Gerais. **Gestão Pública: Prática e Desafios**. v. 5, n. 2. p. 101-121, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1866>>. Acesso em: 01/01/2019.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba. Editora CRV, 2017, 238p.

DEL BIANCO, Tatiani Sobrinho; LIMA, Jandir Ferrera de; MOREJON, Camilo Freddy Mendoza. O Indicador de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região Sul do Brasil. **Redes**, v. 21, n. 2, p. 8-28, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6353>>. Acesso em: 15/02/2018.

EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro; LIMA, Jandir Ferrera de. Evolução e estágio do desenvolvimento regional: o caso das regiões do Paraná. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 2, n. 1, p. 189-203, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/197/283>>. Acesso em: 21/02/2018.

FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Carajás**. 2015. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/432.pdf?id=1542652439>>. Acesso em: 01 fev. 2018

_____. **Estatísticas Municipais**. 2016. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto>>. Acesso em: 10/12/2017.

_____. **Boletim Agropecuário do Pará 2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1383.pdf?id=1533567716>>. Acesso em: 13/11/2018.

FERREIRA, Carlos Maurício. **Teoria dos Polos de Desenvolvimento: A questão da regionalização e os planos de desenvolvimento integrado dos vales das bacias hidrográficas amazônicas**. Cedeplar, UFMG. 28p. 1991. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2063.pdf>>. Acesso em: 09/07/2018.

FERRERA DE LIMA, Jandir. et al. Mensurar as Desigualdades Regionais no Brasil: Proposta Metodológica. V Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do

Sul, 2011. **Anais**, 2011. Disponível em: <<http://www.unisc.br/site/sidr/2011/textos/183.pdf>>. Acesso em: 10/04/2018.

GARRIDO FILHA, Irene Garrido; COSTA, Irio Barbosa da; RIBEIRO, Glória Vanicore. Estudo da Área Mineradora de Carajás. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 4, p. 105-163, 1988. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n4.pdf>. Acesso em: 03/08/2018.

FEARNSIDE, Philip Martin. M. Belo Monte : Actors and arguments controversial Amazonian dam. **DIE ERDE: Journal of the geographical Society of Berlin**. v. 148, n. 1, p. 14–26, 2017. Disponível em: <<https://www.die-erde.org/index.php/die-erde/article/view/264>>. Acesso em: 31/12/2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 05/12/2018.

FILHO, Alcides Goulart. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 09-22, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2301>>. Acesso em: 18/07/2018.

FOCHEZATTO, Adelar; VALENTINI, Paulo Juliano. Economias de aglomeração e crescimento econômico regional: um estudo aplicado ao Rio Grande do Sul usando um modelo econométrico com dados de painel. **Revista Economia**. Brasília, v. 11, n. 4, p. 243-266, 2010. Disponível em: <https://anpec.org.br/revista/vol11/vol11n4p243_266.pdf>. Acesso em: 06/07/2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/109-2.PDF>>. Acesso em: 18/07/2018.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974. 122 p.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 32^a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 198p. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/economia-brasileira-comex/livro-formacao-economica-do-brasil-celso-furtado/view>>. Acesso em: 05/06/2018.

FURTADO, João Salvador. Indicadores de sustentabilidade e governança. **Revista intertox de toxicologia, risco ambiental e sociedade**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www>>

.revistarevinter.com.br/minhas-revistas/2009/v-2-n-1-2009-volume-2-numero-1-fevereiro-de-2009-sao-paulo>. Acesso em: 20/08/2018.

GONÇALVES, Carlos Alberto; TEIXEIRA NETO, José Ferreira. Caracterização do sistema de produção de leite predominante no sudeste paraense. **Embrapa Amazônia Oriental- Documentos (INFOTECA-E)**, Belém, 2002. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/410287/1/OrientalDoc142.PDF>>. Acesso em: 16/04/2018.

IPEADATA. **Base de Dados**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 05/06/2018.

INCUBADORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA AMAZÔNIA (IPPA). **Índice de Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia**: metodologia para cálculo dos indicadores. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA-UFPA. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.amazonia.ufpa.br/ippa/menu/144>>. Acesso em: 26/02/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 137p. 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 25/08/2018.

_____. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abelfigueiredo/pesquisa/32/28163?ano=2005>>. Acesso em: 30/05/2018

_____. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro, 82p, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 03/06/2018.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a04.pdf>>. Acesso em: 19/07/2018.

LEMOS, Mauro Borges et al. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 33, n. 4, p. 665-700, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612003000400003&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 10/02/2018.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878/940>>. Acesso em: 09/11/2017.

LINS, Andréia do Egito; LIMA, João Policarpo Rodrigues; GATTO, Maria Fernanda. Uma aplicação da teoria da base exportadora ao caso nordestino. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 1, p. 9-32, 2012. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/205/183>>. Acesso em: 17/11/2017.

LOPES, Antônio Simões. **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 384p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A história social e econômica da Amazônia**. In: Pará. Secretaria de Estado de Educação. Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10071>>. Acesso em: 18/07/2018.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, p. 9, 2015. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/arquivo/1457726705.pdf>>. Acesso em: 12/07/2018.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos; MIRANDA, Rogério Boueri. **Dinâmica da renda, longevidade e educação nos municípios brasileiros**. Brasília, p. 49. 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1959/1/TD_1098.pdf>. Acesso em: 10/01/2018.

MARCHIORO, Luana Witeck; GUBERT, Denise; GUBERT, Veridiane. A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux, e a Implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 16, n. 31, p. 186-202, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2091>>. Acesso em: 07/11/2018.

MATTE JUNIOR, Alexandre Aloys; ALVES, Darlã de. A Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux: uma revisão sistemática. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 9, n. 3, p. 103-115, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/2072>>. Acesso em: 07/11/2018.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Comex Stat – Portal de Consulta e Extração de Informações Sobre o Comércio Exterior do Brasil**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. **Comex Vis – Projeto de Representação Gráfica e Interativa de Dados do Comércio Exterior Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MELO, Ana Carolina Campos de; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. **Nova Economia**, v. 26, n. Esp, 2016. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3963>>. Acesso em: 10/12/2018.

MELLO, Neli Aparecida de; THERY, Hervé. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 181-214, 2001. Disponível em: <http://revistaalceu.com.pucRio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=9&infoId=145&sid=20>. Acesso em: 25/06/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Estatísticas do Trabalho**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados>>. Acesso em: 29/05/2018.

MOURA, Hélio Augusto de; MOREIRA, Morvan de Mello. A População da Região Norte: processos de ocupação e de urbanização recentes. **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, 215-238, 2001. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/issue/view/33/showToc>. Acesso em: 04/03/2019.

MOURA, José Mauro Sousa; PELEJA, José Reinaldo Pacheco; FARIA, Dóris Santos de. **Módulo Interdisciplinar: estudos integrativos da Amazônia (EIA)**. Santarém. 2011. 311p. Disponível em: <www.ufopa.edu.br/cfi/download/textos-do-modulos/eia/at_download/file>. Acesso em: 20/06/2018.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro; BASTOS, Ana Paula Vidal. O Papel da Fronteira no Processo de Construção Sócio-Espacial da Amazônia. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 36, p. 3-26, 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3363>>. Acesso em: 25/02/2019.

NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. **Journal of political economy**, v. 63, n. 3, p. 243-258, 1955.

_____. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, Cetrede, Minter, p. 333-343, 1977a. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/20150824222340673540483.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

_____. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: Schwartzman, J. (Org). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, Cetrede, Minter, p. 291-314, 1977b. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/20150824222519320995672.pdf>>. Acesso em: 06/07/2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/462/357>>. Acesso em: 01/04/2018.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento Regional do Território do Estado do Tocantins**: Implicações e Alternativas. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo – PR, 2015. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/2180>>. Acesso em: 20/04/2017.

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 3, p. 32-61, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5733091>>. Acesso em: 04/05/2017.

OLIVEIRA, Thiago José Arruda. **As transformações da base econômica nos municípios do Centro Norte BR (2000-2015)**. 2017a. 219 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo – PR, 2017. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/2922>>. Acesso em: 16/10/2017.

_____. A Função do Distrito de Buritirana (Município de Palmas-TO) no Contexto Regional. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 6, n. 9, p. 01-21, 2017b. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/2560>>. Acesso em: 02/03/2019.

OLIVEIRA, Thiago José Arruda de; PIFFER, Moacir. Do Sudeste da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.19, n.1, p.164-178, 2017. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5046>>. Acesso em:05/09/2017.

PAIS, Paloma Santana Moreira; GOMES, Marília Fernandes Maciel; CORONEL, Daniel Arruda. Análise da Competitividade das Exportações Brasileiras de Minério de Ferro, 2000 a 2008. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 13, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1954/195423696006/>>. Acesso em: 07/01/2018.

PALHETA, João Márcio et al. Conflitos Pelo Uso do Território na Amazônia Mineral. **Mercator**, v. 16, 2017. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2100>>. Acesso em: 08/11/2018.

PARÁ. Lei nº 8.417, 09 de novembro de 2016. Institui o Estatuto Paraense da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial nº 33.247**, Poder Executivo, Pará, PA, de 09 de novembro. 2016. p. 05-07. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/portal/>>. Acesso em: 15/11/2018.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Tradução: José Lebre de Freitas. Lisboa: Moraes, 1967. 160 p. Tradução de: L'Économie du XX Siècle.

PESSÔA, Leonel Cesarino; COSTA, Giovane da; MACCARI, Emerson Antonio. As micro e pequenas empresas, o Simples Nacional e o problema dos créditos de ICMS. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 2, p. 345-363, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/63626>>. Acesso em: 01/11/2018.

PIFFER, Moacir. **A Teoria da Base Econômica e o Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná no Final do Século XX**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/676>>. Acesso em: 02/03/2018.

RODRIGUES, Katia Fabiane; LIMA, Jandir Ferrera de. Índice de desenvolvimento regional sustentável: uma análise das mesorregiões do Estado do Paraná no período de 2002 a 2008. **Revista Geografar**, v. 8, n. 1, p. 175-202, 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/28983>>. Acesso em: 10/08/2017.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; TRINDADE, Deilson do Carmo; BITENCOURT, Mirian Souza. Trabalhadores na produção da essência de pau-roda na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/2197/3920>>. Acesso em: 04/08/2018.

ROSTOW, Walt Whitman. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ROYSEN, Rebeca. A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 1, p. 303-307, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/1992/2683>>. Acesso em: 23/08/2018.

SANTOS, João Augusto Farias. **Elites Políticas e Separatismo no Pará: Uma Análise Política das Frentes Pró-Carajás e Tapajós para a Criação de Novos Estados**. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA – PA, 2013. Disponível em: <<http://ppgcp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/JOAO-AUGUSTO-FARIAS-SANTOS%202013.pdf>>. Acesso em: 06/03/2019.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 347p. Disponível em: <<https://achistorico.blogspot.com/2016/10/historia-economica-da-amazonia-1800-1920.html>>. Acesso em: 04/08/2018.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **A Economia do Sudeste Paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira**. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da UNICAMP – SP, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286394>>. Acesso em: 03/11/2018.

_____. A Economia do Sudeste Paraense: evidências das transformações estruturais. In: NETO, Aristides Monteiro; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 127-155. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvimentoregional.pdf>. Acesso em: 05/11/2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. ELIAS, Denise. SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Angeles**. Editora Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: <http://culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Agentes_economicos_-_Maraba-Los_Angeles-WEB.pdf>. Acesso em: 05/04/2017.

SCHWARTZMAN, Jacques. **Outras teorias de desenvolvimento regional**. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 235-239.

SICHE, Raúl et al. Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & sociedade**, v. 10, n. 2, p. 137-148, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a09v10n2>>. Acesso em: 28/08/2018.

SILVA, Harley; DINIZ, Sibelle; FERREIRA, Vanessa. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, 2013. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/5139/513951684005/>>. Acesso em: 19/01/2018.

SILVA, João Marcio Palheta; LIMA, Ricardo Angelo Pereira de. Economia mineral e os impactos nos territórios amazônicos do sudeste paraense. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direitos Ambientais e Políticas Públicas**, n. 9, p. 103-116, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/3959>>. Acesso em: 31/12/2018.

SOUZA, Alexandre do Nascimento; JACOBI, Pedro Roberto. Expansão da matriz hidrelétrica brasileira: uma análise a partir da economia dos bens e serviços públicos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 2, p. 35–49. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2215>>. Acesso em: 31/12/2018.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. **ACTA GEOGRAFIA**, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2010. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/204>>. Acesso em: 12/12/2017.

TESOURO NACIONAL. **Contas Anuais**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 18/10/2018.

TOJAL, Marcyette Caldas. RICCI, Fábio. Manifestações Culturais e Econômicas na Microrregião de Marabá Contribuindo com o Desenvolvimento Regional. In: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2009. **Anais...**, 2009. Disponível em: <www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0588_1433_01.pdf>. Acesso em: 13/07/2017.

THERY, Hervé. Novas Fronteiras na Amazônia. In: Amsterdam: Tercer Congreso de Latinoamericanistas, **Anais...** 2002. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu/documents/3283091/ama_ht_br_01_frenteiras1.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1530018684&Signature=15TyFThYrfYIGRBn867DEXwEw8o%3D&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DNovas_frenteiras_na_Amazonia.pdf>. Acesso em: 26/06/2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Eleições**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>>. Acesso em: 27/05/2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, v. 3, n. 2, p. 89-108, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2117>>. Acesso em: 31/08/2018.

_____. Cidades e Centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015. Disponível

em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/4872/3548>>.
Acesso em: 06/08/2018.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia**: micro e macro. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2006. 441p.

VASCONCELOS, Vitor Vieira. **Portfólio Análise Espacial**. 2009. 100f. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/90404439/Portfolio-Analise-Espacial-Geografia>>. Acesso em: 02/06/2018.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 179p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/zjf4z/pdf/velho-9788599662915.pdf>>. Acesso em: 06/05/2017.

VILLARINO, Leandro Vizin. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. **Revista de Economia política**, v. 36, n. 2, p. 372-388, 2016. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/143-7.PDF>>. Acesso em: 14/07/2018.

APENDICE A - INDICADORES SOCIAIS 2000

Município_2000	Pop. Urbana	Pop. Rural	Energia_Res (MW/h)	Expectativa anos de estudo	Médicos/milh	%aguaenc	%cLixo	Leito-und/milh	Saude e Sanemant (mil)	% Pobres	DespEduCult (mil reais)	Assit SocPrev (mil reais)	% esgoto
Abel Figueiredo	4.897	1.060	1162,50	6,84	0,00	68,84	51,94	0	537,12	32,46	1392,55	127,87	0,00
Água Azul do Norte	2.827	19.257	522,01	4,73	0,00	1,81	16,58	1,68	1.680,19	49,49	1.700,79	318,51	0,26
Baião	10.865	10.254	1806,11	6,75	0,00	58,83	14,52	1,42	1.537,11	67,81	3.256,17	413,07	0,03
Bannach	1.189	2.591	200,34	6,05	0,00	13,63	0,94	1,62	312,96	46,27	894,48	166,09	0,00
Bom Jesus do Tocantins	6.180	6.926	1717,33	5,66	0,00	42,31	29,52	3,00	796,63	56,13	1.465,62	137,93	0,07
Brejo Grande do Araguaia	4.326	3.263	857,77	7,74	0,00	64,78	25,45	2,93	145,38	55,81	2.229,43	611,41	0,00
Breu Branco	15.952	16.494	3884,43	5,50	0,00	24,84	39,31	0,59	1.222,48	51,30	4.714,09	365,06	7,41
Canaã dos Carajás	3.924	6.998	1305,62	6,55	0,00	2,34	23,36	2,36	1.159,02	42,70	1895,88	201,57	0,04
Conceição do Araguaia	29.370	14.016	10460,19	7,54	0,00	46,99	55,41	3,93	1.795,42	47,02	2.890,45	0,00	0,30
Cumaru do Norte	1.374	4.604	211,63	4,95	0,00	32,67	8,52	0	356,32	39,38	869,82	302,99	0,26
Curionópolis	13.257	6.247	2912,02	6,76	0,00	32,35	13,24	2,95	310,29	53,93	2670,48	85,63	0,45
Eldorado dos Carajás	14.112	15.496	2320,35	5,26	0,00	0,13	11,07	2,40	410,50	61,52	5.058,34	87,84	0,05
Floresta do Araguaia	4.935	9.527	672,67	6,31	0,00	0,80	18,31	1,35	984,80	57,05	2.222,72	186,73	0,06
Goianésia do Pará	14.878	7.807	3753,25	5,14	0,00	3,22	9,77	2,56	1.346,26	43,53	3.361,39	205,77	0,02
Itupiranga	14.754	34.901	3394,47	4,74	0,21	5,99	24,45	1,02	2.231,84	66,07	4.436,44	583,30	1,85
Jacundá	34.518	6.028	10416,09	5,94	0,26	20,13	54,00	3,11	1.181,75	41,67	5.577,77	616,20	2,20
Marabá	134.373	33.647	58251,89	7,61	0,40	36,12	57,21	1,17	16.863,92	38,88	17.776,86	3.352,62	1,02
Nova Ipixuna	5.207	6.659	1493,81	5,65	0,00	0,11	8,97	0	778,11	51,87	1681,07	186,62	0,04
Novo Repartimento	15.524	26.293	9353,82	5,10	0,51	6,85	10,03	0	440,16	65,92	4.976,41	500,99	7,08
Ourlândia do Norte	9.689	9.782	1993,72	6,46	0,00	35,54	26,79	2,56	2.862,90	46,15	1.383,09	155,49	0,12
Pacajá	7.615	21.146	1334,20	4,77	0,00	3,78	8,09	0,97	510,11	66,68	2.074,20	318,62	0,00
Palestina do Pará	3.840	3.704	689,54	6,70	0,00	60,07	0,12	2,66	181,34	62,57	1.368,16	35,97	0,19
Parauapebas	59.239	12.352	19554,44	8,11	0,47	69,72	83,01	2,88	13.130,52	37,34	27.705,38	13.506,73	18,79
Pau D'arco	3.212	3.913	723,01	5,38	0,00	9,12	1,54	3,71	614,93	58,00	1.024,91	235,16	0,06
Piçarra	2.728	9.899	452,87	4,77	0,00	0,49	6,96	0,48	489,53	50,10	1.593,57	150,29	0,04
Redenção	59.531	3.666	22650,14	7,90	0,00	9,91	69,05	3,06	9.052,27	32,21	8.942,10	994,92	0,10
Rio Maria	12.438	4.653	4194,62	6,73	0,55	5,25	34,04	3,17	1.107,99	33,91	2.908,47	347,84	0,27
Rondon do Pará	30.061	9.809	11109,12	6,52	0,62	70,07	38,79	3,79	4.065,72	40,39	4.936,57	578,15	1,54
Santa Maria das Barreiras	1.457	9.498	446,48	4,94	0,00	19,71	12,57	1,63	534,70	52,68	1.699,97	73,62	0,00
Santana do Araguaia	18.211	14.602	4087,51	6,44	0,00	1,30	30,74	2,62	2.223,00	52,35	3.468,53	525,76	0,29
São Domingos do Araguaia	10.878	9.127	3057,75	6,22	0,57	9,16	16,03	2,10	1.119,41	56,83	3.326,40	183,82	0,02
São Félix do Xingu	12.530	22.091	2926,73	5,00	0,00	5,00	19,62	2,31	4.193,46	37,29	4.257,05	268,95	0,12
São Geraldo do Araguaia	11.943	15.698	2935,36	5,19	0,32	8,92	15,19	1,26	2.155,58	54,33	6.442,99	427,44	0,03
São João do Araguaia	2.413	9.834	729,09	4,89	0,00	21,87	0,24	1,54	1.419,83	72,51	2.337,27	116,72	0,16
Sapucaia	2.673	1.116	652,67	6,70	0,00	43,04	28,70	0	496,05	26,65	759,98	147,47	0,11
Tucumã	16.496	8.813	4873,31	7,39	0,00	19,45	27,83	4,34	4.028,07	31,21	3.855,15	565,73	0,30
Tucuruí	60.918	12.880	17226,93	7,66	0,83	69,79	45,30	3,40	11.132,92	35,61	14.304,02	3.454,89	13,97
Xinguara	26.068	8.923	10266,57	7,56	0,37	1,76	20,73	3,40	1.846,18	30,11	3.771,03	285,71	0,13
TOTAL	684.402	423.574	224600,36	234,15	5,11	926,66	957,93	77,97	95.254,76	1845,73	165.229,6	30823,46	57,37

APENDICE B – INDICADORES ECONOMICOS 2000

Município_2000	PIB a preço constante (mil reais)	ICMS (mil reais)	FPM (mil reais)	IPVA (mil reais)	Energia_Seto (MW/h)	Emprego	IPi (mil reais)	IPTU	Contrib (mil reais)	ISSQN	ITR (mil reais)
Abel Figueiredo	16918,83	402,90	1.058,46	525,34	2001,0	323	30,84	0,00	0,00	0,00	1,82
Água Azul do Norte	43286,78	629,54	2.469,73	4,61	906,38	265	48,19	1,03	0,00	62,27	20,01
Baião	40616,26	428,08	2.116,91	32,77	831,46	141	32,77	0,75	0,00	2,40	4,34
Bannach	23610,69	377,72	1.058,46	1,40	160,93	8	28,91	0,00	0,00	19,42	16,80
Bom Jesus do Tocantins	23997,00	453,27	1.767,44	11,56	1884,02	347	34,70	0,00	0,00	16,18	10,14
Brejo Grande do Araguaia	13998,19	377,72	1.571,06	1,19	950,85	404	28,913	1,37	0,00	19,98	8,20
Breu Branco	84668,92	1.082,80	2.469,73	20,78	8837,33	1032	82,89	37,33	0,00	132,23	1,44
Canaã dos Carajás	27757,15	553,99	1.411,28	14,2	1658,46	43	42,41	1,20	0,00	461,74	9,92
Conceição do Araguaia	95434,93	1.158,34	4.058,57	0,0	12878,94	1218	88,67	60,56	0,00	200,31	36,66
Cumaru do Norte	20913,19	579,17	1.058,46	0,77	446,19	180	50,10	1,08	0,00	27,09	73,96
Curionópolis	31925,32	629,54	2.945,74	21,9	3223,13	276	48,19	0,00	0,00	483,50	24,49
Eldorado dos Carajás	32181,27	478,45	2.116,91	9,34	3958,86	119	36,62	19,57	0,00	6,35	7,52
Floresta do Araguaia	41742,47	478,45	1.764,10	1,96	1162,73	72	36,62	12,36	0,00	58,41	10,93
Goianésia do Pará	34958,00	730,26	2.469,73	20,82	6688,05	538	55,90	1,43	1.694,25	26,76	6,40
Itupiranga	48245,44	604,35	3.273,04	13,31	3330,53	332	46,26	16,07	0,00	56,82	19,73
Jacundá	66208,25	906,53	3.528,19	82,29	16237,52	1613	69,39	24,57	0,00	138,90	9,19
Marabá	572171,54	7.201,88	13.834,65	592,17	92053,92	10254	551,28	571,60	0,00	1.846,43	82,21
Nova Ipixuna	14134,25	402,90	1.058,46	473,7	2086,27	88	30,84	0,00	0,00	0,00	4.1596
Novo Repartimento	67837,95	780,62	2.822,55	48,30	5281,14	310	59,75	5,95	0,00	26,88	15,22
Ourilândia do Norte	37979,89	705,08	2.029,29	11,59	1647,69	531	53,97	13,35	0,00	80,67	9,09
Pacajá	40135,75	604,35	2.606,85	7,24	1439,78	37	46,26	12,52	0,00	17,89	5,57
Palestina do Pará	11000,42	327,36	1.058,46	0,42	476,56	98	25,06	0,16	0,00	3,37	1,48
Parauapebas	1547691,71	27.649,16	4.586,65	299,40	18708,88	7994	2116,46	120,31	262,04	6.309,66	6,03
Pau D'arco	17488,71	402,90	1.058,46	1,18	498,59	50	30,84	0,00	0,00	8,72	7,82
Piçarra	37805,77	604,35	1.058,46	1,34	587,70	309	46,26	10,55	0,00	7,85	10,63
Redenção	202794,46	2.593,68	4.233,83	119,01	29726,09	4417	198,54	156,10	1.071,41	450,36	92,96
Rio Maria	49722,88	780,62	2.356,59	17,51	4244,74	650	59,75	46,11	0,00	25,87	19,54
Rondon do Pará	102178,51	1.259,07	3.338,50	97,09	21207,79	3252	96,38	29,03	0,00	65,12	54,53
Santa Maria das Barreiras	36604,82	604,35	1.411,28	0,53	260,17	131	46,26	0,00	0,00	9,89	81,13
Santana do Araguaia	73804,84	1.158,34	2.469,73	0,00	2389,48	1144	88,67	32,05	0,00	119,39	86,47
São Domingos do Araguaia	27451,81	428,08	2.116,91	7,98	2845,05	182	32,77	7,90	1,12	66,78	3,91
São Félix do Xingu	122519,76	1.611,61	3.528,19	11,14	2715,05	421	123,36	35,29	0,00	192,81	404,57
São Geraldo do Araguaia	58789,60	705,08	2.683,89	3,68	1947,53	189	53,97	4,03	0,00	108,83	19,10
São João do Araguaia	13003,57	352,54	1.767,44	1,11	768,97	16	26,99	0,00	0,00	0,00	6,36
Sapucaia	31537,26	654,72	1.058,46	5,41	1736,48	220	50,18	2,0677	0,00	23,45	12,60
Tucumã	62482,63	3.349,12	2.822,55	33,93	3551,50	768	256,37	28,56	555,81	167,70	2,60
Tucuruí	421239,13	12.212,97	4.582,26	192,87	19239,74	10027	934,87	32,45	1.900,09	12.630,78	24,17
Xinguara	116742,84	1.384,98	3.207,58	70,27	17116,92	2071	106,02	36,91	0,00	113,54	70,57
TOTAL	4311580,79	75.644,88	100.828,82	2.758,0	295686,40	50070	5796,21	1322,26	5484,71	23988,35	1282,24

APENDICE C – INDICADORES INSTITUCIONAIS 2000

Município_2000	N Cons. mun	Comp eleit.	N eleitores	% resid. TV	% Telef. Fixo	PE/ME	Rep. Parl.
Abel Figueiredo	4	2.937	3.627	76,59	0,37	4	0
Água Azul do Norte	5	6.499	8.011	25,92	0,70	2	0
Baião	5	10.379	11.932	47,28	4,73	2	0
Bannach	5	2.383	3.025	27,01	0,36	1	0
Bom Jesus do Tocantins	4	5.812	7.554	51,13	5,16	7	0
Brejo Grande do Araguaia	4	3.963	5.066	51,46	7,53	4	0
Breu Branco	6	12.664	14.662	51,48	3,01	42	0
Canaã dos Carajás	5	4.905	6.065	44,82	0	2	0
Conceição do Araguaia	5	19.397	29.606	63,32	9,68	84	2
Cumaru do Norte	4	2.474	2.840	34,91	0,43	6	0
Curionópolis	6	11.201	15.733	71,05	9,86	4	0
Eldorado dos Carajás	5	9.345	11.718	42,79	0,49	4	0
Floresta do Araguaia	3	5.941	9.064	32,63	0,46	1	0
Goianésia do Pará	5	9.868	12.249	58,75	3,46	28	0
Itupiranga	6	15.138	19.629	33,09	1,19	16	0
Jacundá	6	19.338	25.581	74,17	7,49	72	1
Marabá	6	65.106	81.983	77,25	21,63	506	1
Nova Ipixuna	7	6.300	7.906	45,65	5,27	6	0
Novo Repartimento	7	16.526	20.225	38,08	0,76	18	1
Ourilândia do Norte	7	6.907	9.738	44,58	2,42	10	0
Pacajá	7	10.445	12.864	24,92	1,91	1	0
Palestina do Pará	4	3.241	4.616	42,48	0,37	0	0
Parauapebas	5	36.943	45.283	80,09	14,78	154	1
Pau D'arco	4	3.880	4.926	44,67	5,98	4	0
Piçarra	5	4.076	5.848	30,32	1,37	4	0
Redenção	4	29.707	37.213	83,36	13,72	216	1
Rio Maria	5	9.409	12.881	66,75	13,55	12	0
Rondon do Pará	5	18.601	23.996	72,56	11,44	133	0
Santa Maria das Barreiras	3	4.469	7.229	29,11	1,26	2	0
Santana do Araguaia	7	8.097	12.671	47,42	4,38	10	0
São Domingos do Araguaia	5	8.139	10.181	51,11	4,14	5	0
São Félix do Xingu	6	12.105	18.064	36,86	3,73	18	0
São Geraldo do Araguaia	6	12.678	16.933	40,52	2,18	24	0
São João do Araguaia	3	4.699	5.102	29,35	0,53	0	0
Sapucaia	5	2.939	3.694	67,45	2,36	1	0
Tucumã	4	12.197	15.857	54,46	6,48	43	0
Tucuruí	9	36.871	43.359	86,28	16,91	146	1
Xinguara	5	15.745	21.508	75,15	10,87	44	0
TOTAL	197	471.324	608.439	1954,82	200,96	1636	8

APENDICE D – INDICADORES SOCIAIS 2010

Município_2000	Pop. Urbana	Pop. Rural	Energia_Res (MW/h)	Anos estudo	Médico	%aguaenc	%cLixo	Leito-und/milh	Saude e Sanemant (mil reais)	%Pobres	DespEduCul (mil reais)	Assit SocPrev	% esgoto
Abel Figueiredo	6.034	746	1980,03	8,51	0,29	81,10	81,64	3,43	2.612,73	31,19	3.419,66	166,41	0,48
Água Azul do Norte	4.876	20.181	1856,83	7,48	0,44	14,81	31,572	2,12	8.243,34	33,99	8.094,86	1.448,39	7,16
Baião	18.555	18.327	4218,98	8,19	0,19	62,94	34,88	1,49	7.081,25	47,95	17.996,17	1.717,93	0,75
Bannach	1.282	2.149	617,66	7,80	0,60	33,94	34,65	6,76	2.409,61	34,52	2.758,29	533,27	0,10
Bom Jesus do Tocantins	8.158	7.140	2964,59	7,35	0,33	48,57	54,86	2,17	5.871,31	31,11	4.344,14	797,41	1,17
Brejo Grande do Araguaia	4.308	3.009	1466,17	8,38	0,27	67,64	43,75	4,24	3.709,69	40,26	3.729,75	81,66	0,78
Breu Branco	29.308	23.185	7679,72	8,03	0,28	24,26	64,25	1,27	12.899,56	43,11	26.963,70	1.117,97	5,09
Canaã dos Carajás	20.727	5.989	8100,96	9,35	0,89	30,80	84,21	2,78	26.009,74	20,83	24.024,81	5.852,30	21,30
Conceição do Araguaia	32.464	13.093	14480,85	9,31	0,75	46,99	66,66	4,31	8,63	27,91	18.984,87	2.787,53	0,41
Cumaru do Norte	2.711	7.755	810,90	6,97	0,57	32,69	26,67	2,00	4.573,08	36,37	5.624,84	712,10	0,64
Curionópolis	12.530	5.758	4616,59	9,43	0,55	37,09	46,46	1,92	6.446,66	34,88	8.271,45	691,18	0,38
Eldorado dos Carajás	16.578	15.208	5596,10	7,99	0,41	24,47	32,116	2,73	8.089,84	44,12	18.337,86	1.655,55	0,09
Floresta do Araguaia	8.714	9.054	3482,94	7,98	0,05	1,74	27,91	1,07	3.321,87	46,37	7.734,23	260,29	0,00
Goianésia do Pará	21.082	9.354	7212,45	7,30	0,26	9,04	61,93	2,23	10.346,21	35,60	18.929,12	1.343,41	0,40
Itupiranga	20.490	30.730	9507,81	7,08	0,17	4,44	47,21	1,71	13.867,39	51,56	23.354,41	1.689,50	1,81
Jacundá	45.683	5.677	16914,52	8,09	0,27	26,02	80,20	3,29	1.874,71	31,68	5.855,71	392,42	2,75
Marabá	186.270	47.399	114048,88	8,53	0,64	38,71	78,53	1,68	74.191,38	23,53	123.161,82	13.524,92	6,01
Nova Ipixuna	7.726	6.919	2738,40	7,73	0,14	4,50	46,85	1,43	3.936,66	44,70	6.366,51	619,45	0,50
Novo Repartimento	27.950	34.100	10001,90	6,82	0,21	8,30	48,21	0,98	18.266,73	46,10	29.928,12	3.832,53	7,07
Ourilândia do Norte	19.913	7.446	7360,34	7,72	0,14	73,40	75,31	2,00	12.806,91	23,09	20.708,60	1.839,02	1,50
Pacajá	13.747	26.232	4878,89	6,55	0,10	2,32	29,49	1,15	6.443,44	55,04	14.011,15	1.101,47	0,04
Palestina do Pará	4.546	2.929	1649,83	8,36	0,67	72,45	38,57	3,46	2.718,52	39,35	3.533,28	882,98	0,25
Parauapebas	138.690	15.218	63173,00	9,26	0,63	73,08	95,61	2,06	77.298,37	13,17	107.398,89	10.505,19	15,51
Pau D'arco	3.641	2.392	1317,02	8,29	0,50	24,73	43,80	4,00	3.413,95	38,62	4.674,91	663,36	0,06
Piçarra	3.581	9.116	2096,32	7,81	0,39	6,47	38,77	2,12	3.512,96	39,73	6.428,76	199,97	0,00
Redenção	70.065	5.491	36220,63	9,63	0,77	22,73	81,41	4,21	17.938,10	15,48	28.794,38	5.172,60	0,28
Rio Maria	13.512	4.185	6013,62	8,79	0,39	21,18	40,87	4,71	5.414,82	22,47	6.278,61	800,33	0,35
Rondon do Pará	34.696	12.268	14844,07	8,15	0,34	76,23	42,04	3,21	14.954,06	30,00	18.213,75	1.703,92	2,74
Santa Maria das Barreiras	6.357	10.849	1704,25	7,36	0,17	19,98	23,42	0,93	5.915,80	44,03	8.815,07	897,59	0,00
Santana do Araguaia	29.663	26.490	8775,16	8,19	0,19	5,73	35,70	1,80	483,04	26,78	15.822,03	0,00	0,32
São Domingos do Araguaia	15.254	7.876	5583,29	8,08	0,21	65,20	36,67	1,51	8.082,94	30,70	11.136,77	1.165,95	0,55
São Félix do Xingu	45.113	46.227	8724,14	6,45	0,12	6,32	33,00	1,46	17.282,10	32,79	28.103,99	1.960,82	0,34
São Geraldo do Araguaia	13.590	11.997	7204,59	7,54	0,35	49,33	38,11	1,88	8.224,23	34,17	13.447,33	928,59	16,68
São João do Araguaia	2.586	10.569	1608,64	7,30	0,00	36,79	9,81	1,62	4.005,89	48,84	7.729,15	135,96	0,37
Sapucaia	3.325	1.722	1333,64	7,93	0,40	74,70	42,57	2,60	2.544,59	22,96	3.614,80	539,29	2,42
Tucumã	26.907	6.783	10425,78	8,02	0,41	41,93	39,79	6,17	9.879,64	19,04	17.369,95	2.060,90	0,36
Tucuruí	92.442	4.686	32622,01	8,60	0,57	82,64	48,00	4,25	58.353,05	20,36	61.230,73	3.224,20	11,58
Xinguara	31.492	9.081	18238,08	8,38	0,19	14,31	44,21	4,00	14.426,42	18,58	16.704,60	2.295,59	0,53
TOTAL	1.044.566	487.330	452069,56	304,73	13,85	1367,56	1829,67	100,75	487.459,21	1280,98	751.897,1	75301,97	110,78

APENDICE E – INDICADORES ECONOMICOS 2010

Município_2000	PIB a preço constante (mil reais)	ICMS (mil reais)	FPM (mil reais)	IPVA (mil reais)	Energia_Seto (MW/h)	Emprego	IPI (mil reais)	IPTU (mil reais)	Contrib (mil reais)	ISSQN (mil reais)	ITR (mil reais)
Abel Figueiredo	53599,00	1.810,38	3.977,33	86,18	3248,12	559	69,60	13,39	0,00	176,78	3,48
Água Azul do Norte	180873,00	4.791,36	10.606,22	70,31	9687,00	1304	184,12	18,16	0,00	222,42	159,30
Baião	145327,00	2.331,03	9.280,44	51,45	4430,15	1669	89,57	29,99	0,00	475,44	8,14
Bannach	34215,00	1.943,31	3.977,33	29,58	922,06	452	71,95	0,00	0,00	99,03	34,88
Bom Jesus do Tocantins	86836,00	2.079,42	6.629,09	100,31	3112,15	1824	79,53	24,24	0,00	1.046,01	9,88
Brejo Grande do Araguaia	35204,00	1.682,10	3.977,33	26,11	1696,59	496	64,63	2,64	0,00	364,47	27,05
Breu Branco	615403,00	8.536,17	14.600,02	287,40	10187,68	2896	327,95	74,90	0,00	1.554,51	31,09
Canaã dos Carajás	2120092,00	24.722,85	9.280,44	666,92	9527,82	4972	949,96	26,28	0,00	19609,24	115,26
Conceição do Araguaia	299034,00	4.926,73	13.257,77	593,42	22432,35	2885	189,35	14,58	0,00	505,16	53,45
Cumaru do Norte	107977,00	4.526,68	5.303,11	21,41	1387,80	1823	174,49	54,75	0,00	183,35	175,10
Curionópolis	116295,00	2.591,48	7.954,66	158,73	4775,53	1138	99,46	3,86	1,90	210,64	95,55
Eldorado dos Carajás	200326,00	3.487,43	9.280,44	158,10	13417,29	2181	134,28	0,21	0,00	241,91	24,89
Floresta do Araguaia	271036,00	3.356,88	6.628,89	117,47	21788,00	1307	128,94	62,96	0,00	389,63	22,05
Goianésia do Pará	170782,00	3.499,58	9.280,44	286,55	11864,04	3110	135,02	0,00	0,00	522,55	63,77
Itupiranga	241334,00	3.366,64	11.555,50	251,25	8391,08	2361	129,36	114,78	0,00	789,98	34,83
Jacundá	263119,00	4.182,16	13.973,22	718,19	18194,36	4553	159,28	0,00	443,78	301,54	25,62
Marabá	3458625,00	91.464,74	49.016,77	7.833,12	460767,54	41745	3.513,40	2.271,80	0,00	64.012,55	323,17
Nova Ipixuna	67354,00	1.811,40	6.628,89	156,66	3677,78	812	69,60	9,24	0,00	302,55	11,43
Novo Repartimento	347951,00	4.287,53	14.583,55	449,55	13734,44	3530	169,32	43,72	0,00	655,77	51,43
Ourilândia do Norte	326029,00	3.362,60	7.954,66	346,95	10201,25	5522	131,36	61,82	0,00	36.420,60	28,22
Pacajá	188460,00	3.624,12	11.932,12	158,63	6119,23	1650	139,81	36,75	4,08	329,00	40,45
Palestina do Pará	36046,00	1.811,61	3.977,33	35,25	2086,47	371	69,54	5,63	0,00	172,27	6,53
Parauapebas	14985170,00	149.753,59	47.690,99	375,10	55118,26	38030	5.751,82	428,81	0,00	61.913,16	32,30
Pau D'arco	42532,00	1.811,56	3.977,33	24,47	1535,12	702	69,60	0,82	0,00	54,17	25,92
Piçarra	89211,00	2.457,90	5.303,11	22,11	3930,06	1243	94,43	4,21	0,00	204,18	28,02
Redenção	752443,00	10.224,35	15.909,33	2.762,08	39929,06	10644	392,85	739,83	57,20	2.242,40	93,86
Rio Maria	201449,00	3.754,53	7.954,66	353,29	11566,48	2086	144,27	45,49	0,00	478,15	86,60
Rondon do Pará	333880,00	4.541,63	13.257,77	702,84	19938,93	4684	174,24	107,83	0,00	1.016,43	79,72
Santa Maria das Barreiras	125316,00	4.010,70	7.954,66	64,40	3608,36	1438	154,10	1,78	0,00	321,54	122,50
Santana do Araguaia	329767,00	6.473,71	13.081,86	250,88	16944,55	4056	248,91	117,24	0,00	446,05	609,24
São Domingos do Araguaia	113690,00	2.071,54	7.954,66	174,83	4203,85	1372	79,53	22,99	0,00	126,46	10,44
São Félix do Xingu	495055,00	9.998,00	15.611,59	278,00	8747,37	4.664	387,89	65,28	0,00	2.814,16	1.049,49
São Geraldo do Araguaia	166439,00	2.983,68	9.280,44	135,26	7428,57	2041	114,47	64,43	0,00	427,23	50,90
São João do Araguaia	54398,00	1.945,91	5.303,11	36,35	2782,22	463	74,46	2,20	18,60	76,71	12,21
Sapucaia	54126,00	2.200,51	3.977,33	52,87	3128,38	694	84,55	7,21	0,00	20,26	82,74
Tucumã	348358,00	5.178,60	8.987,61	721,41	16095,85	3.047	198,75	599,40	0,00	1.329,68	10,88
Tucuruí	2566105,00	72.998,10	19.886,66	1.817,45	35038,61	12.163	2.804,27	113,46	0,00	14.886,30	26,84
Xinguara	500256,00	8.933,79	11.932,00	1.073,57	34962,47	6.160	343,29	130,95	0,00	925,33	246,81
TOTAL	30524112,00	473.534,31	431.718,70	21.448,4	906606,85	180647	18197,94	5321,64	525,56	215867,6	3914,05

APENDICE F – INDICADORES INSTITUCIONAIS 2010

Município_2000	N Cons mun	Comp eleit.	N eleitores	% resid. TV	% Telef. Fixo	ME/EP/M EI	Rep. Parl.
Abel Figueiredo	5	3.616	5.479	88,27	3,89	14	0
Água Azul do Norte	4	6.074	8.910	86,07	3,24	21	0
Baião	7	14.680	19.882	80,62	4,23	9	0
Bannach	6	1.978	2.956	72,78	7,14	3	0
Bom Jesus do Tocantins	3	6.074	9.441	72,39	5,28	46	0
Brejo Grande do Araguaia	6	3.568	5.651	78,94	5,11	8	0
Breu Branco	5	17.861	26.869	87,75	4,15	113	0
Canaã dos Carajás	6	12.880	19.329	93,28	4,43	125	0
Conceição do Araguaia	12	21.032	30.686	80,44	11,79	219	2
Cumaru do Norte	4	3.204	5.676	61,50	5,49	2	0
Curionópolis	3	9.224	12.983	86,68	5,22	23	0
Eldorado dos Carajás	1	10.796	15.907	78,31	1,8	23	0
Floresta do Araguaia	8	7.453	11.134	67,39	5,03	19	0
Goianésia do Pará	6	14.063	22.672	91,05	3,49	103	0
Itupiranga	5	19.755	32.104	74,52	4,32	36	0
Jacundá	7	22.594	34.790	91,33	7,31	196	0
Marabá	10	96.529	133.564	91,78	14,34	1108	4
Nova Ipixuna	5	6.911	10.668	84,60	3,27	27	0
Novo Repartimento	6	25.056	38.906	75,60	2,01	112	0
Ourilândia do Norte	7	11.223	16.594	86,84	5,90	74	0
Pacajá	6	15.031	22.211	62,99	6,27	54	0
Palestina do Pará	4	3.684	5.620	79,43	5,91	3	0
Parauapebas	6	65.913	92.350	93,92	11,82	724	1
Pau D'arco	9	3.674	5.715	83,26	3,96	9	0
Piçarra	7	5.513	8.757	70,99	3,74	19	0
Redenção	2	36.220	52.734	93,88	14,35	418	0
Rio Maria	6	9.076	12.072	90,93	6,65	56	0
Rondon do Pará	7	18.981	30.543	82,84	10,78	199	0
Santa Maria das Barreiras	8	6.848	10.560	57,33	4,22	15	0
Santana do Araguaia	8	12.298	19.477	74,78	7,87	119	0
São Domingos do Araguaia	7	10.059	15.535	81,81	3,87	23	0
São Félix do Xingu	5	21.345	32.456	73,58	9,69	122	0
São Geraldo do Araguaia	4	12.678	20.732	80,31	3,14	76	0
São João do Araguaia	7	5.863	9.576	72,43	1,88	2	0
Sapucaia	6	2.612	3.635	86,79	3,50	9	0
Tucumã	6	15.128	20.842	87,07	9,34	173	0
Tucuruí	8	48.547	69.147	94,84	18,21	371	1
Xinguara	6	19.388	27.557	91,18	11,16	250	0
TOTAL	228	627.429	923.720	3088,5	243,8	4923	8

APENDICE G – RELAÇÃO NOMINAL DOS DEPUTADOS IDENTIFICADOS COM MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE ESTUDO NAS ELEIÇÕES DE 1998 E 2010

Eleições 1998		
Nome	Cargo Deputado	Reduto Eleitoral Identificado
Claudiney Pereira Barbosa Furman	Estadual	Tucuruí
Faisal Faris Mahmoud Salmen Hussain	Estadual	Parauapebas
Francisco Eduardo Oliveira Viter	Estadual	Redenção
José da Cruz Marinho	Estadual	Conceição do Araguaia
José Lima da Silva	Estadual	Novo Repartimento
Elza Abussafi Miranda	Estadual	Marabá
Pio X Sampaio Leite	Estadual	Jacundá
Giovanni Correa Queiroz	Federal	Conceição do Araguaia

Eleições 2010		
Nome	Cargo Deputado	Reduto Eleitoral Identificado
Bernadete Ten Caten	Estadual	Marabá
João Salame Neto	Estadual	Marabá
Milton Zimmer Schineider	Estadual	Parauapebas
Sebastião Miranda Filho	Estadual	Marabá
Parsifal de Jesus Pontes	Estadual	Tucuruí
Asdrubal Mendes Bentes	Federal	Marabá
Giovanni Correa Queiroz	Federal	Conceição do Araguaia
José da Cruz Marinho	Federal	Conceição do Araguaia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A474d Alves, Erisvaldo de Oliveira.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUDESTE DO PARÁ: UMA
FRONTEIRA DE EXPANSÃO NO CENTRO NORTE DO BRASIL. / Erisvaldo
de Oliveira Alves. – Palmas, TO, 2019.

132 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Desenvolvimento Regional, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira

1. Desenvolvimento Regional. 2. Centro Norte. 3. Sudeste do Pará. 4.
Índice de Desenvolvimento Regional. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**